

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Projeto de Lei Orçamentária - 2009





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF
2008

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 3348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2009 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2008.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e Ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2009. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2009"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

Mensagem n ° 635

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”.

Brasília, 27 de agosto de 2008.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas	7
I - Resumo da Política Econômica do Governo	11
Reconhecimento da Política Econômica do Governo Federal	13
Projeções Macroeconômicas para 2009	23
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2009	25
A Política de Gestão da Dívida Pública	37
II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento	43
Agricultura e Agronegócio	45
Desenvolvimento Agrário	49
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior	52
Infra-Estrutura Econômica	58
III – Políticas Sociais	87
Pobreza e Desigualdade	89
Previdência Social	95
Assistência Social	97
Segurança Alimentar e Nutricional	99
Emprego e Renda	101
Saúde	103
Educação	106
Cultura	112
Esporte	114
Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista	116
Inclusão de Jovens	123
IV – Política Externa e Soberania	125
Relações Exteriores	127
Defesa	129
V – Segurança Pública	133
VI – Política de Recursos Humanos	139
Democratização das Relações de Trabalho	141
Profissionalização da Administração Pública	146

VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central	151
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	153
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	161
Receita Orçamentária	164
Pessoal e Encargos Sociais.....	170
Sistemas Previdenciários	172
VIII – Agências Financeiras Oficiais de Fomento	179
Aplicações em Operações de Crédito	181
Investimentos no Ativo Imobilizado	182
ANEXO	
Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais	185
Empresas do Setor Produtivo.....	187
Empresas do Setor Financeiro.....	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC)
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)
Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ)
Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT)
ao ano (a.a.)
ASA (África-América do Sul)
ASPA (América do Sul - Países Árabes)
Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (ASSEC/MP)
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)
Banco Central do Brasil (Bacen).
Banco do Brasil (BB)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Cadastro Nacional de Informações dos Servidores (CNIS)
Cadastro Único (CadÚnico)
Caixa Econômica Federal (CEF)
Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN)
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
Comissão Nacional de Política Indígena (CNPI)
Comitê de Política Monetária (Copom)
Conselho da Justiça Federal (CNJ)
Conselho Monetário Nacional (CMN)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Conselho Estadual de Trânsito (Cetran)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Combustíveis)
Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF)
Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)
Defensoria Pública da União (DPU)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)
Dívida Líquida do Setor Público como Proporção do PIB (DLSP/PIB)
Dívida Pública Federal (DPF)
Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi)
Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO)
Empresa Brasileira de Radiofármacos (EBR)
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)
Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)
Escola de Administração Fazendária (ESAF)
Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO)
Fundo Constitucional da Região Nordeste (FNE)

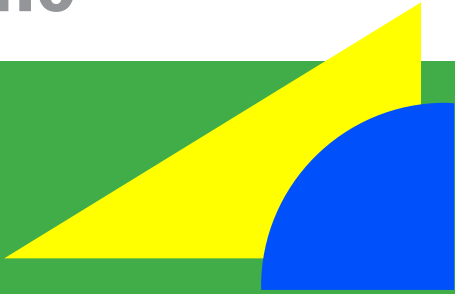
Fundo Constitucional da Região Norte (FNO)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)
Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)
Gabinete de Gestão Integrada (GGI)
Gás Natural Liquefeito (GNL)
hectare (ha)
IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)
II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM)
Imposto de Renda (IR)
Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-ouro)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)
Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)
Indústrias Nucleares do Brasil (INB)
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)
Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs)
International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code)
Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)
Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)
metro cúbico (m³)
Micro e Pequenas Empresas (MPEs)
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Ministério da Defesa (MD)
Ministério da Fazenda (MF)
Ministério da Saúde (MS)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Ministério do Turismo (MTur)
Ministério Público da União (MPU)
Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)
Nacional Institut of Standards and Technology (NIST)
Necessidade de Financiamento Líquido (NEFIL)
Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP)
Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP)
Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)
Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização Mundial do Comércio (OMC)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Pesquisa Mensal de Emprego (PME)
Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad)
Petrobras Transporte (Transpetro)
Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Plano Agrícola e Pecuário (PAP)
Plano Anual de Financiamento (PAF)
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS)
Plano Nacional de Educação (PNE)
Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT)
Plano Nacional de Qualificação (PNQ)
Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP)
Plano Nacional de Turismo (PNT)
Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).
Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP)
Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP)
Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)
pontos percentuais (p.p.)
Produto Interno Bruto (PIB)
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)
Programa Bolsa Família (PBF)
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual
Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual
Infante Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)
Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)
Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)
Programa de Dispêndios Globais (PDG)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Programa de Expansão do Programa Saúde da Família (Proesf)
Programa de Financiamento às Exportações (Proex)
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)
Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)
Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)
Programa de Modernização e Expansão da Frota e de Embarcações de Apoio (Promef)
Programa de Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas (PRODES)
Programa Nacional de Dragagem (PND)
Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira)
Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF)
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)
Programa Nuclear da Marinha (PNM)
Benefício de Prestação Continuada (BPC)
Programa Plurianual (PPA)

Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)
Programa Universidade para Todos (Prouni)
Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)
Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI)
Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo)
quilômetro quadrado (km²)
Receita Corrente Líquida (RCL)
Receita Federal do Brasil (RFB)
Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede INFOSEG)
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
Referência de Assistência Social (CRAS)
Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (RENACH)
Registro Nacional de Estatísticas de Trânsito (RENAEST)
Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF)
Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM)
Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
Secretaria de Política Econômica (SPE)
Secretaria de Política Econômica (SPE)
Secretaria de Recursos Humanos (SRH)
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Secretaria Nacional de Habitação (SNA)
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)
Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)
Serviço Móvel de Urgência (SAMU)
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)
Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)
Sistema de Pessoal Civil (SIPEC)
Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)
Sistema Integrado de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ)
Sistema Interligado Nacional (SIN)
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)
Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV)
Sistema Público de Emprego (SPE)
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Sistema Único de Saúde (SUS)
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)
Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
Supremo Tribunal Federal (STF)
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)
Taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)
toneladas de porte bruto (TPB)
Tribunal de Contas da União (TCU)



I – Resumo da Política Econômica do Governo

- Reconhecimento da Política Econômica do Governo
 - Projeções Macroeconômicas para 2009
 - Política Fiscal
 - A Política de Gestão da Dívida Pública
- 

RECONHECIMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL

O esforço cumulativo e coordenado da política econômica implementada ao longo dos últimos anos, nos âmbitos fiscal e monetário, permite formular, por meio do PLOA de 2009, políticas e instrumentos para dar continuidade ao crescimento sustentável da economia com maior justiça social.

A consolidação da estabilidade econômica se deu pela conjunção de medidas eficientes e tempestivas, visando assegurar:

- a. o equilíbrio fiscal, por meio da manutenção de superávits fiscais expressivos, da melhora qualitativa na alocação das despesas, do alongamento do prazo médio da dívida e da suavização do perfil de vencimentos, da redução das parcelas da dívida pública expostas à volatilidade de mercado (como câmbio e juros);
- b. o controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma cautelosa e oportuna, mostrando autonomia operacional da autoridade monetária, cuja credibilidade foi reforçada; e
- c. a manutenção do regime de câmbio flexível que permitiu, em contexto de ciclo global e interno favorável ao comércio, a elevação significativa do estoque de reservas internacionais e a redução estrutural da vulnerabilidade externa.

A credibilidade e a estabilidade resultante dessas políticas levou o País a alcançar a posição de credor externo líquido pela primeira vez na história, reduziu consideravelmente o prêmio de risco do Brasil ante os demais países emergentes, contribuiu para consolidar ambiente propício para o investimento privado, permitindo que a economia passasse para novo patamar de crescimento econômico. Como consequência, o País foi alçado a grau de investimento por duas das principais agências de risco, o que eleva a atratividade para investimentos provenientes do exterior e diminui o custo de captação.

Cabe mencionar também que, de forma a manter este ambiente de elevada credibilidade interna e externa, o Governo Federal, ao dar continuidade à gestão responsável da política monetária e fiscal, respondeu prontamente aos sinais de que riscos inflacionários em escala global estariam começando a contaminar os indicadores internos de inflação. Com esta atuação coordenada e preventiva, no início do processo de pressão inflacionária, o Governo Federal pretende minimizar o custo dessas medidas e a volatilidade em torno da trajetória de crescimento. A respeito, de forma a criar o ambiente propício

para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento continua a priorizar a promoção de investimentos em infra-estrutura, eliminando gargalos ao crescimento, e das políticas sociais redistributivas.

Resultados Macroeconômicos em 2007 e 2008

O desempenho da economia brasileira em 2007 e no 1º semestre de 2008 reflete, portanto, o processo de fortalecimento e de consolidação dos fundamentos macroeconômicos dos últimos anos, os quais minimizam o impacto de choques externos no ambiente interno. O crescimento do PIB de 2007 ficou em 5,4% (Tabela 1) e tem mantido o ritmo de expansão em 2008, atingindo 5,8% no 1º trimestre de 2008¹. A demanda doméstica tem impulsionado a expansão do PIB, particularmente o consumo das famílias e o investimento (formação bruta de capital fixo - FBCF).

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
VARIÇÃO ACUMULADA (%)

Setor de Atividade	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
PIB	3,8	5,4	5,8
Oferta			
Agropecuária	4,2	5,3	4,9
Indústria	2,9	4,9	5,7
Serviços	3,8	4,7	4,9
Demanda			
Consumo das famílias	4,6	6,5	6,7
Consumo do Governo	2,8	3,1	3,6
FBCF	10,0	13,4	14,9
Exportações	4,7	6,6	4,6
Importações (-)	18,3	20,7	20,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: ⁽¹⁾Acumulado em quatro trimestres em relação aos quatro anteriores no 1º trimestre de 2008.

Esta elevação na demanda doméstica por bens e serviços evidencia a confiança dos agentes na continuidade do crescimento econômico, confirmada também em pesquisas de mercado², e é reflexo da elevação consistente da massa de rendimento real e das melhores condições do crédito, com alongamento do prazo e queda da taxa de juros, observada até o final de 2007. Cabe mencionar ainda que, ilustrando o dinamismo do ciclo atual até maio de 2008, o comércio a varejo apresentou expansão acumulada no ano de 10,9%, a maior já registrada para o período³, enquanto a produção industrial mantém trajetória

¹ Dados acumulados em quatro trimestres.

² Mediana das expectativas, 4,8% em 2008 e 3,7% em 2009, segundo o relatório de mercado (FOCUS) do Bacen, de 15/08/2008.

³ Variação frente ao mesmo período do ano anterior. Este dado provém da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, iniciada em 2000.

de crescimento persistente ao registrar, pela 23ª vez, expansão em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No mercado de trabalho, o quadro de crescimento, com baixa inflação, permitiu o aumento da população ocupada, do rendimento real médio e da formalização das relações de trabalho. O emprego total cresceu 2,9% em 2007 e 3,5% em junho de 2008, reduzindo a taxa de desemprego para o menor patamar da série, 9,3% em 2007 e 8,5% em 2008. O maior nível de ocupação, conjugado com o crescimento do rendimento real médio, elevou a massa de rendimento real em 5,3% e 5,6%, respectivamente em 2007 e em junho de 2008, aumentando o poder de compra das famílias. Houve também melhora na distribuição da renda. A Política de Recomposição do Salário Mínimo, associada aos programas de transferência de renda, permitiram que as classes mais baixas tivessem um maior crescimento do rendimento⁵.

É importante mencionar que o atual ciclo de crescimento, juntamente com um conjunto de reformas microeconômicas⁶, tem resultado em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego, que alcançou e manteve, no 1º semestre de 2008, patamar histórico de 44% de trabalhadores com carteira assinada em proporção da população ocupada. A formalização no mercado de trabalho eleva a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo Federal.

Do lado da oferta, a melhora na atividade econômica está distribuída por todos os setores da economia. O setor serviços (com crescimento de 4,9% no 1º trimestre de 2008⁷) tem sido impulsionado, principalmente, pelas atividades de intermediação financeira, de informação e de comércio, como resultado da elevação no poder de compra da população ocupada. Por sua vez, o elevado crescimento no setor agropecuário reflete safras recorde em grãos e em outras culturas (observada em 2007 e esperada para 2008), impulsionadas pela elevação no preço das commodities agrícolas, decorrente da maior demanda mundial por alimentos e biocombustíveis.

A indústria também elevou o crescimento em 2007 e início de 2008, impulsionada,

⁴ Média acumulada em doze meses.

⁵ Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE, realizada em seis regiões metropolitanas, o crescimento no rendimento real médio da atividade com menor renda (serviços domésticos, com variação de 5,3% em 2007) foi maior que o observado na média das atividades (3,2%). Estudo do Ipea (Comunicado da Presidência nº 6 de junho de 2008), baseado nesses dados, confirma também melhora estimada na distribuição da renda, com o Índice de Gini passando de 0,515 em 2006 para 0,509 em 2007, e 0,502 no 1º trimestre de 2008. Como resultado das políticas sociais adotadas, o País alcançou, em 2007, um posto no clube de países de Alto Desenvolvimento Humano, mostrando melhora na qualidade do ciclo crescimento atual.

⁶ Por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que, entre outras medidas, inclui o Plano Simplificado de Previdência, voltado para os contribuintes individual e facultativo, e para o pequeno empresário. E a possibilidade de o empregador abater no IR parte da contribuição de 12%, paga sobre o salário do empregado doméstico ao INSS.

⁷ Dados acumulados em quatro trimestres.

principalmente, pela indústria de transformação (6,0% no acumulado em quatro trimestres até o 1º trimestre de 2008) e pela de construção civil (6,5% no acumulado em quatro trimestres até o 1º trimestre de 2008). Por outro lado, o menor desempenho da indústria extrativa (2,8% no acumulado em quatro trimestres até o 1º trimestre de 2008) é reflexo de paralisações técnicas na Petrobras. Dentre os setores da indústria de transformação, destaca-se o da produção de bens de capital, com crescimento de 19,5% em 2007 e no acumulado em doze meses até junho de 2008. Esse desempenho, em conjunto com o aumento significativo na importação de bens de capital (32,1% em 2007), tem elevado o consumo aparente de máquinas e equipamentos e de bens para a construção civil, e contribuído para o vigoroso aumento do investimento (crescendo a taxas de dois dígitos, 10,0% em 2006, 13,4% em 2007 e 14,9% no 1º trimestre de 2008) e, conseqüentemente, do PIB potencial.

Dessa forma, a elevação da capacidade produtiva e do volume das importações (beneficiadas pela desvalorização do dólar no período) expandiu a oferta interna, fazendo frente ao aumento da demanda doméstica (7,0% em 2007 e 7,9% no 1º trimestre de 2008) e seu impacto sobre os índices de preços. Contudo, nesse cenário de atividade aquecida, pressões da demanda externa sobre os preços das commodities e choques pontuais na oferta de alguns produtos alimentícios (como o leite, o feijão, o arroz e o trigo), bem como o tempo de maturação dos investimentos, elevaram a inflação e suas expectativas no início de 2008. Assim, apesar da elevação dos preços se concentrar no grupo de alimentação e bebidas, o Governo Federal vem respondendo prontamente por meio de medidas no âmbito monetário e fiscal. A combinação das duas políticas, elevando a Meta para a taxa Selic e o esforço fiscal para 2008, visa conter os efeitos secundários da pressão nos preços de um setor sobre o restante da economia, com o menor impacto possível sobre a demanda interna e o custo da dívida.

Resultados do Setor Externo em 2007 e 2008

Pelo lado do setor externo, em decorrência do forte crescimento econômico, tem-se observado piora nas transações correntes. Não obstante, o elevado fluxo de investimentos estrangeiros diretos e em carteira tem sido mais do que o suficiente para fazer frente ao saldo de transações correntes, que passou de superavitário em 2006 para deficitário em 2008¹⁰. Neste período, o País melhorou os indicadores de solvência externa, acumulando reservas internacionais, reduzindo a dívida externa pública e passando da posição de devedor para a de credor externo líquido pela primeira vez na história.

O comportamento das transações correntes (Tabela 2) reflete o maior

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Dados acumulados em doze meses.

crescimento do quantum importado, impulsionado pela elevada expansão da demanda interna e pela apreciação da taxa de câmbio. Destaca-se também o maior fluxo de lucros e dividendos para o exterior, reflexo do maior estoque de investimento estrangeiro no País, do crescimento do lucro das empresas, da apreciação do Real e da remessa de filiais para cobrir perdas da matriz no exterior. Suavizando a queda no saldo das transações correntes, as exportações continuam aumentando, embora com desaceleração na taxa de crescimento. Estas variações positivas, apesar de menores que as verificadas para as importações, são observadas no quantum e nos termos de intercâmbio, beneficiados pelos preços favoráveis das *commodities*.

TABELA 2 – DADOS SELECIONADOS DO SETOR EXTERNO
(US\$ BILHÕES)

Discriminação	2006	2007	2008 (1)
Conta Corrente	13,6	1,7	-18,1
Balança Comercial (FOB)	46,5	40,0	30,8
Exportações	137,8	160,6	178,1
Importações	-91,3	-120,6	-147,3
Serviços e Rendas	-37,1	-42,3	-52,8
Lucros e Dividendos	-16,4	-22,4	-31,6
Demais	-20,8	-19,9	-21,2
Transferências Unilaterais	4,3	4,0	3,9
Investimento Estrangeiro Direto	18,8	34,6	30,4
Investimento em Carteira	9,1	48,4	37,6
Outros Capitais (2)	-12,2	9,1	6,9
Reservas Internacionais Líquidas	85,8	180,3	200,8

Fonte: Bacen.

Elaboração: ASSEC/MP.

Notas: (1) Acumulado em doze meses até junho de 2008.

(2) Inclui erros e omissões e financiamento compensatório.

Por outro lado, na conta capital, o ciclo de crescimento duradouro e a confiabilidade na política econômica do Governo Federal, bem como políticas de desoneração tributária para não residentes, têm atraído elevado fluxo de IED e, em carteira, ambos apresentando os maiores saldos já observados. O IED passou de US\$ 18,8 bilhões em 2006 para US\$ 34,6 bilhões em 2007, suplantando o saldo verificado no período das privatizações em 2000. O fluxo em carteira (ações e renda fixa) quase quintuplicou. Esse elevado ingresso de capitais possibilitou ao Brasil passar à posição de credor externo líquido ao final de 2007, com o montante de ativos externos superando os passivos (dívida externa total de US\$ 193,6 bilhões) em US\$ 10,8 bilhões.

Assim, a melhora dos fundamentos macroeconômicos, o recorde histórico atingido pelas reservas internacionais, o aumento da corrente de comércio, o fluxo recorde de divisas para o País, a melhoria dos indicadores de sustentabilidade, a eliminação da exposição da dívida pública interna vinculada à variação cambial e da dívida externa líquida, dentre outros, criaram as condições para

que duas das principais agências internacionais de avaliação de risco – *Standard & Poor's* e *Fitch* – elevassem as classificações de risco soberano do País para grau de investimento. Este reconhecimento fortalece a tendência de aumento de fluxos de recursos para o Brasil; elevando o volume e diminuindo o custo de captação, bem como aumentando as opções de financiamento das empresas, que poderão se ver incentivadas a fazer novas aberturas de capitais.

Nesse contexto favorável, em termos de melhora na solvência externa e de expectativas positivas em relação à manutenção de ingresso de capitais, tem sido observada uma natural e progressiva apreciação do Real, fenômeno comum e já experimentado em outros países emergentes, após o sucesso de processos de estabilização, maior credibilidade e ainda com possíveis ganhos oriundos de melhora na qualidade dos seus ativos.

Resultados das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

O comportamento da autoridade monetária ao longo de 2007 e no 1º semestre de 2008 reflete o compromisso com o regime de metas de inflação e reforça sua credibilidade ao mostrar autonomia operacional para adotar os ajustes necessários na política monetária quando o cenário assim o exige. Os movimentos, observados no período, buscaram favorecer que a economia do País absorvesse, sem traumas significativos, as turbulências experimentadas pelo mercado financeiro internacional a partir da segunda metade do ano de 2007, bem como conter a deterioração das expectativas internas em resposta ao ambiente de elevação acentuada dos preços agrícolas.

No decorrer deste período, o Copom, considerando o centro da meta para a inflação anual, estipulado em 4,5% pelo CMN no âmbito do regime de metas para a inflação, movimentou a meta para a taxa Selic em diferentes sentidos. Reduziu em 2,00 p.p. a meta Selic, de 13,25% ao ano ao final de 2006 para 11,25% em setembro de 2007, tendo em vista que os novos investimentos e as importações geravam ambiente favorável para que as taxas de crescimento da demanda agregada e da oferta doméstica voltassem a se equilibrar sem comprometer a convergência para a trajetória das metas de inflação.

A partir de outubro 2007, o Copom optou pela manutenção da taxa Selic em 11,25% a.a., reflexo da percepção do aumento da probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas viessem a apresentar riscos para a trajetória da inflação doméstica.

Entre janeiro e julho de 2008, o Copom elevou a taxa Selic em 1,75 p.p., para 13,00%, considerando que os efeitos do investimento sobre a capacidade produtiva da economia ainda precisavam consolidar-se. Também, ponderou

os sinais de que a contribuição do setor externo para cenário inflacionário benigno parecia tornar-se menos efetiva, diante do forte ritmo de expansão da demanda doméstica e do crescimento das pressões inflacionárias globais.

Grande parte dessas pressões reflete fatores externos que podem arrefecer caso a previsão de desaceleração da economia global se concretize. Ainda assim, os índices de inflação e as expectativas mostraram sinais de contaminação, apesar de ambos indicadores¹¹ ainda se encontrarem de acordo com a meta de inflação estabelecida para o período. Diante disso, a autoridade monetária optou por agir de forma tempestiva e cautelosa, visando aumentar a probabilidade de que, mesmo diante de pressões inflacionárias em escala global, a inflação no Brasil siga evoluindo segundo a trajetória de meta de inflação.

Do ponto de vista de resultados, o IPCA, utilizado como referência para o sistema de metas para a inflação, cresceu 4,5%, em 2007, situando-se, pela segunda vez desde a implantação desse sistema, em 1999, no centro da meta estabelecida para o ano. O IPCA acumulou variação de 5,6% nos últimos doze meses terminados em maio de 2008, enquanto as perspectivas em relação à sua evolução refletem tendência de alta em 2008, com arrefecimento em 2009, resultado do efeito da política monetária mais restritiva adotada em 2008 pela autoridade monetária.

As operações de crédito do sistema financeiro registraram significativa expansão, movimento consistente com a trajetória declinante das taxas de juros em 2007 e a pequena elevação no 1º semestre de 2008, e com os desdobramentos de decisões relativas a consumo e a investimentos, associados à consolidação da estabilidade da economia do País. Neste ambiente, com alongamentos dos prazos dos financiamentos e estabilidade da inadimplência, destacaram-se as operações de crédito destinadas ao consumo das famílias, estimuladas, também, pelas melhores condições no mercado de trabalho, em especial, nas modalidades crédito pessoal para aquisição de veículos, com participação crescente das operações de leasing. Da mesma forma, os créditos para o segmento empresarial registraram expressivo crescimento, com destaque para os desembolsos para capital de giro e para investimentos, não obstante a continuidade da procura, especialmente, pelas empresas de maior porte, por fontes alternativas de financiamento de longo prazo.

¹¹ Quando o Copom elevou a taxa Selic pela primeira vez neste ano (16/04/2008), a mediana das expectativas era 4,7% em 2008 e 4,4% em 2009, segundo relatório FOCUS do Bacen. Estas expectativas se deterioraram para 6,44% em 2008 e 5,0% em 2009 (dados de 15/08/2008).

A carteira total de crédito (71,5% com recursos livres e o restante com recursos direcionados) atingiu R\$ 1.067,4 bilhões em junho de 2008, elevando-se 14,0% em relação a dezembro de 2007, principalmente, devido ao comportamento das operações concedidas com recursos livres. A relação entre o volume total de empréstimos e o PIB atingiu 36,5% (Tabela 3), maior percentual desde julho de 1995.

TABELA 3 – CRÉDITO POR ORIGEM DE RECURSOS
(R\$ BILHÕES)

Discriminação	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	Variação % 2008/2007
Total	732,6	936,0	1067,4	14,0
Recursos livres	498,3	660,8	763,5	15,5
Direcionados	234,3	275,2	303,9	10,4
Participação %:				
Total/PIB	30,7	34,7	36,5	
Rec. livres/PIB	20,9	24,5	26,1	
Rec. direc./PIB	9,8	10,2	10,4	

Fonte: Bacen.

Nota: ⁽¹⁾ Dados referentes ao mês de junho de 2008.

O exame da distribuição do crédito por segmento de atividade econômica revela que 98,2% dos financiamentos são destinados ao setor privado (Tabela 4), os quais registraram expansão de 14,3% em junho de 2008 em relação a 2007. Setorialmente, destacaram-se as operações contratadas com pessoas físicas, R\$ 356,9 bilhões, cuja expansão traduz o desempenho das modalidades de crédito pessoal, como no segmento consignado em folha de pagamento e de financiamento para aquisição de veículos.

Os empréstimos para pessoas jurídicas somaram R\$ 402,5 bilhões em junho de 2008, registrando expansão de 17,3% ante 2007. As modalidades contratadas com recursos domésticos respondem por 81,5% desse valor, com destaque para o aumento em capital de giro, principal modalidade desse segmento. Por sua vez, as operações com recursos externos cresceram 8,8% no período, registrando aumentos tanto nos repasses externos, como nos ACC.

O total de crédito destinado ao setor público somou R\$ 19,3 bilhões em junho de 2008, com pequena elevação em relação a 2007 (2,6%). Os financiamentos contratados com o Governo Federal cresceram 8,7% no período e a dívida bancária dos governos estaduais e municipais aumentou 1,2%, para R\$ 15,4 bilhões, concentrando-se em operações com empresas do setor de eletricidade e de saneamento básico.

TABELA 4 – CRÉDITO POR ATIVIDADE ECONÔMICA
(R\$ BILHÕES)

Discriminação	2006	2007	2008 (1)	Variação % 2008/2007
Total	732,6	936,0	1067,4	14,0
Setor público	18,9	18,8	19,3	2,6
Setor privado	713,7	917,1	1048,0	14,3
Indústria	164,6	213,8	244,7	14,5
Outros serviços	121,5	156,3	184,7	18,2
Rural	77,7	89,2	98,3	10,2
Comércio	78,4	97,6	110,8	13,5
Pessoas físicas	235,8	314,4	356,9	13,5
Habitação	35,7	45,9	52,6	14,7

Fonte: Bacen.

Nota: ⁽¹⁾ Dados referentes ao mês de junho de 2008.

As operações de crédito com recursos direcionados somaram R\$ 303,9 bilhões em junho de 2008, registrando expansão de 10,4% em relação ao final de 2007. Esta evolução refletiu tanto o desempenho das operações dos segmentos rural e habitacional, quanto o crescimento de 9,0% nos financiamentos realizados pelo BNDES, que atingiram R\$ 174,3 bilhões em junho de 2008, distribuídos de forma equilibrada entre operações diretas e créditos repassados por instituições financeiras. Os desembolsos do BNDES acumularam em doze meses R\$ 64,9 bilhões em 2007 e 78,8 bilhões em junho de 2008, concentrados principalmente na atividade industrial (40%) e de infra-estrutura (41%). O aumento foi impulsionado pelo dinamismo dos investimentos relacionados ao PAC, destinados, principalmente, à área de infra-estrutura (elevação de 80% e no acumulado em doze meses até junho de 2008). As concessões para os segmentos de comércio e serviços aumentaram 50% nos últimos doze meses, concentradas nos segmentos transporte terrestre, eletricidade e gás e construção. Por sua vez, os financiamentos para a agropecuária e o setor industrial cresceram 31% e 5% respectivamente. As liberações de recursos para as micro, pequenas e médias empresas, que corresponderam a 25% do total dos desembolsos do BNDES em junho de 2008, aumentaram 41% nos últimos doze meses.

Durante 2007 e no 1º semestre de 2008, foi mantida a estratégia de redução da exposição cambial do setor público e de recomposição das reservas adotada desde 2003. A manutenção dessas medidas vem conferindo maior solidez às contas externas do País e aumentando a resistência da economia a mudanças adversas no cenário internacional, como ficou evidenciado pelo impacto marginal, sobre a economia do País, quando das turbulências nos mercados internacionais de crédito, registradas a partir da eclosão da crise no mercado subprime dos Estados Unidos da América (EUA).

Os ingressos líquidos de US\$ 103,3 bilhões, registrados no mercado de câmbio doméstico no período, criaram condições para que o Bacen elevasse as compras de divisas no mercado à vista¹². Como resultado, as reservas internacionais mais que dobraram, alcançando US\$ 200,8 bilhões em junho de 2008. É importante lembrar que, a exemplo de anos anteriores, a estratégia do Bacen observou, as condições adequadas de mercado a cada momento, tendo como objetivo não adicionar volatilidade ao mercado cambial, nem assumir qualquer compromisso com o nível da taxa de câmbio.

O Bacen manteve, igualmente, a realização dos leilões de swap cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica, com o objetivo principal de efetuar a rolagem dos vencimentos. Em 2007, os leilões de swap cambial reverso somaram R\$ 17,5 bilhões, enquanto, até junho de 2008, R\$ 0,2 bilhões, praticamente só rolando o montante resgatado no período.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional prosseguiu em sua estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para servir a dívida externa e de recompra antecipada de bônus soberanos, o que fortaleceu o perfil temporal do endividamento. Quanto às compras do Tesouro Nacional em mercado, foram liquidados US\$ 20,8 bilhões entre final de 2006 e junho de 2008, dos quais 42,1% no 1º semestre de 2007.

¹² Compras diluídas ao longo dos meses, apesar de terem sido mais elevadas no 1º semestre de 2007 e de, em setembro de 2007, no auge das turbulências no mercado financeiro internacional, não ter sido registrada nenhuma aquisição de divisas pela autoridade monetária no mercado à vista de câmbio.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2009

A consolidação dos fundamentos macroeconômicos e a evolução dos principais indicadores da economia brasileira (descritos nas seções anteriores), bem como a perspectiva de um cenário externo relativamente estável e as políticas econômicas que estão sendo implementadas no ano de 2008, permitem que se projete a evolução dos principais indicadores macroeconômicos do País para o ano de 2008 e sua continuidade em 2009.

Cabe lembrar que essas projeções pressupõem a permanência de um cenário de pequena desaceleração mundial, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, sem a ocorrência de choques adversos que afetem substancialmente a economia brasileira. Assim, com base nessas perspectivas, para o exercício de 2009, a proposta orçamentária adota os seguintes parâmetros (Tabela 5):

TABELA 5 – PROJEÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Descrição	Observado 2007	Projeção ⁽¹⁾ 2008	LD0 2009	Projeção ⁽¹⁾ 2009
PIB: Variação % anual	5,42	5,00	5,00	4,50
IPCA: Variação % acumulada no ano	4,46	6,40	4,50	4,50
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	1,95	1,66	1,85	1,71
Taxa Selic (% anual): média no ano	11,88	12,45	10,63	13,99

Fonte: SPE/MF. Elaboração: SPE/MF.

Nota: (1) Projeções para 2008 e 2009, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração da PLOA.

A projeção para a Taxa de Crescimento Real do PIB, em 2009, é de 4,5%, pequena desaceleração em relação ao observado em 2007 e ao previsto para 2008, refletindo os ajustes necessários na política monetária e fiscal (elevação da meta da taxa Selic e do esforço fiscal) realizados em 2008. A taxa de inflação deverá convergir para o centro da meta fixada pelo CMN13 e não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a perspectiva de manutenção em patamar elevado do fluxo de capital positivo para o País. Espera-se, ainda, a continuidade da trajetória de elevação da taxa de juros em 2008, para voltar a arrefecer em 2009 (taxa Selic média projetada em 14,0% a.a), quando os investimentos atuais, já maturados, elevarem a capacidade produtiva da economia, ajudando a minimizar as pressões de demanda.

Para o ano de 2009, a meta de superávit primário foi fixada em 3,8% do PIB para o setor público consolidado, equivalente a R\$ 121,1 bilhões, considerando os parâmetros de crescimento do PIB acima mencionados. Desse montante, 2,2% do PIB são referentes ao superávit primário do Governo central, do qual

¹³ Em junho de 2008, o CMN ratificou o centro da meta de inflação para 2009 (4,5%), assim como fixou o mesmo patamar para 2010.

podem ser abatidos os gastos com a execução dos projetos previstos no PPI, cujo montante máximo é de 0,5% do PIB (R\$ 15,6 bilhões em 2009).

É de se lembrar que a política fiscal do Governo Federal, em 2008, foi alterada pelo compromisso de elevar o esforço fiscal em 0,5% do PIB, o qual será utilizado para fazer o aporte inicial ao Fundo Soberano Brasileiro. Apesar da pequena desaceleração da atividade econômica e da política monetária mais restritiva, a manutenção do superávit fiscal primário, em 3,8% do PIB, no ano de 2009, bem como a melhora no perfil da dívida, tornando-a menos suscetível a alterações da política monetária, permitirão a continuidade da trajetória de queda, embora em menor ritmo, da dívida pública líquida do setor público consolidado como proporção do PIB, que deverá atingir 39,3% ao final de 2009 (Tabela 6). Quanto ao déficit fiscal nominal do setor público consolidado, este também declinará, passando de 2,3%, em 2007, para 1,9% em 2009, todos como proporção do PIB.

TABELA 6 - PROJEÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS ⁽³⁾

Setor de Atividade	Observado 2007	Projeção ⁽²⁾ 2008	LDO 2009	Projeção ⁽²⁾ 2009
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	3,97	3,80	3,80	3,80
Dívida Líquida do Setor Público ⁽¹⁾	42,7	40,8	39,0	39,3
Resultado Nominal do Setor Público	-2,26	-2,04	0,76	-1,90

Fonte: Bacen/MF e STN/MF. Elaboração: ASSEC/MP.

Notas: ⁽¹⁾ PLDO - 2009 pressupõe reconhecimento de passivo de 0,23% do PIB e a PLOA - 2009 de 0,22%.

⁽²⁾ Projeções para 2008 e 2009, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração da PLOA.

⁽³⁾ Não considera a redução relativa ao PPI no percentual máximo de 0,5% do PIB.

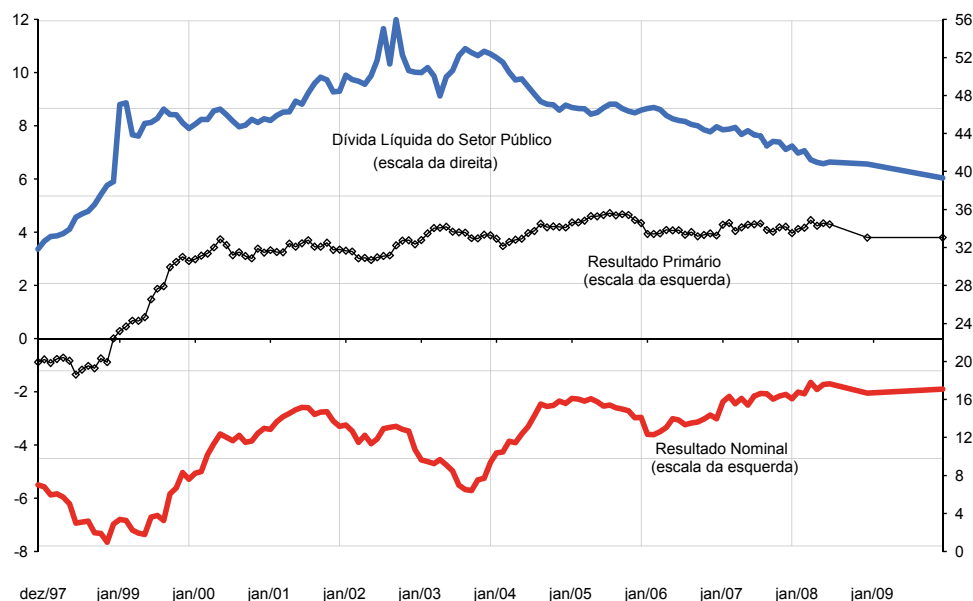
GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2009

A política fiscal empreendida entre os anos de 2003 a 2008 tem se mostrado extremamente bem-sucedida com relação aos seus principais objetivos, garantir a estabilidade da economia e reduzir a dívida pública do País. Aliada à política monetária, a política fiscal criou condições para a consolidação da estabilidade e a retomada do crescimento econômico sustentável, o que propiciou ambiente econômico favorável a novos avanços na área fiscal. Dessa forma, nos últimos anos, a política fiscal tem sido direcionada também para a melhoria da qualidade do gasto público, por meio da ampliação dos gastos sociais e dos investimentos em infra-estrutura. Nesse contexto, o PLOA 2009 foi elaborado tendo em vista a necessidade de dar continuidade ao processo de ajuste fiscal, mas considerando essas prioridades de governo. Alguns desafios fiscais, no entanto, ainda persistem, em particular quanto à simplificação do sistema tributário atual, cuja proposta de reforma foi enviada ao Congresso Nacional no começo de 2008, e ao controle dos grandes agregados de despesa, como pessoal e benefícios da Previdência Social, cujas propostas também se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

A Política Fiscal dos Últimos Anos

Os expressivos superávits primários gerados desde 2003 denotam uma política fiscal cujo objetivo central tem sido garantir a estabilidade econômica, com a reversão da trajetória de crescimento da dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB), observada até 2003, e a melhoria na composição da dívida, por meio da redução da emissão de títulos indexados a variáveis voláteis (câmbio e juros) e da ampliação do prazo médio dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Importante enfatizar que, mesmo com a não prorrogação da vigência da CPMF, o compromisso com uma política fiscal responsável foi mantido de forma a contribuir para o controle da demanda agregada, ampliar os graus de liberdade de atuação da política monetária, garantindo a manutenção da trajetória de queda da DLSP/PIB, conforme mostrado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO, RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL, 1997/2009⁽¹⁾
(% DO PIB - FLUXOS ACUMULADOS EM DOZE MESES)



Fonte: Bacen.

Nota: ⁽¹⁾ Dados observados até maio de 2008; projeções para dezembro de 2008 e dezembro de 2009 - PLOA 2009.

A política fiscal tem alcançado amplamente seus objetivos, ao proporcionar uma redução de cerca de 12 p.p. do PIB na DLSP/PIB, que passou de 52,93% em agosto de 2003 para 40,8% em maio de 2008. Contribuíram para essa melhoria superávits primários acima de 4% do PIB, em média, observados a partir de janeiro de 2003, e a redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,65% do PIB em agosto de 2003 para 6,14% do PIB em abril de 2008¹. Em 2008, já se observam resultados nominais recordes: no primeiro quadrimestre, por exemplo, o setor público consolidado apresentou um superávit nominal de R\$ 6,9 bilhões, ou 0,76% do PIB; no acumulado em doze meses, apresentou um dos menores déficits nominais (1,9% do PIB) desde o início da série, em 1991. A expectativa é de que a DLSP/PIB possa atingir 40,8% em dezembro de 2008, o que representa uma queda de 1,9 p.p do PIB em comparação a dezembro de 2007. Em 2009, a dívida líquida deverá continuar com a tendência de queda, apresentando uma relação de 39,3% em dezembro deste ano. Da mesma forma, os juros nominais deverão continuar sua trajetória de queda, perfazendo 5,84% do PIB e 5,70% do PIB, em 2008 e 2009, respectivamente, contribuindo para um déficit nominal estimado de 2,04% do PIB em 2008 e de 1,90% do PIB em 2009. Essa piora em 2009 deve-se à adoção de política monetária mais restritiva desde abril de 2008, para fazer frente à elevação da inflação.

¹ Dados acumulados em doze meses sem desvalorização cambial.

Novos Rumos da Política Fiscal

O cenário econômico favorável e a capacidade do Governo de obter fluxos fiscais e reduzir seu endividamento ao longo do tempo possibilitaram um incremento importante da despesa na área social e permitiram ao Governo e às suas empresas estatais expandir os investimentos em infra-estrutura por meio das obras do PAC. Quanto aos desafios de política fiscal, cabe ainda ressaltar a necessidade de se aprovar no Congresso Nacional e implementar a reforma tributária, voltada para a racionalização e simplificação do sistema atual, bem como controlar o crescimento dos principais agregados de despesa do Governo central, com vistas a ampliar o potencial de crescimento econômico do País.

Fundo Soberano do Brasil

O Governo Federal inovou com a proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil - FSB encaminhada ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 466 de 2 de julho de 2008. O FSB, fundo especial de natureza contábil-financeira, vinculado ao MF, têm por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior com vistas à formação de poupança pública, mitigação dos efeitos dos ciclos econômicos e fomento a projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior e se estrutura em torno da instituição do FIEE, do qual a União será cotista única, e de financiamentos a serem concedidos diretamente pelo FSB.

Esta iniciativa é retratada no PLOA 2009 através de proposta no texto que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar para o FSB. Tal mecanismo possibilita que seja utilizada eventual projeção de excedente sobre as metas fiscais para ampliação dos recursos do FSB destinados à integralização de cotas do FIEE, além de utilizar-se de excessos de fontes financeiras para fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

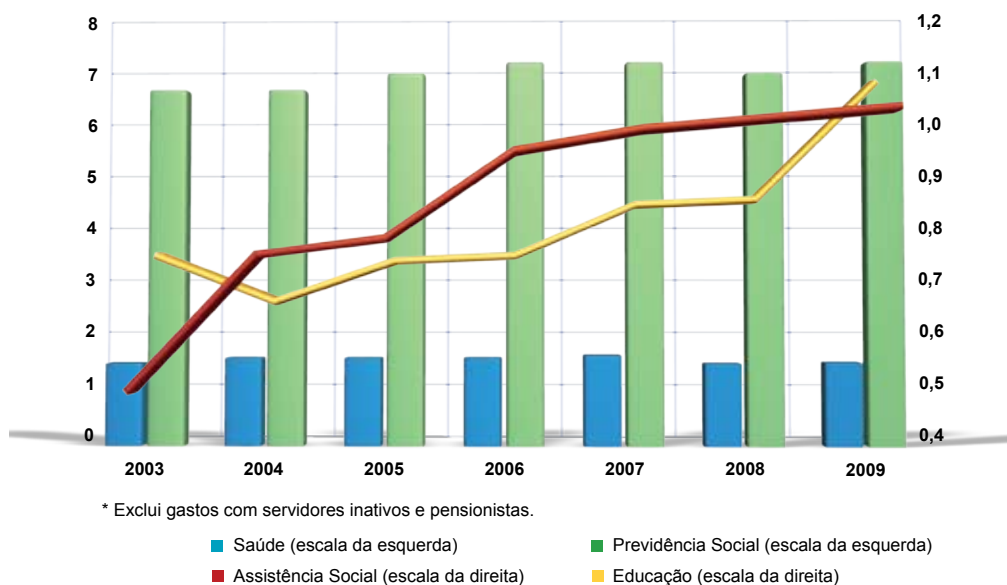
O resultado desta política é a atenuação de um forte componente pró-cíclico em termos econômicos existente no processo do gasto público, que advém da utilização de excessos de arrecadação conjunturais para aumento de despesas de consumo do Governo. Com o FSB, eventuais excessos de até 0,5% do PIB podem ser destinados à formação de poupança pública a ser utilizada no futuro quando ocorrerem ciclos de retração econômica.

Ênfase na Política Social

Desde 2003, o Governo vem ampliando os gastos nas áreas sociais. As despesas com saúde, educação e previdência social passaram de 8,8% do PIB em 2003 para 9,4% do PIB em 2008, com previsão de atingir 9,9% do PIB em 2009. No caso da educação, destaca-se a criação do FUNDEB, que aumentou a complementação da União para o ensino básico no âmbito dos Estados e Municípios para

R\$ 2,0 bilhões em 2007 e R\$ 3,2 bilhões em 2008, com previsão legal de repasse de R\$ 5,1 bilhões em 2009. Os gastos com assistência social também tiveram crescimento importante, a partir de 2004, quando passaram de 0,5% do PIB em 2003 para 1,0% do PIB em 2007, com ênfase no aumento dos gastos com o PBF.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DA ÁREA SOCIAL
(EM % DO PIB)



Em 2007, o Governo criou os seguintes programas:

- a. PDE, que abrangeu o FUNDEB;
- b. PRONASCI, voltado para a modernização do sistema de segurança pública; e
- c. Programa Mais Saúde, que tem por objetivo a ampliação do acesso à assistência médica e a melhoria dos mecanismos de gestão dos recursos na área de saúde.

Em 2008, deu início à Agenda Social, com os seguintes eixos de atuação:

- a. manutenção da redução das desigualdades, em particular, por meio da ampliação dos benefícios do PBF;
- b. juventude (Projovem); direitos da cidadania; e cultura (Programa Mais Cultura).

É de se observar que, de 2006 a 2008, há um crescimento significativo de recursos alocados para essas áreas, perfazendo uma média de 44% a.a.

Dados da PNAD de 2006² mostram a efetividade do PBF quanto ao foco e ao alcance do número de famílias de baixa renda. De acordo com aquela, este abrangeu 14,9% do total de domicílios no País, ou 8,1 milhões de domicílios em 2006. A média do rendimento mensal *per capita* entre os domicílios que receberam esse benefício naquele ano, era de R\$ 172,00, contra R\$ 699,00 entre os que não receberam quaisquer benefícios de programa social.

Com efeito, a orientação das políticas públicas para os segmentos mais desfavorecidos da população tem contribuído para a redução da desigualdade social e econômica. Segundo dados da PME do IBGE realizada em seis regiões metropolitanas, o crescimento no rendimento real da classe mais baixa (9,4% para os dois decis de menor renda em 2007) foi maior que o observado na média (3,2%). Fato observado também nos anos de 2006 e 2005, embora em menor magnitude. Estudo do Ipea³, baseado nestes dados, confirma também melhoria estimada na distribuição da renda, com o Índice de Gini passando de 0,515 em 2006 para 0,509 em 2007, e 0,502 no primeiro trimestre de 2008. Como resultado das políticas sociais adotadas, o País passou, em 2007, a pertencer ao rol dos países de ADH, mostrando melhoria na qualidade do ciclo de crescimento atual.

A política de valorização do salário mínimo, associada ao controle da inflação, tem sido outra importante política social do Governo, haja vista seu efeito positivo sobre a renda das famílias. Desde 2003, o percentual do salário mínimo necessário para aquisição da cesta básica⁴ passou de 104%, ao final de 2002, para 57%, em 2006, ou seja, praticamente dobrou de valor no período. Contudo, o aumento dos preços dos alimentos a partir de 2007 elevou o gasto para 72% em junho de 2008, percentual que seria maior não fosse aplicada a regra de ganhos reais para o salário mínimo.

² Pnad 2006 – Aspectos Complementares de Acesso à Transferência de Renda de Programas Sociais.

³ Comunicado da Presidência nº 6 de junho de 2008. (<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>).

⁴ Procon (SP)/DIEESE.

GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DO SALÁRIO MÍNIMO GASTO PARA SE ADQUIRIR A CESTA BÁSICA



Fonte: DIEESE e MTE.

Ampliação do Investimento Público Produtivo

A partir de 2008, observa-se maior celeridade nas obras em execução no âmbito do PAC. De fato, o gerenciamento do PAC vem sendo aperfeiçoado por meio do monitoramento mais próximo das ações que necessitam da atuação de órgãos de licenciamento, de fiscalização e do Judiciário para aumentarem a velocidade de execução. Além disso, tem-se utilizado imagens de satélite e georeferenciamento, com a finalidade de se obter um acompanhamento físico das obras de forma mais rápida. No 4o balanço do PAC, referente ao primeiro quadrimestre de 2008, das 2.120 ações monitoradas, além das obras concluídas, cerca de 87% encontravam-se em ritmo de execução adequado.

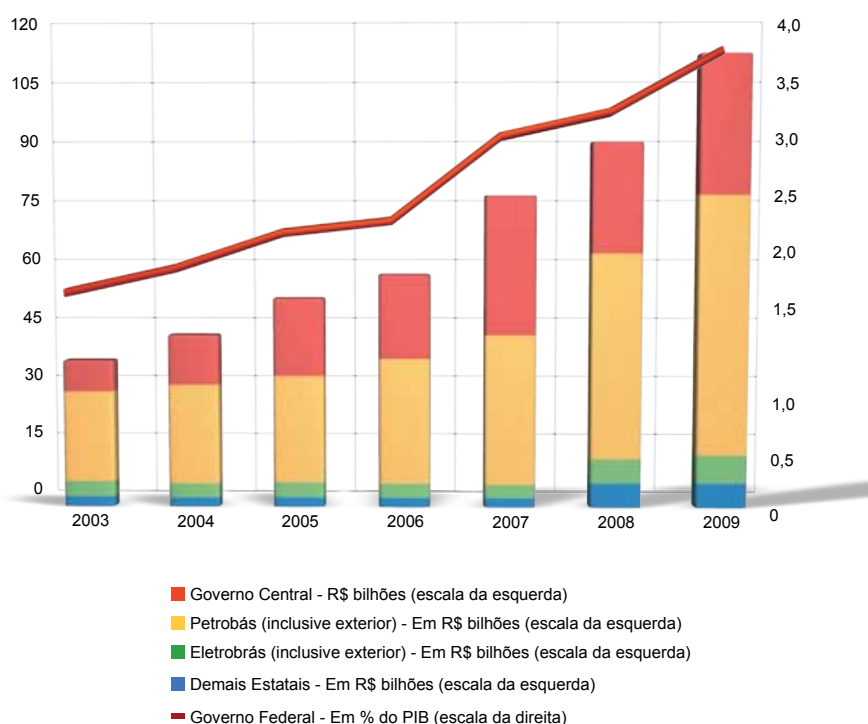
Até junho de 2008, foram empenhados R\$ 5,1 bilhões e pagos R\$ 3,5 bilhões, valores mais de 100% superiores à execução do primeiro semestre de 2007. Além do incremento na velocidade das obras em rodovias e ferrovias, destaca-se o aumento do ritmo de realização da despesa com saneamento, do MCidades, que empenhou R\$ 1 bilhão de recursos, cerca de 36% da dotação anual, e pagou R\$ 1 bilhão de restos a pagar até o período, valor superior a todo o pagamento realizado em 2007. Em relação aos investimentos de empresas estatais, foram concluídas obras em campos de exploração e produção de petróleo, e a implantação de 430 km de gasoduto no Estado do Espírito Santo e no Estado do Rio de Janeiro. Na área de energia, foram concluídas obras na área de geração, acrescidos 2,8 mil km de novas linhas de transmissão e realizadas 110,7 mil ligações de energia elétrica do Programa Luz para Todos, de 564 mil previstos para 2008. Quanto ao investimento privado, em 2007, foram

concedidos sete lotes de rodovias federais, num total de 2,6 mil km de extensão, com investimento total, pelo setor privado, previsto em R\$ 17,3 bilhões. Por fim, foram leiloadas as concessões para construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, que representarão um acréscimo de 6.450 MW de potência instalada no País.

No âmbito do orçamento fiscal, o PAC prevê recursos de R\$ 18,0 bilhões em 2008 e de R\$ 21,2 bilhões em 2009. Para o orçamento de investimento das empresas estatais, o PAC prevê valor de R\$ 27,2 em 2008 e de R\$ 50,1 em 2009, com destaque para os projetos de infra-estrutura energética. O Gráfico 4 apresenta a trajetória dos investimentos totais do Governo Federal (Governo central mais empresas estatais, inclusive bancos), que, em 2008, corresponde a R\$ 93,9 bilhões (3,3% do PIB) e R\$ 121,0 bilhões (3,8% do PIB) em 2009. As empresas dos Grupos Eletrobrás e Petrobras juntas representam cerca de 61,6% do total a ser investido pelo Governo Federal, e deverão aumentar seus volumes de investimento em 2009, da ordem de 30,8% em, relação a 2008.

GRÁFICO 4 - DESPESA COM INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL, 2000/2008(1)

(EM % DO PIB; E EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS CONSTANTES DE 2008 - DEFLATOR IPCA)



Fonte: DEST/MP.

Nota: ⁽¹⁾ Dados observados até 2007 (empenho liquidado). 2008 = LOA - 2008 + Créditos. 2009 = PLOA - 2009.

Proposta de Modernização do Sistema Tributário

Com relação ao desafio de política fiscal de racionalização do sistema tributário atual, o Governo apresentou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária, que tem como princípio o diagnóstico de que as principais distorções do sistema tributário são causadas pela incidência de tributos indiretos sobre bens e serviços. Com isso, a proposta busca instituir um sistema em que a maioria dos tributos são indiretos, neutros e simples, o que permitirá:

- a. a eliminação dos entraves aos investimentos e das distorções do comércio exterior;
- b. a redução dos custos de cumprimento das obrigações tributárias; e
- c. a ampliação da base de contribuintes, com redução da informalidade.

Os principais aspectos da reforma são:

- a. simplificação do sistema tributário federal e estadual, com a unificação de tributos e a redução da complexidade de legislação tributária;
- b. unificação da Cofins, da contribuição para o PIS e da CIDE - Combustível em um único tributo, o IVA-F, que, após regulamentação, poderá viabilizar a total desoneração dos investimentos por meio da concessão de crédito integral e imediato para a aquisição de bens incorporados ao ativo permanente das empresas;
- c. extinção da CSLL, com sua incorporação ao IRPJ;
- d. duas medidas de desoneração da folha salarial: extinção da contribuição social do salário-educação e a substituição de suas receitas por outra fonte tributária federal, o novo IVA-F; e redução gradual de 20% para 14% da contribuição patronal sobre a folha, nos anos subsequentes à aprovação da reforma, devendo o Poder Executivo encaminhar o respectivo projeto de lei no prazo de até 90 dias da promulgação da Emenda à Constituição;
- e. previsão de mecanismos de ajuste no IVA-F e do IR com vistas a evitar eventual elevação da carga tributária;
- f. eliminação da guerra fiscal entre os Estados, com a mudança gradual da tributação da origem para o destino dos produtos, mantendo uma alíquota de 2% a ser cobrada no Estado de origem, e a unificação das 27 legislações e mais de cinquenta alíquotas do ICMS;

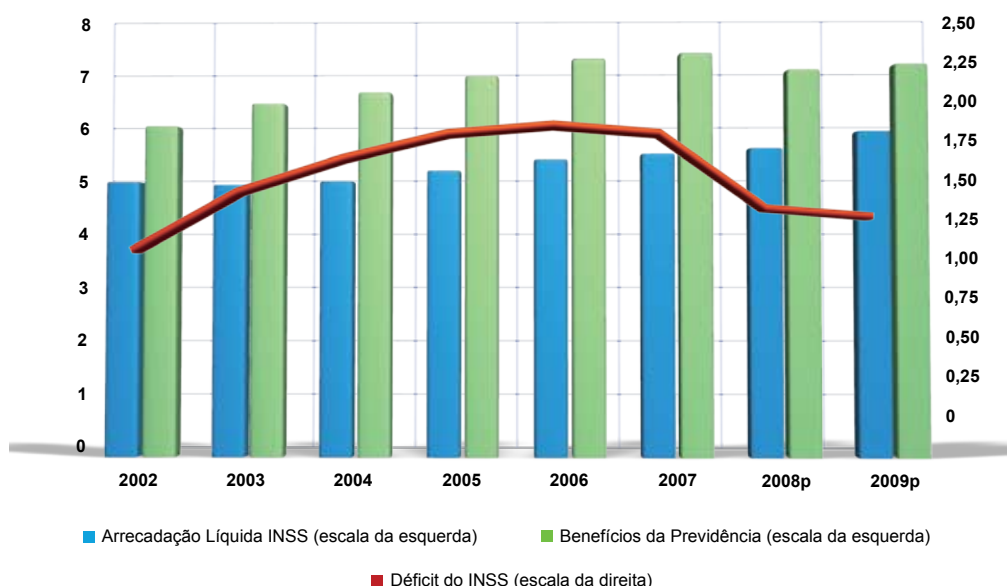
- g. criação do FER, para compensar eventuais perdas de arrecadação, e previsão de mecanismos de controle ao aumento da carga tributária do ICMS;
- h. ampliação dos recursos destinados à política de desenvolvimento regional e ao aprimoramento de seus instrumentos, com a criação do FNDR, que deverá incorporar os fundos constitucionais e regionais existentes e expandir o escopo da PNDR para investimentos em projetos estruturantes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas regiões menos desenvolvidas do Sul e Sudeste;
- i. modificação paulatina do critério de distribuição aos Municípios dos recursos arrecadados pelo ICMS, atualmente transferidos com base no valor adicionado, o que gera sensível disparidade na distribuição dos recursos arrecadados por esse imposto em favor dos Municípios que possuem grandes indústrias instaladas; e
- j. neutralidade a curto prazo da partilha dos recursos fiscais, mantendo sua atual distribuição entre Estados, Municípios e Governo Federal.

Agregados de Despesa: Benefícios da Previdência Social e Pessoal

Outro desafio importante da política fiscal refere-se ao controle do crescimento de grandes agregados da despesa, como benefícios da Previdência Social e gastos com pessoal e encargos, que representam cerca de 74% da despesa corrente primária do Governo central.

Pelo Gráfico 5, de 2003 a 2007, o déficit da Previdência Social passou de 1,44% do PIB para 1,75% do PIB. Nesse período, as contribuições de trabalhadores e empregadores para a seguridade social passaram, de 4,75% do PIB para 5,49% do PIB, enquanto as despesas cresceram, de 6,19% do PIB para 7,24% do PIB. Para 2008 e 2009, a expectativa é de redução do déficit para um percentual inferior a 1,32% do PIB e de 1,28% do PIB, respectivamente.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO INSS



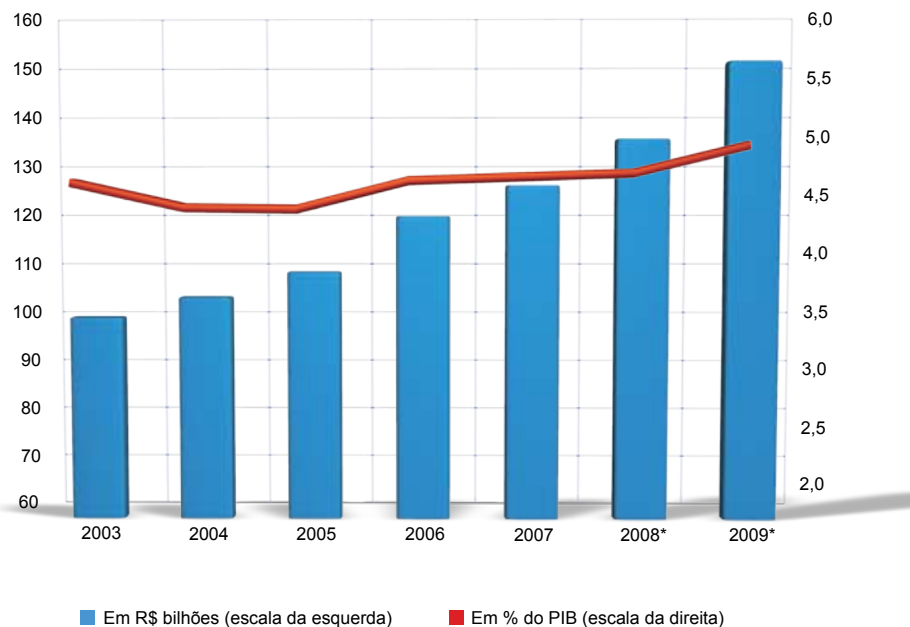
Fonte: INSS.

O crescimento da arrecadação previdenciária tem permitido compensar o crescimento da despesa com benefícios em 2008 e 2009, como resultado da crescente formalização do mercado de trabalho. Ademais, desde 2005, medidas gerenciais tomadas, em particular a introdução de novo modelo médico-pericial para concessão do auxílio-doença, junto ao censo previdenciário, resultaram na desaceleração do crescimento da despesa.

Em relação à despesa com Pessoal e Encargos Sociais, conforme mostrada no Gráfico 6 esta manteve-se estabilizada em cerca de 4,7% do PIB a partir de 2006. O aumento nominal da despesa de Pessoal teve por objetivo a reestruturação da administração pública, especialmente, por meio da abertura de novos concursos públicos em áreas essenciais de atuação do Estado, além da substituição de servidores terceirizados por concursados.

No período de 2005 a 2007, ingressaram 46.205 novos servidores no Executivo Federal, sendo 62% correspondentes a pessoal de nível superior. Destaca-se a contratação de servidores para áreas essenciais de ação do Estado, a saber: técnicos especializados para as agências reguladoras, professores de instituições de ensino superior, agentes de fiscalização, de previdência e de seguro social, assim como agentes para a polícia rodoviária federal.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
(EM % DO PIB; E EM R\$ BILHÕES, A PREÇOS CONSTANTES DE 2006 - DEFLATOR IPCA)



Fonte: SOF/MP.

Nota: ⁽¹⁾ Exceto CPSS Patronal. Dados observados até 2007 (empenho liquidado).

⁽²⁾ Projetado: 2008 = LOA - 2008 (3ª. Av. Bim.); e 2009 = PLOA - 2009. Conceito competência.

Com o objetivo de conferir previsibilidade a esses importantes agregados de despesa nos próximos anos, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional duas propostas:

- a. projeto de lei que prevê regras para o reajuste do salário mínimo para o período de 2008 a 2011, com reajustes anuais, em março de 2008, fevereiro de 2009, janeiro de 2010 e janeiro de 2011, todos em percentual equivalente à variação acumulada em onze meses do INPC, acrescido da taxa de crescimento real do PIB, apurada, respectivamente, em 2006, 2007, 2008 e 2009, com objetivo de recompor, de forma gradual, o valor real do salário mínimo; e
- b. um projeto de Lei Complementar que propõe a limitação na taxa de crescimento para a despesa com pessoal, referente ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do IPCA, verificado no período de abril a março do ano imediatamente anterior, acrescido de 1,5% (um e meio por cento) ao ano, considerando-se a taxa de crescimento natural dessa despesa, para o período de 2007 a

2016. Tais medidas permitirão viabilizar os investimentos necessários ao crescimento econômico sem comprometer o ajuste fiscal, ao mesmo tempo em que definem uma trajetória de longo prazo estável para essas despesas e garante espaço fiscal suficiente para a continuidade da política de valorização do salário mínimo e para novas recomposições salariais e reestruturações de carreira do servidor público.

A POLÍTICA DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Ao longo de 2007, importantes avanços ocorreram, como a melhora na composição da DPF. O somatório dos títulos remunerados por índices de preços e prefixados atingiu aproximadamente 60% do total da dívida, houve redução do percentual vincendo em doze meses, que se situou abaixo de 30% (menor nível histórico desde junho de 2002), e aumento do prazo médio da DPF, que passou de 35,5 meses ao final de 2006 para 39,2 meses ao fim de 2007.

O gerenciamento da DPF tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, assegurando a manutenção de níveis prudentes de risco e contribuindo para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos.

Para tanto, o PAF de 2007 reafirmou as diretrizes de:

- a. alongamento do prazo médio da DPF, principalmente, por meio do aumento do prazo médio dos títulos emitidos em oferta pública;
- b. redução do percentual da DPF vincendo em doze meses;
- c. substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic e pela variação cambial por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- d. emissões qualitativas de títulos em moeda estrangeira;
- e. incentivo ao desenvolvimento das estruturas a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e
- f. ampliação da base de investidores.

As principais metas, que refletiam as diretrizes mencionadas, foram atingidas. Cabe destacar o alongamento do prazo médio, a forte redução do percentual vincendo no curto prazo e a melhora da composição tanto da DPMFi quanto da DPF, fatores que colaboraram para a redução da percepção de risco associado ao País e culminaram na melhora nas classificações de risco concedidas pelas agências internacionais de *rating*.

TABELA 7 - RESULTADOS PARA A DPF

Indicadores	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	PAF 2007	
						Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bilhões)	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1333,8	1370,0	1450,0
Prazo Médio (meses)	39,0	35,3	33,3	35,5	39,2	37,0	42,0
Percentual vincendo em doze meses	30,7	39,3	36,3	32,4	28,2	27,0	31,0
Composição do estoque da DPF (em %)							
Prefixado	9,5	16,1	23,6	31,9	34,3	33,0	39,0
Índices de preço	10,3	11,9	13,1	19,9	24,2	20,0	24,0
Selic	46,5	45,7	43,9	33,4	30,7	26,0	32,0
Câmbio	32,4	24,2	17,6	12,7	9,0	10,0	12,0
TR e outros	1,4	2,1	1,8	2,0	1,9	1,0	3,0

Fonte: STN/MF. Elaboração: ASSEC/MP.

TABELA 8 - RESULTADOS PARA A DPMFi

Indicadores	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	PAF 2007	
						Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bilhões)	731,4	810,3	979,7	1093,5	1224,9	1230,0	1300,0
Prazo Médio (meses)	31,3	28,1	27,4	31,1	36,5	32,0	36,0
Percentual vincendo em doze meses	35,3	46,1	41,6	35,7	30,2	29,0	33,0
Composição do estoque da DPMFi (em %)							
Prefixado	12,5	20,1	27,9	36,1	37,3	37,0	43,0
Índices de preço	13,6	14,9	15,5	22,5	26,3	23,0	27,0
Selic	61,4	57,1	51,8	37,8	33,4	29,0	36,0
Câmbio	10,8	5,2	2,7	1,3	0,9	1,0	2,0
TR e outros	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,0	4,0

Fonte: STN/MF. Elaboração: ASSEC/MP.

Em primeiro lugar, os estoques da DPF e da DPMFi encerraram o ano ligeiramente abaixo dos limites mínimos estabelecido pelo PAF. Para a DPMFi, a principal razão foi o fato do montante das emissões realizadas ao longo de 2007 ter sido inferior ao mínimo que se previa, devido a condições de mercado.

O prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos, passando de 35,5 meses no fim de 2006, para 39,2 meses (limites entre 37 e 42 meses) ao término de 2007. Por sua vez, o prazo médio da DPMFi ultrapassou o limite superior do PAF 2007 atingindo 36,5 meses (limites entre 32 e 36 meses). Esses resultados demonstram o alongamento do perfil da dívida pública em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar também que a menor emissão de títulos com prazo inferior a doze meses resultou na expressiva redução na participação da dívida vincenda em doze meses sobre o total devido, queda de 4,2 p.p. para a DPF, encerrando o ano em 28,2%, e de 5,5 pontos percentuais para a DPMFi, encerrando o ano em 30,2%

Destacam-se os indicadores de composição da DPMFi que perfazem o melhor resultado alcançado desde o início da publicação das estatísticas oficiais, em 1999. A participação dos títulos referenciados à taxa Selic apresentou expressiva queda, passando de 37,8% em dezembro de 2006 para 33,4% em dezembro de 2007. Já a participação de títulos prefixados atingiu 37,3% do estoque, ante 36,1% no ano anterior, enquanto os títulos referenciados por índices de preços passaram de 22,5% para 26,3%. Em conjunto, os títulos prefixados e remunerados por índices de preços aumentaram sua participação na DPMFi e na DPF de 58,6% para 63,6% e de 51,8% para 59,2%, respectivamente, trajetória congruente às diretrizes do PAF.

Ressalta-se que o aumento dos títulos prefixados no total da dívida proporciona maior previsibilidade à gestão da dívida pública e incentiva o desenvolvimento de uma estrutura a termo da curva de juros doméstica, além de ampliar o efeito da política monetária.

As emissões ocorridas em 2007 no mercado internacional totalizaram US\$ 2,9 bilhões, com destaque para a emissão do título da dívida externa brasileira em reais de vinte anos, o Global 2028, que proporcionou o alongamento da curva externa de títulos prefixados denominados em moeda doméstica. Nas últimas emissões externas, observou-se que as taxas de reabertura dos títulos foram sistematicamente inferiores às obtidas nas emissões anteriores, assim como houve aumento gradual nos prazos de emissão ao longo dos anos.

Com relação ao Programa de Resgate Antecipado¹ de títulos da Dívida Externa, que foi criado para reduzir a concentração de vencimentos no curto prazo, e passou, a partir de 2007, a buscar a melhora da curva de juros pela redução do estoque de títulos que a distorcem. As recompras ao longo de 2007 atingiram US\$ 7,0 bilhões em valor financeiro (US\$ 5,4 bilhões em valor de face²), o que significou a retirada do mercado de cerca de 12,1% do estoque total dos títulos globais existentes em dezembro de 2006 e a redução de US\$ 9,4 bilhões de juros (em valores correntes) a serem pagos até 2040. Com o resgate antecipado dos títulos, reduziu-se a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, e melhorou-se o perfil da curva pela retirada dos títulos que possuem alto valor nominal.

¹ Entre janeiro e dezembro de 2006, o Programa foi conduzido dentro do escopo da estratégia de financiamento externo do Tesouro Nacional, sendo executado pela mesa de operações do Bacen. Contemplava títulos com vencimento até 2010, posteriormente estendido até 2012. Desde janeiro de 2007, o Programa vem sendo executado pela mesa de operações de dívida externa do Tesouro Nacional e inclui todos os títulos da curva de juros soberana, independentemente, de seu vencimento.

² O valor financeiro representa o volume necessário em moeda estrangeira para o pagamento dos títulos resgatados. Já o valor de face reflete o impacto do resgate antecipado nas estatísticas da DPF.

O Plano Anual de Financiamento para 2008

Em janeiro de 2008, o Tesouro Nacional divulgou, pelo 8º ano seguido, o PAF, mantendo as mesmas diretrizes básicas dos últimos anos. Nominalmente, o Tesouro Nacional busca gradualmente aumentar as parcelas prefixada e indexada à inflação da dívida, ao mesmo tempo em que reduz a parcela atrelada à taxa Selic. Adicionalmente, visa reduzir a parcela vincenda em doze meses e incrementar o prazo médio total. Desta maneira, os riscos de mercado e de refinanciamento são minorados e proporcionam mais conforto e flexibilidade ao Tesouro Nacional no que refere ao gerenciamento da dívida pública.

TABELA 9 - RESULTADOS PARA DPF E PAF 2008

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	jun/08	PAF 2008	
							Mínimo	Máximo
Estoque da DPF ⁽¹⁾ em mercado (R\$ bilhões)	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1333,8	1343,4	1480,0	1540,0
Prazo Médio (meses)	39,0	35,3	33,3	35,5	39,2	41,3	42,0	46,0
Percentual vincendo em doze meses	30,7	39,3	36,3	32,4	28,2	25,9	24,0	27,0
Participação no estoque da DPF (em %)								
Prefixado	9,5	16,1	23,6	31,9	34,3	32,3	35,0	40,0
Índices de preço	10,3	11,9	13,1	19,9	24,2	25,9	25,0	29,0
Selic	46,5	45,7	43,9	33,4	30,7	32,0	25,0	30,0
Câmbio	32,4	24,2	17,6	12,7	9,0	7,92	7,0	9,0
TR e outros	1,4	2,1	1,8	2,0	1,9	1,9	1,0	3,0

Fonte: (STN/MF. Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 1.247,29 bilhões) e a Dívida Externa (R\$ 96,11 bilhões), posição em junho/2008, montantes de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Em junho de 2008, alguns indicadores já se encontravam dentro dos limites estabelecidos pelo PAF 2008, para o final do ano, como o percentual vincendo em doze meses e a participação dos títulos remunerados por índices de preços no estoque da DPF. Em função da forte volatilidade, observada nos mercados financeiros mundiais entre janeiro e junho de 2008, espera-se que os indicadores encerrem o ano próximo às bandas inferiores do Plano, o que reforça o comprometimento com a execução das metas traçadas, embora a velocidade de convergência possa ser ajustada conforme as condições de mercado.

Deve-se notar que, diferentemente dos anos anteriores, o Tesouro Nacional passou a apresentar os resultados projetados para 2008, exclusivamente, para as estatísticas da DPF, evidenciando a integração plena entre as diretrizes e as estratégias de financiamento nos mercados doméstico e internacional.

Em relação à dívida externa, visando aprimorar o perfil do endividamento, o Tesouro Nacional realizou em maio de 2008 a segunda reabertura do bônus Global 2017³, no valor de US\$ 525 milhões. O *yield* obtido na emissão, 5,299% a.a., representa o menor custo de captação já obtido por papel brasileiro em emissões externas, demonstrando a crescente confiança do investidor estrangeiro na economia brasileira, mesmo em meio à elevada volatilidade no cenário mundial.

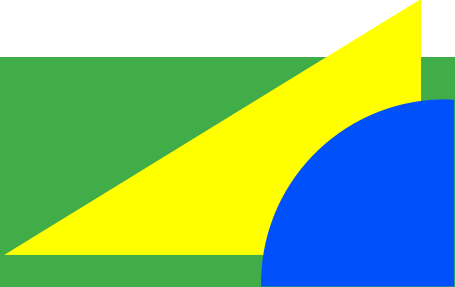
Acerca do Tesouro Direto, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos pelas pessoas físicas, por meio da Internet, as vendas acumuladas em 2008 até o mês de maio atingiram R\$ 497,3 milhões, aumento de 25,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado mostra o forte crescimento e disseminação deste programa que também podem ser verificados pelo expressivo número de investidores, 118.717 pessoas, dos quais 15.724 se cadastraram em 2008.

Em 2009, a gestão da dívida pública deverá seguir as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional relacionadas à substituição gradual dos títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; à ampliação da base de investidores; e ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo. Atenção especial será dada ao alongamento do prazo médio da dívida, por meio da introdução de novos vértices mais longos, e da suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

³ Título considerado ponto de referência (benchmark) para os títulos de dez anos na curva de juros externa denominada em dólar.



II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento

- Agricultura e Agronegócio
 - Desenvolvimento Agrário
 - Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior
 - Infra-Estrutura Econômica
- 

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro vem consolidando a sua posição de destaque no mundo. Sendo um dos setores mais dinâmicos da nossa economia, deverá transformar o Brasil em um dos principais parceiros comerciais dos grandes blocos econômicos, especialmente, agora em que os países se deparam com o avanço da demanda por alimentos e com uma relativa incapacidade de ampliar a sua produção.

A produção concernente à safra 2007/2008, já encerrada, foi de 142,4 milhões de toneladas de grãos. A expectativa é que a safra 2008/2009 supere esse patamar, e que a balança comercial do agronegócio se mantenha crescente, graças ao alto nível tecnológico e à elevação dos preços das commodities no mercado mundial que têm contribuindo para a recuperação do setor e a melhoria de seus resultados.

O cenário é positivo para o Brasil. Com a crescente demanda mundial por alimentos sustentando a alta das cotações dos produtos agropecuários, dado o potencial das terras e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, o País será capaz de continuar expandindo a produção agropecuária sem a necessidade de promover avanços sobre novas áreas, ampliando as áreas destinadas à atividade agrícola, mediante transferência de terras hoje degradadas e de baixa produtividade, sem afetar a produção já existente, inclusive para aumentar a produção de etanol e de biocombustíveis.

0 Desempenho das Exportações

As exportações brasileiras no setor do agronegócio apresentam excelente desempenho. Do superávit global de US\$ 11,4 bilhões da balança comercial no 1º semestre de 2008, o agronegócio teve um superávit de US\$ 28,2 bilhões. As exportações nesse setor, considerando o acumulado de janeiro a junho, somaram US\$ 33,8 bilhões, representando um crescimento de 26,1%, em relação aos US\$ 26,8 bilhões registrados em igual período no ano passado, como se observa na Tabela 1.

TABELA 1 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E DO AGRONEGÓCIO
(US\$ MILHÕES ANO)

Ano	saldo		exportações			importações		
	Total	agronegócio	total	agronegócio	(%)	Total	agronegócio	(%)
2003	24.824	25.848	73.084	30.639	41,9	48.260	4.791	9,9
2004	33.693	34.135	96.475	39.016	40,4	62.782	4.881	7,8
2005	44.757	38.417	118.308	43.601	36,9	73.551	5.184	7,0
2006	46.456	42.770	137.807	49.465	35,9	91.351	6.695	7,3
2007	40.027	49.701	160.649	58.420	36,4	120.622	8.719	7,2
jan-jun 2007	20.579	22.813	73.214	26.758	36,5	52.635	3.945	7,5
jan-jun 2008	11.370	28.154	90.645	33.784	37,3	79.275	5.630	7,1

Fonte: Secex/MDIC.

Para 2008, o superávit do agronegócio poderá superar os US\$ 52 bilhões e dar uma importante contribuição para a balança comercial. Preços recordes de commodities, especialmente, de soja e carnes, devem garantir o excelente desempenho das exportações do setor, expectativa igualmente projetada para 2009.

Crédito Rural

Mantendo o compromisso do Governo Federal de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções, o PAP 2008/2009 prevê a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 65 bilhões para financiamentos de operações de custeio, investimento e comercialização.

O referido Plano sinaliza os rumos da política agrícola para o próximo ano-safra e em plena consonância com os fundamentos de crescimento sustentável com estabilidade de preços.

Dentre as principais ações contempladas no Plano, vale ressaltar a maior oferta de recursos a taxas mais favorecidas; a ampliação dos limites de crédito rural; o fortalecimento da média agricultura, com aumento de recursos ao Proger Rural, e o incentivo ao agronegócio sustentável, com a recuperação de áreas degradadas. O Governo Federal considera que essas medidas reforçarão, de modo eficaz, a continuidade dos bons resultados alcançados pelo agronegócio.

Serviços à Agropecuária

O Governo Federal vem desenvolvendo suas ações nas áreas de pesquisa, defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem e abastecimento, meteorologia e climatologia, zoneamento agrícola, a subvenção ao prêmio do seguro rural e do desenvolvimento da agroenergia.

A pesquisa agropecuária busca proporcionar para a agricultura brasileira inovações que têm papel estratégico na construção das bases para o aumento da competitividade do agronegócio com inserção social, crescimento econômico sustentável e maior oferta de produtos e serviços competitivos, com qualidade e valor agregado, disponibilizando conhecimentos e tecnologias em temas estratégicos como biotecnologia, nanotecnologia, agricultura alimentar e agroenergia, assim como aquelas de prevenção e controle de pragas e doenças exóticas. Para 2009, foram alocados recursos da ordem de R\$ 490,3 milhões para continuidade das pesquisas.

Como principais resultados e perspectivas para 2008 a 2010, por meio de um plano de melhoria do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, o Governo está procedendo à revitalização e à modernização da infra-estrutura física e laboratorial, à ampliação de unidades, à construção de novos centros e ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa com vistas a atender à demanda por tecnologias. O orçamento de 2009 prevê R\$ 311,5 milhões para essa melhoria e ampliação iniciada em 2008.

No que se refere aos controles que dificultam o agronegócio internacional, o enrijecimento das barreiras fitozoossanitárias, por parte dos países importadores, demonstra que há um longo caminho a percorrer, para a abertura de mercados aos produtos brasileiros. Para isso o Governo tem priorizado recursos para controle e erradicação de doenças e pragas na agropecuária na ordem de R\$ 147,5 milhões.

Quanto à qualidade de alimentos agropecuários, a modernização dos Laboratórios da Rede Federal de análises de produtos tem por objetivo cobrir a demanda crescente e elevar o nível da qualidade e da sanidade dos alimentos. Para 2009, foram alocados R\$ 94,9 milhões no Programa de Qualidade de Alimentos e Bebidas com ênfase nas ações de fiscalização e de análise laboratorial de produtos, visando a redução de resíduos químicos e biológicos nocivos à saúde humana e o cumprimento das exigências do mercado exterior.

As ações desenvolvidas na área da armazenagem, comercialização e abastecimento, buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, por meio da implementação de políticas públicas, da organização da base produtiva e de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, mediante a formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários para garantir a regularidade do abastecimento, a segurança alimentar da população brasileira e o equilíbrio de preços.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural privado beneficiará aproximadamente 72 mil produtores, abrangendo uma área de 6 milhões de ha mediante a aplicação

de R\$ 160 milhões no exercício de 2008. Para 2009, estão previstos recursos da ordem de R\$ 181,9 milhões possibilitando a ampliação do atendimento.

Dada a relevância do zoneamento agrícola para a agricultura e para a ampliação do seguro rural, estão sendo ampliados os estudos para a inclusão de novas culturas, com ênfase naquelas com potencial de produção de bicomcombustível, tais como mamona, canola, dendê e girassol, perfazendo um total esperado de 350 estudos.

O desenvolvimento da agroenergia vem sendo fundamental para a diversificação da matriz energética do País, cuja estratégia do Governo prioriza o investimento nas fontes renováveis. Além da recente inserção do biodiesel, a performance da cana-de-açúcar também merece destaque. Em 2007, assumiu a condição de segunda posição, com 16% da oferta interna de energia, superando as hidrelétricas. Essa performance deve ser mantida como resposta ao crescimento da demanda por álcool combustível e pelos investimentos em maior eficiência energética a partir do uso de seu bagaço e de sua palha.

A safra de 2008/2009 deverá bater um novo recorde, com mais de 558 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processadas. Aproximadamente 57% dessa matéria-prima deverá ser utilizada para a produção de álcool, especialmente, o hidratado, que apresenta preços mais competitivos que a gasolina.

O setor sucroalcooleiro passa por um processo de grandes investimentos, tanto na modernização do parque industrial, quanto no desenvolvimento de novas rotas tecnológicas. Isso representa a redução da necessidade de ocupação de novas áreas para o aumento da produção, apesar da cana-de-açúcar ocupar apenas 2% das áreas agricultáveis do País.

Do mesmo modo, o Governo enfatiza a pesquisa agropecuária para a identificação e o desenvolvimento de novas cultivares para aumentar a competitividade do biodiesel. Com isso, espera-se que num futuro próximo sejam superadas as turbulências no mercado internacional de alimentos, inclusive de óleos vegetais, reforçando a convicção de que os biocombustíveis, produzidos de forma responsável e sustentável, podem trazer importantes benefícios para o agronegócio, bem como para toda a sociedade.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A promoção do desenvolvimento rural sustentável, por intermédio do aumento da produção de alimentos, do acesso a direitos, da geração de emprego e renda e da inclusão social é o objetivo central da política para o campo. Para alcançá-lo estão sendo aprimorados e construídos novos instrumentos da política agrícola e agrária com vistas ao fortalecimento econômico da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária.

A partir de 2007, essa atuação foi intensificada com a estruturação do modelo Territórios da Cidadania, o qual busca a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida no meio rural, por meio da integração das políticas públicas setoriais e da atuação das várias esferas de governo. Em 2008, foram sessenta territórios beneficiados. Para 2009, a meta é incorporar mais trinta territórios. Nesse contexto, o MDA tem buscado dinamizar o desenvolvimento dos assentamentos rurais, a regularização fundiária, a produção e a comercialização da agricultura familiar, bem como a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia no campo.

Mais recentemente, com o lançamento do Plano de Safra Mais Alimentos voltado para a ampliação da produção e da produtividade da agricultura familiar pretende-se alcançar maior renda e sustentabilidade para essa atividade e o equilíbrio de preços com a oferta de produtos com qualidade e em quantidade suficiente à população.

Reforma Agrária

No período de 2003 a 2007, o Governo Federal assentou 450 mil famílias e destinou para a reforma agrária cerca de 38,9 milhões de ha. No total, um investimento direto da ordem de R\$ 11 bilhões. Para 2008 e 2009, a meta é assentar mais 100 mil famílias ao ano.

Além de viabilizar o acesso à terra o Governo Federal implementou um conjunto de ações, tais como a disponibilização de infra-estrutura adequada, o apoio à produção e à comercialização e à prestação de assistência técnica e capacitação, indispensáveis para a qualificação dos assentamentos. Para dar continuidade a esse processo, para 2009, estão previstos recursos da ordem de R\$ 2,27 bilhões para implantação de novos projetos e para o desenvolvimento e qualificação dos assentamentos já existentes.

Aos assentados da reforma agrária também serão disponibilizados R\$ 1,22 bilhão, mediante financiamento denominado crédito-instalação, cujos recursos serão utilizados na construção ou recuperação da moradia na parcela de terra, na

aquisição de insumos e de pequenos equipamentos e para a subsistência das famílias até a primeira colheita, além de apoio à segurança hídrica das famílias assentadas no semi-árido.

Além disso, mediante o Programa Crédito Fundiário, o qual objetiva promover o acesso à terra em áreas não passíveis de desapropriação, serão destinados R\$ 447,3 milhões para financiar a aquisição de terras e a estruturação das novas unidades, com vistas a atender 20 mil famílias.

Regularização Fundiária

A fraca atuação na regularização fundiária em terras públicas federais propiciou situações de descontrole, ilegalidade e instabilidade jurídica. Neste Governo, as ações foram retomadas visando, prioritariamente, a permanência de agricultores familiares nas comunidades locais e populações tradicionais em seus territórios.

Coerente com a prioridade estabelecida, com incremento de quase 100% sobre o volume de recursos destinados em 2008, o Programa de Gerenciamento da Estrutura Fundiária contará, em 2009, com R\$ 162,6 milhões, principalmente, para os trabalhos de georeferenciamento de áreas públicas e privadas predeterminadas e de identificação e destinação de terras públicas. Essas duas ações são instrumentos fundamentais no combate à degradação ambiental e à grilagem de terras, sobretudo na Amazônia Legal e nas faixas de fronteira.

Além disso, mediante atuação conjunta com os governos estaduais, o Governo Federal vem apoiando o cadastramento georeferenciado e a titulação de imóveis em terras devolutas estaduais. Em 2009, serão destinados R\$ 12 milhões para o cadastro georeferenciado de mais de 144.000 imóveis e a titulação de 44.500 posses, sobretudo nos Estados da Bahia, Maranhão, Ceará, Minas Gerais e São Paulo.

Agricultura Familiar e Plano de Safra

A elevação dos preços dos alimentos repercute diretamente sobre o padrão de consumo da população brasileira, sobretudo dos segmentos de baixa renda.

Essa situação coloca para o Brasil dois grandes desafios. O 1º é o de garantir a segurança alimentar interna, ofertando alimentos em quantidade, qualidade e diversidade suficientes, adequadas para toda a população brasileira. O 2º desafio é o de contribuir com a oferta de alimentos para uma população mundial que consome cada vez mais.

O Plano de Safra da Agricultura Familiar para 2008/2009 objetiva aumentar a produção e a produtividade desse segmento, sendo disponibilizados R\$ 13 bilhões para financiamento nas linhas de custeio, investimento e comercialização do PRONAF nessa safra, com destaque para a linha de crédito de investimento de longo prazo, voltada para a estruturação das unidades produtivas familiares. Nesse sentido, o Governo Federal fortaleceu as ações de abastecimento e, especialmente, aquelas voltadas para ampliação da assistência técnica e extensão rural.

Além da constante ampliação no volume de recursos disponibilizados nos planos de safra anuais e da reorganização do Ater, o Governo viabilizou um conjunto de instrumentos importantes de apoio à produção, sendo que alguns se materializam foram dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

O SEAF oferece cobertura de 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda de até R\$ 1.800,00. A partir da safra 2008/2009, essa parcela será ampliada para R\$ 2.500,00, como parte do esforço do Governo no Programa Mais Alimentos. Na safra 2007/2008, foram amparados mais de 616 mil empreendimentos de agricultores familiares, com um valor segurado de R\$ 3,6 bilhões.

O PGPAF, criado em 2006, garante aos agricultores familiares com crédito no PRONAF a indexação do financiamento a um preço de garantia do produto igual ou próximo ao de custo de produção. O PGPAF é a ferramenta para enfrentar eventual queda de preço no momento da comercialização da produção, garantindo a renda da agricultura familiar.

O Programa Garantia-Safra através de um fundo social composto de recursos da União, Estados, Municípios e dos agricultores, garante um benefício de até R\$ 550,00 por ano ao agricultor familiar do semi-árido. Para a atual safra, além da cobertura da perda da colheita pela estiagem, o seguro beneficiará, também, aqueles que tiverem perdas por excesso hídrico. Para 2009, a previsão é que o Governo Federal aporte R\$ 100 milhões ao Fundo. Esses recursos, acrescidos das contribuições dos Estados e dos Municípios, permitirão a adesão de 718 mil agricultores ao programa.

O PAA que combinado com as demais ações do PRONAF, estimula a produção de alimentos e o acesso aos mercados regionais e institucionais, dinamizando as economias locais na geração de renda mediante a articulação da produção da agricultura familiar com a demanda gerada pelas políticas de segurança alimentar. Através da modalidade de formação de estoques, coordenada pelo MDA, serão investidos R\$ 137,9 milhões em 2009.

INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Ciência e Tecnologia

As iniciativas voltadas para a expansão e consolidação institucional do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, previstas para 2009, abrangem:

- a. a constituição e consolidação de fóruns de integração de políticas e iniciativas dos atores de ciência, tecnologia e inovação, com destaque para a revitalização e a dinamização do CNPq, como instância de assessoramento superior do Governo Federal, e para a estruturação de um sistema articulado com o setor empresarial;
- b. o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e de apoio financeiro, intensificando as parcerias com Estados e Municípios para a sua integração ao Sistema Nacional;
- c. a revitalização e consolidação da cooperação internacional;
- d. a ampliação do número e do valor das bolsas de formação, pesquisa e extensão concedidas pelo CNPq, com ênfase em engenharia, nas áreas prioritárias da política de desenvolvimento produtivo e em setores estratégicos para o desenvolvimento do País; e
- e. o estímulo à inserção de pesquisadores, engenheiros e doutores, nas empresas, como meio de induzir o nascimento de estruturas de pesquisa, desenvolvimento e inovação empresarial.

Os esforços para consolidação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica do País serão empregados por meio de:

- a. fomento a projetos individuais e coletivos, incluindo as redes formadas por universidades, centros de pesquisa e institutos tecnológicos;
- b. expansão da RNP, para interligar em alta velocidade as entidades do Sistema Nacional de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- c. estímulo às unidades de pesquisa do MCT, na condição de laboratórios nacionais ou núcleos coordenadores de redes temáticas em áreas estratégicas para o desenvolvimento autônomo do País.

As ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas serão intensificadas por meio da ampliação da inserção de pesquisadores no setor produtivo, do estímulo à cooperação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas, da difusão da cultura de absorção do conhecimento técnico

e científico, da formação de recursos humanos para a inovação, do apoio à implementação de centros de pesquisa, do desenvolvimento e inovação empresariais, visando a expansão do emprego, renda e valor agregado nas diversas etapas da produção, e do incentivo à criação e à consolidação de empresas intensivas em tecnologia, mediante o apoio a incubadoras de empresas, parques tecnológicos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em tais instituições. Para essas ações serão destinados R\$ 2.372,4 milhões em 2009.

As áreas de biotecnologia e nanotecnologia contarão com recursos orçamentários no montante de R\$ 54,5 milhões em 2009, visando o estabelecimento de prioridades e a criação de condições institucionais, materiais e de recursos humanos para maior estímulo à inovação, por meio da agilização do processo de transferência de conhecimento para a geração de produtos e processos que utilizem essas tecnologias.

A biotecnologia receberá incentivos para o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos de sua aplicação, como agropecuária, saúde humana e animal, meio ambiente e indústria, em sintonia com a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. Será fortalecida a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das plataformas tecnológicas e das cadeias de serviços, relacionadas ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos, e incentivada a formação de empreendedores em biotecnologia. Da mesma forma, serão implementadas ações para o estímulo à inovação em áreas na nanotecnologia consideradas estratégicas para o País, estimulando a interação entre instituições científicas e tecnológicas e empresas.

Estão previstos, também para 2009, R\$ 10,7 milhões para a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de proteção à biodiversidade nacional e ao conhecimento sobre ela produzido, além do apoio ao desenvolvimento e ao aprimoramento de produtos, processos e serviços voltados para a agregação de valor sobre a produção realizada a partir da biodiversidade do País.

O Programa Espacial, com dotação de R\$ 340,4 milhões, no âmbito do MCT, terá foco na capacitação do País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais voltadas à solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, incluindo questões associadas a monitoramento ambiental, levantamento de recursos naturais, mudanças globais de clima, observação do território nacional, comunicações e controle de tráfego aéreo. A infra-estrutura espacial será prioridade, a exemplo de centros de lançamento e veículos lançadores de satélites, como ação fundamental para a consecução dos objetivos estratégicos nacionais de longo prazo.

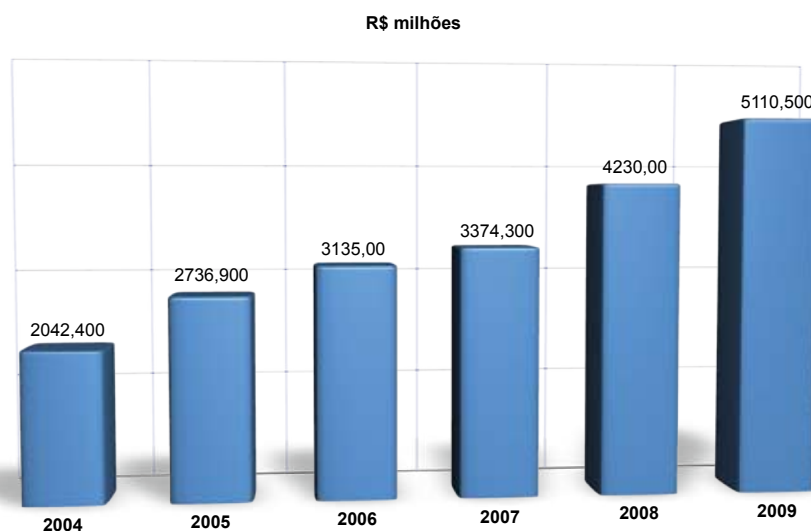
Na área nuclear, as metas são fortalecer institucionalmente a CNEN; consolidar o arcabouço legal do setor nuclear; dar continuidade à implementação da primeira etapa da unidade de enriquecimento de urânio das INB em Resende, no Estado do Rio de Janeiro; implementar a política nacional de gerenciamento de rejeitos.

Será realizada a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o aumento do número de cidades abrangidas pelo evento; e apoiada a criação e o desenvolvimento de centros e museus de ciência. Está prevista, também, a ampliação do alcance da OBMEP, de modo que a iniciativa ultrapasse quarenta mil escolas públicas participantes em 2009, para a qual foram reservados R\$ 15,7 milhões no orçamento da União para 2009.

Na linha de tecnologias para o desenvolvimento social, há previsão de recursos no montante de R\$ 40,1 milhões em 2009, destinados ao fomento e à promoção de ações voltadas à produção, à difusão, à apropriação e à aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional do País. A rede de Centros Vocacionais Tecnológicos, que contará com dotação de R\$ 4,7 milhões, será ampliada e modernizada, com vistas ao fortalecimento da rede nacional de difusão e popularização da ciência e tecnologia, aumentando, assim, a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Assim, tendo a ciência, a tecnologia e a inovação como escopo para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de renda, a democratização de oportunidades e a integração do trabalho de cientistas, pesquisadores, acadêmicos, empresas e organizações da sociedade civil, determinantes para a construção da soberania nacional, a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e o melhor posicionamento do Brasil no contexto internacional, o Governo Federal vem ampliando os investimentos na área, mediante alocação crescente de recursos orçamentários, evidenciada no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DE GASTOS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(R\$ MILHÕES)



Para 2009, o MCT terá recursos orçamentários da ordem de R\$ 5.173,2 milhões, destacando-se os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, com R\$ 2.758,7 milhões; a concessão de bolsas de estudos para 68.690 bolsistas, com R\$ 753,9 milhões; e o apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, com R\$ 233,6 milhões.

Indústria e Comércio Exterior

Em maio de 2008, foi lançada a PDP, para fortalecer as conquistas já alcançadas pela PITCE e dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão da economia brasileira.

Na PDP foram traçadas quatro macrometas para 2010, que prevêem o aumento da taxa de investimento, a ampliação da participação das exportações brasileiras no comércio mundial, a elevação do dispêndio privado em pesquisas e desenvolvimento, e o acréscimo do número de MPEs exportadoras. Essas macrometas foram formatadas para o enfrentamento dos desafios de ampliar a capacidade de oferta, pelo aumento da capacidade produtiva; preservar a robustez do Balanço de Pagamentos; e elevar a capacidade de inovação e fortalecer as MPEs.

O Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora, no valor de R\$ 92,3 milhões, subsidiará a macrometa do PDP de ampliar as exportações brasileiras. Os principais mecanismos utilizados serão: a ampliação da base exportadora, a simplificação e desburocratização de procedimentos operacionais e a integração dos atores dos setores público e privado.

Também será possível contribuir com a inserção de MPEs no mercado externo, por intermédio da difusão da cultura exportadora. Assim, serão realizadas ações de divulgação, sensibilização, capacitação e informação, representadas pelos Encontros de Comércio Exterior, cursos e treinamentos sobre como exportar, bem como a produção e a distribuição de material técnico para orientação ao exportador. Paralelamente, serão realizados o apoio ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior e a defesa da indústria doméstica contra práticas desleais de comércio.

Dessa forma, em 2009, o Governo Federal continuará apoiando as negociações internacionais de acordos comerciais em temas como acesso a mercados de bens agrícolas e não agrícolas, regimes de origem preferencial e não preferencial, compras governamentais, defesa da concorrência e solução de controvérsias.

A Suframa intensificou sua atuação em áreas estratégicas, concentrando esforços em ações, que convergem para o fortalecimento da política industrial do Pólo Industrial de Manaus, inserção internacional, logística, desenvolvimento sustentável, biotecnologia e apoio à infra-estrutura econômica necessária ao desenvolvimento da sua área de jurisdição. Para 2009, a Suframa contará com R\$ 162 milhões.

As diretrizes estabelecidas pela Suframa confirmam a manutenção de sua política de atuação, com destaque para Política Industrial e Política de Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia. Sua atuação está pautada na identificação, consolidação e divulgação de vantagens comparativas para atrair novos investimentos para a região, para promover o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Ocidental e outras áreas sob sua jurisdição.

No que tange ao Inmetro, com valor previsto de R\$ 425,4 milhões, serão desenvolvidos programas de certificação e apoio na limitação de barreiras técnicas na indústria farmacêutica, para aumento das exportações, além da criação de infra-estrutura técnica para apoiar a implantação da indústria de displays no Brasil, da adequação do marco legal e do desenvolvimento da base tecnológica e de recursos humanos, para permitir a incorporação da nanotecnologia em novos produtos.

Está previsto o lançamento do Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis, ação fundamental para facilitar as exportações e eliminar as barreiras técnicas, com a transformação dos biocombustíveis em commodities. O acordo do Inmetro com seu similar norte-americano NIST e as ações desenvolvidas pelos grupos de trabalho tripartites do biodiesel e do etanol

(Brasil, EUA e União Européia) possibilitarão consolidar o Brasil como líder nesse segmento.

A atuação do BNDES perpassa as quatro macrometas definidas na Política de Desenvolvimento Produtivo, com uma programação de R\$ 90 bilhões em financiamentos, dos quais R\$ 70 bilhões são recursos do próprio BNDES e o restante a ser captado no mercado.

A recuperação e a ampliação da infra-estrutura nacional ocupam um lugar central na nova etapa do desenvolvimento brasileiro, e é condição necessária para a redução dos custos, aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos bens e serviços. Para isso, nas ações relacionadas a grandes e médios projetos de infra-estrutura, o BNDES prevê o desembolso de R\$ 9,4 bilhões para os setores produtores de energia; R\$ 3 bilhões no apoio aos setores de logística; e R\$ 3,7 bilhões no apoio ao setor de telecomunicações.

A ampliação da participação do Brasil no mercado mundial depende de mecanismos de financiamento de longo prazo, que permitam às empresas brasileiras condições de competitividade em custo e condições financeiras condizentes com as praticadas em seus respectivos mercados.

Isso se torna mais relevante no momento em que as incertezas sobre câmbio aumentam no âmbito do mercado de capitais. O apoio do BNDES às empresas exportadoras, em operações de financiamento à produção dos bens a serem exportados e na comercialização propriamente dita, deverá ser de R\$ 4,8 bilhões.

Para consolidar os resultados já alcançados ao longo dos anos, o INPI, com recursos estimados em R\$ 116,9 milhões, prevê avançar no equacionamento progressivo do atraso na concessão de patentes, além de implementar o plano de cooperação, concebido em diversos níveis de aprofundamento com países do MERCOSUL, América do Sul, América Latina, dos BRICs e com os demais escritórios de patentes que operam como autoridades internacionais de busca e exame preliminar de patentes. Pretende-se, ainda, intensificar e diversificar as ações de promoção da propriedade intelectual no Brasil e na região latino-americana, para fomentar o uso estratégico do sistema de propriedade intelectual pelas empresas e instituições de pesquisa.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Programa de Aceleração do Crescimento

O PAC, além de organizar mais adequadamente a execução da ação governamental, cria melhores condições para a superação dos entraves ao desenvolvimento sustentável. Objetiva-se, fundamentalmente, eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia, reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas, e estimular o aumento do investimento privado. Desde a criação do PAC, o Governo Federal vem aprimorando e executando um novo padrão de investimento público orientado para a realização de projetos capazes de gerar retorno socioeconômico a médio prazo.

No âmbito das ações relativas ao setor de transportes, com recursos previstos de R\$ 10,4 bilhões em 2009, os esforços estarão concentrados na execução de ações para promover a oferta permanente de infra-estrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens, no sistema nacional de transportes sob jurisdição federal, observando os aspectos de segurança, regularidade, confiabilidade, conforto e minimização de custos para o usuário. Considerando o papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base fundamental para o desenvolvimento econômico, objetiva-se garantir fluxos de recursos para implementação de projetos que contribuam para a recuperação, adequação e expansão da infra-estrutura com vistas a desonerar as atividades econômicas, o abastecimento interno e os custos das exportações.

No que tange à infra-estrutura hídrica, os valores alocados ao PAC procuram potencializar e otimizar o uso racional dos cursos de água, com vistas a obter desenvolvimento humano, social e econômico sustentáveis da perspectiva ambiental, bem como o equilíbrio qualitativo e quantitativo entre oferta e demanda de água. Para o exercício de 2009, serão investidos R\$ 3,1 bilhões em sistemas de abastecimento de água, compostos por barragens, adutoras, reservatórios e projetos de recuperação e de integração de bacias hidrográficas, e na implantação de perímetros de agricultura irrigada.

No que se refere à política para o setor elétrico, serão investidos R\$ 46,0 milhões em estudos de viabilidade para implantação de usinas eólicas, geração de energia elétrica, unidades de geração de energia elétrica e térmica utilizando biomassa e energia solar, e ampliação da geração e da transmissão de energia elétrica, sendo um dos principais objetivos ampliar o conhecimento do potencial hidrelétrico, mediante a obtenção de informações fidedignas que possam ser empregadas na comparação com alternativas, e, assim, estabelecer o limite desse potencial em termos de viabilidade ambiental, qualidade, confiabilidade, economia de

combustíveis e maximização das diversidades hidrológicas regionais, com custos plausíveis para atendimento da demanda de energia elétrica.

Quanto ao petróleo e ao gás, a política setorial visa, a curto prazo, garantir o abastecimento do País, com ênfase na qualidade, na modicidade dos preços e na participação equilibrada dos seus derivados e de combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, com formulação de diretrizes para assegurar, também, o desenvolvimento sustentável das indústrias afetas. Já a médio e longo prazo, a política setorial visa a exportação do excedente de produção a partir das recentes descobertas de campos de petróleo e gás, as quais criaram fortes expectativas de o País vir a ocupar lugar de destaque na produção de petróleo.

Nesse setor, para 2009, o Governo pretende alocar investimentos da ordem de R\$ 47,2 bilhões no Orçamento de Investimento para a execução de empreendimentos a cargo das empresas estatais federais, o que representa um incremento de aproximadamente 42% em relação aos recursos alocados para o corrente ano, no montante de R\$ 33,3 bilhões.

Em relação à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico na área de petróleo, gás e energias alternativas, estão previstos em 2009 investimentos de R\$ 2,1 bilhões em novas tecnologias de exploração, produção, transporte, refino e desenvolvimento sustentável, além de R\$ 600 milhões no segmento de distribuição, manutenção, ampliação e modernização da rede de postos, produção de asfalto e distribuição de gás.

Para os setores de habitação, saneamento ambiental e de mobilidade urbana, estão previstos investimentos de R\$ 7,7 bilhões, para a formulação e execução da PNDU, por meio da qual o Governo Federal pretende beneficiar, principalmente, a população urbana com renda de até cinco salários mínimos, com a promoção de condições de moradia digna, avanço no desenvolvimento e universalização do saneamento básico, além de melhoria nos transportes urbanos.

Transportes

A necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura econômica está sendo enfrentada decisivamente pelo Governo Federal, na medida em que é requisito essencial para a sustentação de um ciclo de desenvolvimento do País. Uma base física e de serviços de infra-estrutura recuperada e ampliada contribuirá para eliminar os obstáculos ao crescimento e ao aumento da competitividade da economia brasileira, criando condições para o desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

Com esse propósito, busca-se consolidar, em 2009, um conjunto de ações e projetos, visando atender com eficiência a demanda decorrente do crescimento, principalmente, do comércio exterior; reduzir os níveis de ineficiência, contribuindo para a redução do número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes; estruturar corredores estratégicos de transportes; estimular o desenvolvimento de novas plataformas logísticas com maior participação dos modais aquaviário e ferroviário na matriz de transportes; apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo; e consolidar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul.

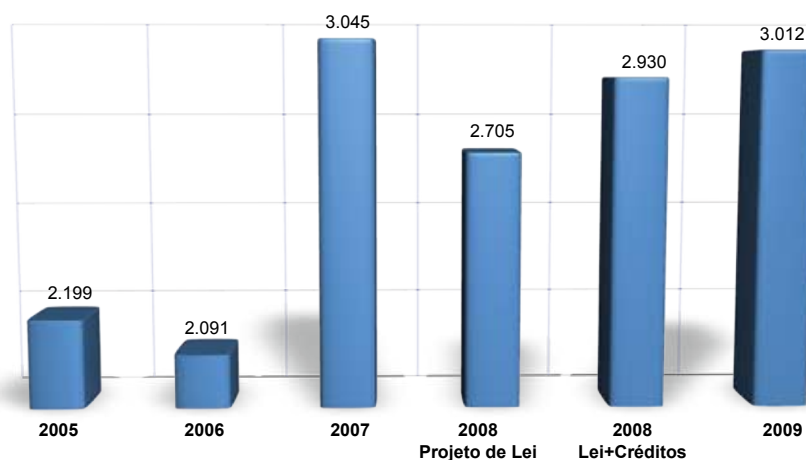
Em vista disso, o Governo Federal vem fortalecendo o sistema de planejamento federal para garantir a identificação adequada de projetos prioritários, bem como vem recuperando progressivamente a capacidade de investimento público direto, seja por intermédio das empresas estatais, seja mediante a ampliação do espaço para esses projetos no Orçamento Fiscal.

Nesse sentido, o MT, em parceria com o MD, elaborou o PNLT, que é um sistema de planejamento estratégico, sistemático, com visão de médio e longo prazos, baseado em estudos consistentes de demanda. O PNLT serviu de base para a elaboração do PPA 2008/2011 e fará parte dos ensaios de organização dos PPAs seguintes até 2023.

Uma das maiores prioridades da política governamental para reverter o precário quadro atual do setor rodoviário é a manutenção das rodovias federais. Com o intuito de melhorar a situação dos 57 mil km da malha rodoviária em todo o País, estão previstos, em 2009, investimentos da ordem de R\$ 3.012,0 milhões, envolvendo ações de manutenção, recuperação, restauração, conservação e sinalização.

De acordo com projeções constantes de estudos do DNIT, considerando-se uma disponibilidade de recursos da ordem de R\$ 3,0 bilhões anuais, o percentual de rodovias em bom estado, em 2010, poderá atingir a meta de 62%, restando cerca de 35% da malha em estado regular e apenas 3% ainda em estado ruim, panorama sensivelmente melhor do que o registrado nos dias de hoje. Foram empenhados, no ano de 2007, na manutenção da malha, o valor de R\$ 3.045,0 milhões. Em 2008, foram destinados R\$ 2.705,0 milhões e para 2009 existe uma previsão de R\$ 3.012,0 milhões.

GRÁFICO 2 - TRANSPORTES



Fonte: SIDOR.

Nota: Nos exercícios de 2005 a 2007, os valores correspondem ao executado e, em 2008 e 2009, à despesa estimada no PLOA.

Além do MT, a engenharia militar do Exército tem participado na execução de obras para a melhoria da infra-estrutura de transportes no País, além da manutenção de inúmeros trechos de rodovias federais. O Exército participa também da retomada do planejamento estratégico na área de transportes, com a presença do CENTRAN, uma eficaz parceria entre o MT e o MD, por meio do DNIT e do Exército Brasileiro. São projetos caracterizados como emergenciais ou de difícil execução a curto prazo, por outra instituição.

As expectativas futuras para que o Brasil alavanque seu crescimento econômico - por meio da captação de investimentos externos, da produção agrícola (grãos, etanol, biodiesel e pecuária), da ampliação da cadeia produtiva industrial e do desenvolvimento das cinco regiões do País - estão relacionadas não só às ações de manutenção da malha, como também à sua ampliação, por meio da construção e adequação de trechos rodoviários.

A expansão da fronteira agrícola brasileira e o desenvolvimento socioeconômico acelerado do interior do Brasil vêm aumentando a demanda por transporte. Com o objetivo de estruturar os corredores estratégicos de transportes, o Governo Federal destinará R\$ 3.907,0 milhões para adequação e construção de rodovias. Trata-se de projetos com a finalidade de aumentar a eficiência produtiva em áreas consolidadas, induzir ao desenvolvimento áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral e reduzir as desigualdades regionais em áreas pouco desenvolvidas.

Em 2009, entre as principais ações de construção e adequação destacam-se o Arco Rodoviário, no Estado do Rio de Janeiro, onde estão sendo aplicados

R\$ 310,0 milhões, a construção do Rodoanel Mário Covas – Trecho Sul, no Estado de São Paulo, com previsão de recursos da ordem de R\$ 300,0 milhões, a construção de trecho rodoviário entre a Divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará até Santarém - na BR-163, no Estado do Mato Grosso, onde estão sendo despendidos R\$ 250,0 milhões, a construção do trecho entre Manaus e a Divisa com os Estados do Amazonas e Roraima na BR-319, no Estado do Amazonas, cujo valor perfaz R\$ 200,0 milhões, a construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador no montante de R\$ 85,0 milhões, as adequações de trechos rodoviários nas BRs 262, no Estado de Minas Gerais, 116 e 392, no Estado do Rio Grande do Sul com previsão de gasto que totaliza de R\$ 291,5 milhões, e da BR-101 Nordeste e Sul com dotação de R\$ 278,5 milhões e R\$ 371,0 milhões, respectivamente.

O Arco Rodoviário do Rio de Janeiro é formado pelas rodovias BR-493, BR-116, retornando a BR-493 até o Porto de Itaguaí, na Baía de Sepetiba, numa extensão total de 122,9 km. Este empreendimento, que prevê a construção de dezoito pontes, 41 viadutos e 36 passagens subterrâneas, vai facilitar o transporte no Estado do Rio de Janeiro e ligar rodovias federais da região ao Porto de Itaguaí, trazendo grandes benefícios à logística de empreendimentos na região, com destaque para o complexo petroquímico daquele Estado. Além de gerar um grande impacto na economia do Estado, a obra vai desafogar o tráfego da região metropolitana, em especial, da Avenida Brasil e da Ponte Rio-Niterói, e também vai agilizar o transporte de cargas dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo ao Porto de Itaguaí.

O Rodoanel Mário Covas é um empreendimento que visa tornar o trânsito da Grande São Paulo ágil, eliminando o tráfego de passagem, o que resultará em maior liberdade para os transportes coletivo e individual. Essa rodovia contornará a região metropolitana num distanciamento de 20 km a 40 km do centro do Município. A sua extensão total será de 170 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castello Branco, Anhangüera, Bandeirantes, Fernão Dias, Dutra, Ayrton Senna, Anchieta e Imigrantes. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as conseqüências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases.

O Rodoanel incorporará, ainda, recentes avanços tecnológicos, tais como monitoramento através de câmeras de TV, informações ao usuário através de painéis de mensagens variáveis, o que permitirá interagir e atender, imediatamente, as ocorrências e apoiar os usuários em qualquer tipo de situação. Esse tipo de sinalização permitirá informar, em tempo real, o melhor itinerário, a situação dos principais corredores internos e as opções; e orientar limites de velocidade sob condições adversas à segurança de seus usuários.

Com a expansão da cultura extensiva no Centro-Oeste brasileiro, o eixo Cuiabá-Santarém está destinado a tornar-se uma das mais importantes vias de circulação para as principais culturas de exportação, como a soja, o algodão e futuramente o arroz. Entretanto esse eixo é de difícil travessia, mesmo na estação seca. O asfaltamento dos quase mil quilômetros que separam o norte de Mato Grosso do Porto de Santarém é um projeto estratégico para romper o isolamento e possibilitar um melhor desenvolvimento da região. Nesse sentido, o Governo Federal pavimentará 166 km da rodovia Santarém, no Estado do Pará, BR-163, em 2009, projetando a conclusão do total do trecho até 2011.

As obras de construção da via de acesso ao Porto de Salvador irão trazer muitos benefícios à cidade, entre eles o aumento da segurança no transporte de carga, a diminuição do índice de acidentes com caminhões, a solução dos engarrafamentos na Rótula do Abacaxi, a ampliação do número de faixas na Avenida Heitor Dias e Estrada da Rainha, maior mobilidade dos pedestres com a construção de passeios e ciclovias e a integração entre bairros por meio de passarelas, benefícios diretos a uma população estimada em quatrocentos mil habitantes, além da revitalização do bairro do Comércio e entorno.

A BR-101 Nordeste, rodovia pavimentada há mais de trinta anos, atende a um tráfego sempre crescente e possui importância estratégica para a região em termos de circulação de produtos e pessoas, pois interliga os portos de Areia Branca e Natal, no Estado do Rio Grande do Norte com os portos de Cabedelo, no Estado da Paraíba, Recife e Suape, no Estado do Pernambuco, garantindo, assim, o transporte inter e intra-regional. A zona litorânea cortada pela rodovia concentra a maior estrutura produtiva da região, englobando a agroindústria canavieira, indústrias e serviços, em especial o turismo.

Em virtude de sua importância logística, tornou-se necessário realizar investimentos na ampliação da capacidade, duplicação e na modernização dessa rodovia, trazendo inúmeros benefícios, como a expansão econômica da região, a redução do custo do transporte por meio da economia de energia, de tempo de viagem e de equipamentos de transporte. Ademais, esses investimentos permitirão também a maior integração entre os grandes centros consumidores representados pelas regiões metropolitanas de Recife, no Estado do Pernambuco e Salvador, no Estado da Bahia, pelos aglomerados submetropolitanos de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, João Pessoa, no Estado da Paraíba, Maceió, no Estado de Alagoas e Aracaju, no Estado de Sergipe e vários outros centros urbanos populosos regionais, além do desenvolvimento do turismo intra-regional, nacional e internacional e de novas oportunidades de negócios.

Em relação à duplicação e à modernização da rodovia BR-101 Sul, a obra reforçará a economia regional, facilitando a ligação com os outros Estados e com os países do MERCOSUL. A produção agropecuária e industrial será escoada com mais

rapidez, tornando-se mais competitiva no mercado internacional. Além disso, a restauração e a construção de novas pistas irão propiciar a interligação multimodal dos pólos produtivos aos portos marítimos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como a integração econômica regional e nacional.

Com a conclusão da obra, os Municípios deverão fortalecer sua economia e gerar empregos. A estrada que hoje tem um fluxo de mais de quinze mil veículos diários terá uma perceptível melhoria no movimento contínuo de tráfego de veículos, além de um resultado prático de economia de combustível.

A eficácia e efetividade das rodovias estão intrinsecamente ligadas ao controle de peso dos veículos, haja vista que a pavimentação é uma estrutura dimensionada para suportar cargas máximas previamente estabelecidas. Para evitar a deterioração precoce das rodovias federais causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, o Governo Federal investirá R\$ 223,2 milhões em ações de pesagem de veículos com o objetivo de adquirir balanças dinâmicas automatizadas, implantar bancos de dados estatísticos para efeito de planejamento e pesquisa rodoviária, principalmente, no que tange à busca de nova metodologia para dimensionamento do pavimento que servirá de apoio à infra-estrutura de controle, bem como para elaboração de projetos na área de Engenharia, além de manter e operar os postos existentes e os que serão implantados.

Recentemente, na infra-estrutura rodoviária, foram retomados os programas de concessão. Em leilão realizado em outubro de 2007, foram concedidos à iniciativa privada 2.610 km de rodovias federais, entre elas a Régis Bittencourt (BR-116, Curitiba - São Paulo) e a Fernão Dias (BR-381, Belo Horizonte - São Paulo). Estão sendo elaborados os estudos para a 3ª etapa do programa, devendo os editais, serem lançados até o final de 2008 para a primeira fase; e, em 2009, mais 1.993,3 km para a segunda fase, estimando-se um investimento privado de R\$ 4,1 bilhões para toda a 3ª etapa.

Outro objetivo do Governo é a necessidade de efetiva mudança, com melhor equilíbrio, na atual matriz de transportes de cargas do País, na medida em que a otimização e a racionalização estão associadas ao uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária e aquaviária, tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transportes.

Assim, o Governo vem dando ênfase nas ações e nos projetos de adequação e expansão voltadas para a navegação interior, de cabotagem e de longo curso, buscando sua melhor integração multimodal com o sistema rodoviário, para o qual se propõe um concentrado esforço de restauração e manutenção, acompanhado de algumas importantes obras de construção, pavimentação e ampliação da capacidade.

Neste novo cenário, os portos deixaram de ser apenas locais onde se realizam a movimentação, o armazenamento e o transbordo de cargas, representando hoje um elo fundamental na reestruturação da matriz de transporte, colaborando significativamente para a elevação da competitividade das empresas e o aumento das exportações do País.

Em 2009, o Governo Federal aplicará R\$ 295,1 milhões em ações preparatórias para a realização da dragagem e derrocagem na hidrovía Paraguai-Paraná, na continuidade da construção das Eclusas de Tucuruí que já se encontra com 64% de execução física, nas obras de 24 terminais hidroviários nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia, para atendimento de uma população estimada em 3,2 milhões de habitantes, cujo meio principal de locomoção para centros urbanos em busca de hospitais, educação, comércio e escoamento da produção agrícola local baseia-se no transporte fluvial.

A participação das ferrovias na matriz de transportes do Brasil passou de 19%, em 1999, para 24%, em 2004, e pode chegar a 30%, em 2008, sendo que a referência internacional nos desafia a atingir o índice de 42%. Para que o crescimento do sistema ferroviário não sofra interrupção é preciso solucionar alguns entraves que ameaçam o desenvolvimento do modal, como a dificuldade de obtenção de financiamentos para resolver problemas de invasões de faixa de domínio das malhas ferroviárias e de passagem em nível irregulares, além dos gargalos físicos e operacionais existentes nas malhas concedidas.

A malha ferroviária brasileira tem como principal característica - do ponto de vista histórico, econômico e geográfico - interligar áreas de produção agrícola e de exploração mineral do interior do País com os pontos de exportação de mercadorias - os portos. As maiores concentrações da malha ferroviária brasileira estão localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo a ANTT, o material rodante brasileiro, constituído de equipamentos para formação das composições ferroviárias, contabiliza um total de 90.119 vagões de carga e 2.394 locomotivas.

A Ferrovia Norte-Sul, concedida originalmente à Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., na qual serão investidos R\$ 1.750,0 milhões em 2009, previa inicialmente, a construção de 1.550 km de trilhos, cortando os Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Com a edição da Medida Provisória no 427, de 9 de maio de 2008, da Presidência da República, já aprovada pelo Congresso Nacional, que incorporou os trechos de Açailândia, no Estado do Maranhão, até Belém do Estado do Pará, e de Anápolis, no Estado de Goiás, até Panorama, no Estado de São Paulo ao traçado originalmente projetado, a Ferrovia terá, quando concluída, 3.100 km de extensão.

Entre os produtos transportados pela Ferrovia destacam-se o algodão, o arroz, o milho, a soja, o farelo de soja, o óleo de soja e os fertilizantes. No Estado do Maranhão, liga o Porto Franco à Imperatriz com destino ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís, transportando soja e o farelo de soja. Em Tocantins, o escoamento das safras agrícolas (milho e soja) ainda não é realizado via Ferrovia, mas as obras da Ferrovia Norte-Sul já estão em andamento.

O expressivo volume de investimento necessário à total implantação da estrada de ferro levou a Valec a buscar um novo modelo de captação de recursos que viabilize a construção dos demais trechos do projeto. Em outubro de 2007, foi subconcedido à Vale, o trecho de Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas, no Estado do Tocantins, que nos próximos trinta anos será responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação deste trecho ferroviário. E, para o final de 2008, está previsto o leilão do trecho que liga Palmas, no Estado do Tocantins até Uruaçu, no Estado de Goiás. Os recursos provenientes destas outorgas que perfazem para 2009, um total de R\$ 1.600,0 milhões, complementados com recursos do orçamento fiscal, serão utilizados na construção dos trechos entre Palmas, no Estado do Tocantins e Uruaçu no Estado de Goiás e de Uruaçu, no Estado de Goiás a Anápolis, no Estado de Goiás, totalizando um investimento da ordem de R\$ 1.725,0 milhões.

Os gargalos logísticos das ferrovias encontram-se principalmente em áreas urbanas, ocorrendo conflitos do tráfego ferroviário com veículos e pedestres. Para melhorar as condições de segurança dessas áreas, o Governo Federal aplicará, em 2009, o valor de R\$ 185,8 milhões, voltados para adequação de ramais ferroviários nos perímetros urbanos e construção de passagens sobre as linhas férreas, além dos contornos. Estas obras produzirão impacto positivo na vida das comunidades, proporcionando a redução dos riscos de acidentes e o aumento do desempenho operacional dos trens. Já os projetos de variantes ferroviárias e de acesso a portos e terminais proporcionarão o crescimento substancial no escoamento de cargas pela ferrovia, além de eliminar também invasões na faixa de domínio, considerando-se que a malha é centenária, de traçado longo, sinuoso e com rampas fortes.

Em relação ao transporte marítimo, a realidade atual de ocupação dos estaleiros mundiais transformou a indústria naval brasileira em alternativa de curto prazo para construção de navios para os segmentos de petróleo e transporte de mercadorias na cabotagem e no longo curso, fato esse que levou a Petrobras a recorrer aos estaleiros brasileiros para a construção de plataformas marítimas, de petroleiros para a Transpetro, sua empresa subsidiária, e de navios de apoio marítimo às atividades de produção e exploração de petróleo offshore.

Recentemente a empresa lançou o Promef. Trata-se do maior plano de contratação de embarcações do gênero já realizado no País, com alto índice de geração de mão-de-obra e conteúdo nacional de 70% a 80%. O programa prevê a encomenda no Brasil de 146 novas unidades de apoio às atividades de exploração e produção marítima de petróleo da companhia, ao custo estimado de US\$ 5,0 bilhões com duração de seis anos.

Na segunda etapa do Promef, 23 novos petroleiros vão se juntar aos 26 licitados na primeira fase do programa com previsão de alcançar o total de 1,3 milhão de TPB. As 23 embarcações deverão demandar cerca de 220 mil toneladas de aço durante o período de construção. Um dos mais importantes projetos do PAC, também vai gerar aproximadamente 18 mil empregos até 2015. A expectativa é de um impacto positivo de US\$ 290 milhões por ano na balança de pagamentos do País.

Hoje, o Brasil gasta só com transporte marítimo cerca de US\$ 10 bilhões por ano, dos quais menos de 4% com empresas brasileiras de navegação. Com as novas descobertas de jazidas pela Petrobras, a tendência é aumentar a produção prevista para os próximos anos, resultando em novas demandas logísticas.

Os financiamentos do FMM integram o PAC, com previsão de recursos da ordem de R\$ 10,6 bilhões até 2010, e são um dos principais instrumentos da política de fomento da indústria naval brasileira, com uma previsão de recursos de R\$ 2.927,4 milhões para 2009, destinados à construção de navios e estaleiros, reparo, ampliação de embarcações para aumento da capacidade (jumborização) e modernização de estaleiro.

Com o objetivo de modernizar o setor portuário, o Governo tem realizado investimentos em busca de uma adequada gestão do sistema portuário, promovendo melhoria na prestação de serviços, a fim de alcançar elevados padrões de eficiência, eficácia, efetividade e redução de custos dos serviços logísticos.

A parcela do PAC direcionada aos portos objetiva atender às necessidades de melhoria da infra-estrutura portuária e dos acessos terrestres e marítimos nos principais portos do País. Entre as obras, destacam-se: ampliação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul; construção e recuperação dos berços do Porto de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina; construção e recuperação dos berços e dragagem do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão; ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde, no Estado do Pará; implementação das avenidas perimetrais do Porto de Santos, no Estado de São Paulo; e o PND.

As dotações previstas para 2009, no valor de R\$ 738,4 milhões, dos quais R\$ 700,0 milhões integrantes do PAC, contemplam a construção da rampa *roll-on*

roll-off, para melhoria no acesso ao Porto de Vila do Conde no Estado do Pará; a avenida perimetral da margem direita, propiciando melhoria no tráfego do Porto de Santos, no Estado de São Paulo; e a recuperação e reforço dos berços 101 e 201 do Porto de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Destaque especial será dado ao PND, que busca adequar a navegabilidade dos portos, solucionando os problemas logísticos e de segurança de navegação. Até 2010, deverão ser alocados cerca de R\$ 1,2 bilhão no âmbito do programa, com um volume total de aproximadamente 77 milhões m³ a serem dragados.

Na primeira fase do PND, foram definidos recursos para os portos de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, Recife, no Estado do Pernambuco, Santos, no Estado de São Paulo, Fortaleza, no Estado do Ceará, Suape, Pernambuco, Aratu, Bahia, Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Vitória, no Estado do Espírito Santo, São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina e Itajaí, no Estado de Santa Catarina. A segunda fase atenderá os portos de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, Cabedelo, no Estado da Paraíba, Salvador, no Estado da Bahia, Paranaguá, no Estado do Paraná, Imbituba, no Estado de Santa Catarina, e provavelmente Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e Luís Correa, no Estado do Piauí.

Entre as demais ações para o setor, tem-se a continuidade da implementação do código internacional para proteção de navios e instalações portuárias (ISPS Code), visando o treinamento e a capacitação de pessoal para adequação dos portos, assegurando aos seus usuários a conformidade de suas instalações às novas exigências internacionais de segurança.

Com tais investimentos, os portos poderão desempenhar o papel estratégico de indutor de negócios, facilitando importações e exportações, e promovendo maior competitividade à cabotagem e ao transporte de longo curso. Para tanto, as Companhias Docas estão destinando recursos orçamentários, em 2009, no montante de R\$ 155,9 milhões, dos quais R\$ 80,1 milhões voltados às obras que integram o PAC.

No que se refere à infra-estrutura aeroportuária, o orçamento fiscal de 2009, contemplará R\$ 877,7 milhões para investimentos em ampliação, reforma, construção e modernização de aeroportos. Desse total, R\$ 475,0 milhões serão repassados à INFRAERO, a título de participação da União no capital da empresa, para empreendimentos de grande importância inseridos no PAC, com o objetivo de proporcionar maior conforto e segurança aos passageiros nos diversos terminais; e para a realização de obras complementares e desenvolvimento da infra-estrutura de logística de cargas, para atender à demanda decorrente do

crescimento da economia brasileira. Entre os aeroportos beneficiados pelo PAC, destacam-se os do Rio de Janeiro/Galeão, de São Paulo/Guarulhos e Congonhas, de Brasília, de Recife, de Salvador, de Campinas, de Natal, de Florianópolis, de Vitória, de Porto Alegre, de Goiânia e de Macapá. A INFRAERO, empresa vinculada ao Ministério da Defesa, administra 67 aeroportos, 80 unidades de apoio à navegação aérea e 32 terminais de logística de carga.

De forma complementar, a ANAC, focada na regulação e fiscalização do setor aéreo, continuará buscando a consolidação da sua estrutura e das suas competências, de forma a possibilitar maior racionalização e eficiência do setor da aviação civil e contará com recursos orçamentários no valor de R\$ 232,2 milhões.

Setor Energético

O setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, como um dos responsáveis para implementar, desde 2007, a política de Governo, por meio do PAC, tem a responsabilidade em garantir a segurança do abastecimento do setor. Para isso, tem contribuído com a prospecção geológica, implantação de infra-estrutura e com a construção de plataformas marítimas.

As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural estão previstas para serem suportadas por investimentos na ordem de R\$ 84,8 bilhões, distribuídos no período 2008-2010. Até o ano de 2010, no âmbito do PAC, tem-se a previsão de construir e implantar quinze plataformas marítimas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, que serão localizadas predominantemente nas bacias de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, Santos, no Estado de São Paulo e no Estado do Espírito Santo. Tais instalações, associadas a projetos distribuídos em outros Estados onde existem exploração e produção de hidrocarbonetos, deverão contribuir para que o Brasil alcance a meta de produção de 2,6 milhões de barris de petróleo por dia. As empresas do Grupo Petrobras, objetivando a ampliação da oferta de petróleo e gás natural e a manutenção da estrutura de produção em condições adequadas, estão projetando gastar, em 2009, R\$ 29,2 bilhões.

A reativação do setor de petróleo e gás natural gerou uma grande demanda por mão-de-obra especializada, resultando na criação, no âmbito do PROMINP, o PNQP, que promoverá cursos gratuitos para 112 mil pessoas até 2009, envolvendo recursos na ordem de R\$ 300 milhões em dezessete Estados. O PROMINP prevê, ainda, a ampliação do PNQP, para atender às demandas das descobertas recentes de petróleo e gás natural do pré-sal, desenvolvendo um Plano de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico para aproximar o nível de atividade tecnológica da indústria nacional ao nível realizado por empresas de classe mundial.

Já no setor de refino, até 2010, onze refinarias existentes receberão, no âmbito do PAC, investimentos da ordem de R\$ 25,6 bilhões, o que permitirá melhoria na qualidade dos produtos, com conseqüentes ganhos ambientais, e, assim, uma maior participação do processamento de petróleo nacional pesado, em substituição ao importado. Esse montante de investimentos possibilitará, também, aumentar a capacidade nacional de refino em 100 mil barris por dia de petróleo.

Os gastos do Sistema Petrobras com modernização e adequação dos sistemas de produção das unidades de refino de petróleo, manutenção da estrutura das refinarias, aumento do processamento do petróleo nacional, SMS e construção de novas unidades deverão atingir o montante de R\$ 18,2 bilhões no exercício de 2009, com destaque para os novos projetos de construção das Refinarias Premium I - no Estado do Maranhão, Premium II - no Estado do Ceará, além da Refinaria Abreu e Lima - no Estado de Pernambuco, que terão investimento de R\$ 4,5 milhões. A denominação Premium representa o empreendimento de esforços para construção de unidades que maximizem a produção de óleo diesel.

A Refinaria Abreu e Lima, no Estado do Pernambuco, um empreendimento binacional, com investimento total estimado em mais de R\$ 10 bilhões, refinará petróleo pesado brasileiro e venezuelano. A construção dessas refinarias permite o aumento da capacidade do atual parque de refino nacional, que já esgotou as suas possibilidades de ampliações onde se encontram instaladas as antigas unidades. Além disso, suprema necessidade de atender ao crescimento das demandas por derivados de petróleo no mercado brasileiro, em especial, nas regiões norte e nordeste.

No campo dos combustíveis renováveis, o PAC prevê, também, a implantação de 77 usinas de etanol, dezessete das quais já entraram em operação em 2007. No biodiesel, são previstas 46 usinas, vinte das quais já entraram em operação também em 2007. Destacam-se também os investimentos em infra-estrutura logística para movimentação do etanol, por meio da construção do Álcoolduto Senador Canedo, no Estado de Goiás- São Sebastião, no Estado de São Paulo, desenvolvido pela Petrobras em parceria com investidores privados; outro importante projeto é a construção de um poliduto ligando a cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, que se encontra em fase de estudo de viabilidade econômica.

Em meados de 2008, a Petrobras constituiu uma nova empresa para concentrar os seus esforços em biocombustíveis. Neste sentido, tem negociado parcerias comerciais com diversos empreendedores privados para atender à demanda por biocombustível no País e no exterior. Esta nova empresa realizará R\$ 131 milhões em investimentos no segmento em 2009.

Em suas três unidades de produção de biodiesel, localizadas em Candeias, no Estado da Bahia, Quixadá, no Estado do Ceará e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais a Petrobras está adotando sistemas inovadores que permitem a flexibilidade de utilização de matérias-primas, com adoção das melhores práticas sociais e ambientais e de modo a também incentivar a agricultura familiar.

Na primeira unidade recém-inaugurada, a usina de Candeias, no Estado da Bahia teve assegurada a concessão do Selo Combustível Social, por parte do MDA, que proporciona benefícios fiscais para usinas de biodiesel nas regiões, que tenham atingido pelo menos 50% do valor total de compra de matéria-prima originária da agricultura familiar.

Em complemento aos investimentos que já têm sido feitos, a Petrobras, iniciará a construção de uma Unidade de Produção de Biodiesel Premium no Nordeste. A Planta Premium deverá processar 300 mil toneladas por ano (equivalentes a 348 mil m³/a) de óleos vegetais diversos e gordura animal, para produção de biodiesel. Este produto será produzido de acordo com a especificação ANP 007/2008 e também será possível enquadrá-lo para exportação para os mercados europeu e norte-americano.

A Petrobras também vem negociando parcerias para exportação de etanol, a partir da cana-de-açúcar. Para tanto, está implantando infra-estrutura de dutos para escoamento de álcool entre Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e Ilha D'Água, no Estado do Rio de Janeiro, com previsão de R\$ 77 milhões de investimentos em 2009.

Também serão destinados R\$ 4,5 bilhões para a viabilização de diversos empreendimentos de ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional, a introdução de GNL na matriz energética e em sistemas de reconversão de GNL para gás natural.

Além disso, as empresas do Grupo Petrobras, em continuidade ao esforço do País em garantir o atendimento da demanda agregada de energia elétrica, têm investido recursos na implantação de novas unidades de geração termelétrica e na ampliação da capacidade de unidades já em operação, no valor de R\$ 632 milhões.

Em complemento a estes gastos, estão sendo despendidos esforços no sentido de racionalização do uso de energia e aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. No exercício de 2009, para este fim, pretende realizar R\$ 310 milhões em novos investimentos.

É importante ressaltar que existe um período entre cinco e dez anos a partir do momento em que há uma descoberta comercial de petróleo até o início da produção, de modo que das licitações de hoje depende a manutenção futura da auto-suficiência do País. Para tal, as atividades programadas para 2009 têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas Rodadas de Licitações. A inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores. Em 2009, estão previstas avaliações em uma área de 288.388 km² envolvendo as Bacias do Ceará, Parnaíba, Parecis, Amazonas, São Luís-Bragança, Vizeu e Curumuxatiba, dentre outras bacias cujos levantamentos já se encontram em andamento.

Em relação à geração de energia elétrica, várias usinas se encontram em implantação e permitirão incremento de aproximadamente 3.154 MW de capacidade. Entre as obras estratégicas para o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica estão previstos investimentos de R\$ 2,4 bilhões com a construção das usinas, dentre outras, as de Simplício, Batalha, Angra III, Candiota III e Mauá, além de R\$ 673,6 milhões, em 2009, com a ampliação, modernização, manutenção e revitalização do sistema de geração de energia elétrica.

Serão realizados, no ano de 2009, leilões A-3 e A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração com o objetivo de complementar o atendimento ao mercado previsto pelo planejamento da expansão a partir de 2012 e 2014, respectivamente. Serão leiloadas as concessões para exploração de quatro potenciais hidrelétricos, dentre as quais a 1ª etapa da usina de Belo Monte, localizada no rio Xingu, no Estado do Pará, com potência a ser instalada de 5.681 MW.

Com relação à expansão da transmissão de energia elétrica, estão em implantação 5.120 km de linhas de transmissão e 10.158 MVA de potência de transformação para início de operação em 2009, utilizando recursos de R\$ 755,9 milhões. Destacam-se as interligações energéticas entre regiões, ressaltando-se para 2009, a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao SIN, por meio da linha de transmissão Jauru, no Estado de Mato Grosso /Samuel, no Estado de Rondônia.

Serão destinados, ainda, recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão para implantação de linhas de transmissão, manutenção, reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia elétrica em 2009, além de R\$ 331,2 milhões em ações específicas para a ampliação, manutenção e modernização das áreas de distribuição de energia elétrica.

indicam o melhor conjunto de empreendimentos de energia, harmonizados com o necessário transporte, a serem licitados, autorizados ou fomentadas as condições para que prosperem.

Nos últimos anos, o Governo Federal resgatou o papel de formulador de políticas no setor de energia para garantir o suprimento energético necessário ao desenvolvimento econômico do País. Nesse sentido, buscando a estabilidade do marco regulatório, procurou-se assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, definindo regras técnicas e econômicas para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fiscalizando o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira, promovendo a mediação de conflitos e operacionalizando as decisões relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

O aprimoramento da metodologia do processo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, que contou com as contribuições da audiência pública realizada em 2008, representará um importante marco para a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras – período 2007/2010, cuja previsão é de promover revisão em dezessete distribuidoras em 2009. Quanto ao reajuste tarifário anual, a meta é de 47 distribuidoras em 2009. No segmento de transmissão, ocorrerá o segundo ciclo de revisão tarifária, que incluirá doze transmissoras no próximo exercício.

O Governo Federal tem buscado novas fontes alternativas de geração de energia, pautado por mecanismos de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Protocolo de Kyoto, sendo que, no desenvolvimento de suas políticas, tem se pautado por iniciativas e ações que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética, com ênfase na eficiência energética, considerada a fonte mais limpa e mais barata. No País, 46,4% da oferta interna de energia é renovável, sendo que, para efeito de comparação, a proporção de fontes renováveis na matriz energética mundial é de 12,7%, enquanto nos países-membros da OCDE essa relação é de apenas 6,2%.

Nesse contexto, o PROINFA tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção da complementaridade das fontes eólicas e de biomassa com a hidráulica.

A meta final desse Programa, no período de 2006 a 2009 é a instalação de 3.300 MW. Em 2009, haverá um acréscimo de 1.057,03 MW de potência instalada, no Sistema Interligado Nacional. Desse total, 91,50 MW refere-se à fonte biomassa, 747,43MW à eólica e 218,10 MW a Pequenas Centrais Hidrelétricas. Cabe ressaltar que o PROINFA tem investimento privado da ordem de R\$ 11 bilhões e conta com financiamentos do sistema financeiro.

Com o objetivo de promover a universalização do acesso à energia elétrica em áreas isoladas, o Governo Federal investirá no Programa Luz Para Todos, cerca de R\$ 550,6 milhões, com recursos dos Orçamentos Fiscal e de Investimento.

Na programação para 2009, terão continuidade ações em curso no âmbito dos programas Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Geologia do Brasil e Mineração e Desenvolvimento Sustentável, reformuladas na composição da proposta do PPA 2008/2011.

A proposta de novo marco legal da mineração a ser concluída em 2008 deverá ter seu processo de implantação acompanhado de forma acurada no ano de 2009. Além disso, terão continuidade os projetos vinculados ao Plano Nacional de Extensionismo Mineral, o Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil e o Plano Nacional de apoio às Políticas Estaduais de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Em 2009, deverão ser investidos cerca de R\$ 113,5 milhões em levantamentos geoquímicos, aerogeofísicos, geológicos, hidrogeológicos e da geodiversidade, que visam a atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e o melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Com a implementação do subprojeto Cartografia Geológica da Amazônia, iniciado em 2008, espera-se recobrir todas as áreas de maior potencial mineral daquela região até 2014. Esses levantamentos também estão sendo realizados nos demais Estados brasileiros.

Cabe destacar ainda uma importante ação a ser desenvolvida em 2009, que será a elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (2009/2029). Os estudos que balizarão a elaboração do plano encontram-se em fase de contratação e serão concluídos ainda em 2008. Este plano é de grande importância, tendo em vista que o último planejamento setorial de longo prazo ocorreu há quatorze anos e que o cenário atual é de forte expansão da demanda pelas commodities e bens minerais de uso direto na construção civil.

Comunicações

Nos últimos quinze anos, os avanços tecnológicos decorrentes da digitalização dos meios de comunicação, do barateamento dos equipamentos e infra-estrutura, da convergência tecnológica que permite a prestação de múltiplos serviços sobre a mesma plataforma, nos conduziram a um novo tipo de sociedade, a sociedade em rede.

A disseminação da Internet no mundo e seu efeito no sistema econômico e social é o melhor exemplo da revolução proporcionada pela sociedade em rede. No Brasil, existem atualmente mais de cinquenta milhões de internautas e o brasileiro está entre os que usam mais intensivamente a rede mundial de computadores, com uma média de 23 horas e doze minutos mensais, o que demonstra o potencial que a sociedade em rede tem a oferecer ao desenvolvimento do País.

Diante desse cenário, o Governo Federal deu início, em 2004, ao Programa Inclusão Digital, por meio do qual vem implementando instalações para acesso a Serviços Públicos - Telecentros Comunitários, conectados à Internet de Alta Velocidade, nos quais serão investidos R\$ 120,2 milhões em 2009, com a ampliação do acesso a redes digitais em banda larga, sobre as quais são oferecidos serviços de dados, voz e vídeo.

Essa ampliação do acesso em banda larga para as diversas camadas da população, inclusive em áreas rurais, deve ser realizada de modo a reduzir as discrepâncias territoriais e sociais e permitir que o cidadão brasileiro possa acessar e usar as telecomunicações em qualquer lugar e a qualquer momento.

Os meios tecnológicos que esta política pública disponibilizará terá reflexos principalmente na educação, contribuindo para o aumento e a formação de alunos matriculados nos cursos de ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, a distância, contribuindo para a redução das desigualdades econômicas e sociais e para o crescimento do PIB Nacional.

No que diz respeito aos serviços de comunicação de massa de interesse coletivo, a pluralidade de conteúdo transmitido pelos Serviços de TV por Assinatura é de interesse de toda a população brasileira, haja vista que as novas possibilidades de informação colocadas à disposição do cidadão trabalham no sentido de minimizar as desigualdades sociais. Para que ocorra a efetiva expansão desses serviços, a concorrência é fundamental, já que a ampliação do número de prestadores possibilitará aumentar as opções de acesso, trazendo pluralidade de oferta a preços competitivos.

Nesse sentido, de forma a propiciar competição de mercado, garantir a liberdade de escolha dos usuários dos serviços de telecomunicações e aprimorar os procedimentos de fiscalização, a ANATEL conta, para o exercício de 2009, com dotação de R\$ 21,5 milhões para relações com usuários de telecomunicações, R\$ 10,4 milhões para a regulamentação dos serviços de telecomunicações e R\$ 100,2 milhões para as ações de fiscalização.

Desenvolvimento Urbano

O Brasil foi palco de um intenso processo de urbanização nos últimos 66 anos, que fez saltar a proporção da população que reside em áreas urbanas de 31,4%, em 1940, para 83,3% em 2006. Frente à intensa urbanização da população, tem-se também o crescimento da pobreza nas cidades, o que impacta na má qualidade de vida dos menos favorecidos, na precariedade das condições de moradia, na mobilidade urbana e na falta de serviços de saneamento básico, competindo ao Governo Federal reverter esse quadro.

A gestão da PNDU busca atuar na capacidade de formulação, implantação e avaliação de políticas urbanas do Governo Federal, estimulando, também, parcerias com governos estaduais e municipais. O objetivo está voltado para beneficiar, principalmente, a população urbana com renda de até cinco salários mínimos, por meio da implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade e da efetivação da função social das cidades e da propriedade urbana. Deve-se destacar a campanha dos Planos Diretores Participativos, orientada para a sua efetiva implementação no seio do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana, com especial ênfase nos instrumentos de política fundiária.

A estratégia para o ano de 2009, dando continuidade à política de implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e dada a baixa capacidade técnica e institucional de grande parte dos Municípios brasileiros nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial, será pautada em ações contínuas de assistência técnica e capacitação para o fortalecimento institucional e desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão urbanos, apoiando os Municípios tanto na elaboração e revisão de Planos Diretores Participativos quanto na implementação de institutos tributários, financeiros, jurídicos e políticos para a consolidação da cultura do planejamento e da gestão urbana democrática e participativa.

O Programa Papel Passado apóia, desde 2004, Estados, Municípios, entidades da administração pública indireta, associações civis sem fins lucrativos e defensorias públicas na promoção da regularização fundiária de assentamentos de baixa renda em áreas urbanas. Uma de suas prioridades é ampliar as ações de capacitação dos agentes locais da regularização fundiária com objetivo de fortalecer a capacidade técnica dos Municípios para implementar estratégias de desenvolvimento urbano e elaborar planos e projetos que viabilizem os investimentos em infra-estrutura social e urbana especialmente decorrentes do PAC.

Outra importante intervenção diz respeito à reabilitação de áreas urbanas centrais, cujo objetivo é a elaboração de planos integrados de reabilitação em capitais e Municípios de regiões metropolitanas e obras de requalificação de

espaços urbanos, envolvendo obras de infra-estrutura, equipamentos urbanos, recuperação de patrimônio, além de reforma de imóveis subutilizados.

A questão habitacional do atual Governo situa-se no bojo de um projeto político urbano cujo foco principal está na inclusão dos setores mais vulneráveis da população, considerando o acesso universal a padrões de moradia dignos e serviços básicos de saneamento como fundamentais para a cidadania.

Garantir a universalização do acesso à moradia digna envolve iniciativas que garantam a provisão de moradias, urbanização de assentamentos precários, melhoria das unidades habitacionais, qualidade e produtividade do setor da construção civil, desenvolvimento institucional do sistema habitacional e dos agentes que nele atuam, além de subsídios à habitação de interesse social.

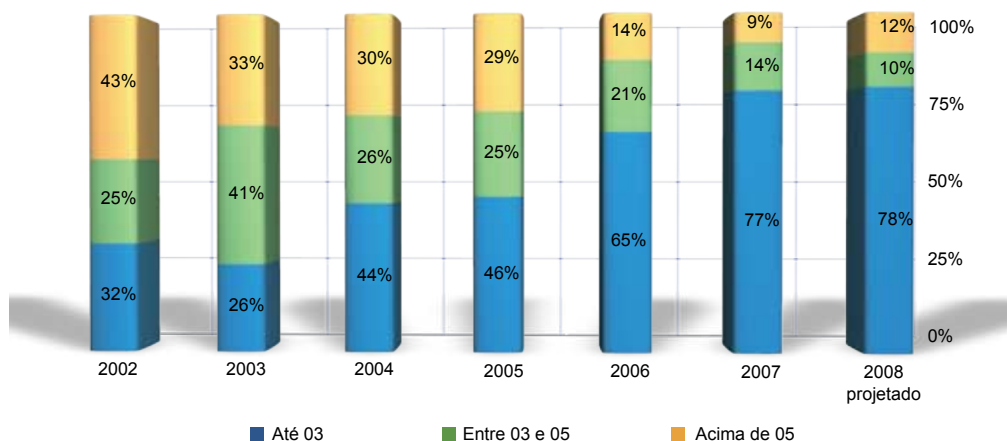
Dos diversos avanços alcançados a partir de 2003 merece destaque especial a elaboração do PlanHab com um horizonte temporal de dezesseis anos, em desenvolvimento e inclusão de recursos na ordem de aproximadamente R\$ 89,5 bilhões no PAC entre 2007 e 2010, destinados à área de habitação. Recursos esses oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, FGTS, FAT, FDS e do SBPE, que deverão beneficiar, aproximadamente, quatro milhões de famílias.

O SNHIS conta, hoje, com a adesão de todos os Estados e mais de cinco mil Municípios, dando origem a um processo de retomada do processo de planejamento e criação de um ambiente com novas condições institucionais, capazes de aparelhar o Poder Executivo em seus níveis federal, estadual e municipal.

A retomada dos investimentos no setor habitacional garante os instrumentos necessários ao enfrentamento da dívida social acumulada de quase oito milhões de novas moradias, além de mais de dez milhões de domicílios com problemas de infra-estrutura básica. Nesse sentido, dos recursos previstos no PAC para a área de habitação, já haviam sido efetivamente contratados pelos agentes financeiros, até maio de 2008, cerca de R\$ 56,3 bilhões, incluindo contrapartida. Já para o ano de 2009, no Orçamento Fiscal, serão destinados R\$ 3,6 bilhões, incluídos a urbanização de assentamentos precários e os subsídios à habitação de interesse social.

O Gráfico 3 demonstra o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda nos últimos anos, com aumento do percentual de recursos destinados às famílias com renda até três salários mínimos, que compõem a maior parcela do déficit habitacional brasileiro.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO POR FAIXAS DE RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - 2002/2008 (%)



Fonte: MCidades/SNH, 2008.

Nota: Informações atualizadas até 30/04/2008.

O saneamento básico brasileiro obteve grandes avanços nos últimos anos e vem se consolidando como ação fundamental de infra-estrutura urbana com fortíssima repercussão nos aspectos econômicos e de justiça social. O aumento dos investimentos no setor e a criação de um novo ambiente legal e jurídico confirmam este novo ciclo.

No processo de institucionalização da política de saneamento, a aprovação do marco regulatório do setor, Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, reorganizou o setor com foco na transparência da gestão, na participação e no controle social, com vistas à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.

Em 2007, com o lançamento do PAC, a política de ampliação dos investimentos no Ministério das Cidades, atinge novos patamares com previsão de um gasto total de R\$ 27,8 bilhões na área de saneamento básico para o quadriênio 2007/2010. Desse total, R\$ 7,8 bilhões são recursos do Orçamento Fiscal, sendo que, para 2009, esse valor será de R\$ 2,6 bilhões. Cabe ainda destacar que das contratações previstas no PAC já foram efetuadas, até maio de 2008, R\$ 18,2 bilhões, sendo R\$ 14,5 bilhões em recursos onerosos e não onerosos do Governo Federal e o restante como contrapartidas de Estados e Municípios.

Em paralelo e de forma complementar, o MS, por intermédio da FUNASA, promove ações nas áreas de melhoria de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos, melhorias sanitárias domiciliares, melhoria habitacional para controle da doença de Chagas e drenagem para controle da malária.

O foco de atenção da FUNASA são os Municípios de até 50.000 habitantes que apresentam potenciais riscos de saúde à população devido a fatores sanitários e ambientais, aqueles com maiores taxas de mortalidade infantil, os localizados em áreas endêmicas da doença de Chagas e malária ou na bacia do rio São Francisco, assim como áreas de populações indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária e reservas extrativistas.

Em 2009, está prevista uma aplicação de R\$ 1 bilhão do orçamento da Seguridade Social para as ações de saneamento da FUNASA, que integram o PAC. O Ministério da Saúde busca, com esses investimentos, a promoção e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros procurando a redução de riscos à saúde. Tem-se a intenção de levar abastecimento de água a 198.824 famílias e beneficiar 116.250 famílias com esgotamento sanitário em áreas urbanas. O saneamento rural visa beneficiar 41.860 comunidades, incluindo quilombos, assentamentos e reservas extrativistas, bem como 640 aldeias indígenas. Em relação ao controle da doença de Chagas e malária, serão beneficiadas 24.780 famílias.

No que tange às questões relativas ao transporte e à mobilidade urbanos, o Governo Federal vem desenvolvendo a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, que visa maior integração e racionalização das políticas de transporte, além de promover o desenvolvimento urbano e o uso do transporte coletivo. No âmbito dessa política, dois programas governamentais assumem papel-chave, o Programa de Mobilidade Urbana e o Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros.

O Programa de Mobilidade Urbana visa articular as políticas de transporte, trânsito e acessibilidade nas cidades brasileiras de forma a priorizar os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, numa perspectiva de universalização do acesso ao espaço urbano e inclusão de pessoas com dificuldade de locomoção e populações de baixa renda.

O Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, por sua vez, constitui-se no esforço do Governo Federal em cumprir o artigo 30 da Constituição Federal de 1988 e a Lei no 8.693, de 3 de agosto de 1993, segundo os quais compete aos Municípios a prestação de serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo. Esse programa investe no desenvolvimento e ampliação dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros de forma a possibilitar que a transferência de sua gestão para os governos locais se dê de maneira equilibrada e sustentável. Outro tema de destaque na área de transporte urbano foi o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Mobilidade no 1687/2007, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.

O PAC deu novo ritmo aos investimentos nos sistemas urbanos de passageiros, além da garantia da continuidade e conclusão das obras, face aos recursos assegurados num horizonte plurianual, destinados às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza. Para tanto, estão previstos recursos da ordem de R\$ 421,1 milhões em 2009, promovendo um significativo desenvolvimento urbano e social nesses Municípios.

O Governo Federal também atua no sentido de reduzir as ocorrências trágicas no trânsito responsáveis por mais de 35 mil mortos e quatrocentos mil feridos e que causam, anualmente, perdas da ordem de R\$ 28 bilhões. Destaca-se a implantação do SINIAV que objetiva dotar os órgãos de trânsito e de segurança pública de instrumentos modernos para planejamento, fiscalização e gestão do trânsito, além de permitir a prevenção e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas.

Será dada continuidade à capacitação de profissionais do Sistema Nacional de Trânsito, executado programas educativos contínuos junto às escolas regulares de ensino e à comunidade organizada e veiculadas campanhas publicitárias educativas de trânsito. Serão, também, melhorados e expandidos os sistemas informatizados de cadastro, controle e estatísticas do RENAVAM, RENACH, RENAINF e RENAEST.

Meio Ambiente

A devastação da natureza, causada principalmente pela ação humana em sua forma de produzir, consumir, ocupar os espaços territoriais e usar os recursos naturais, tem levado, tanto no Brasil como em grande parte do mundo, a uma crescente mobilização de diferentes segmentos da sociedade - incluindo a comunidade científica - em prol da questão ambiental, retratada cotidianamente pelos meios de comunicação de massa e acompanhada de novos marcos legais, procedimentos administrativos e aparatos de Estado.

Diante desse cenário, o Governo Federal assumiu o desafio de implementar os princípios da sustentabilidade e da transversalidade das ações ambientais. Para isso elaborou, com a participação da sociedade, um documento no qual constam, para os próximos anos, os objetivos e os temas prioritários afetos à questão ambiental no País: combate ao desmatamento; mudanças climáticas; licenciamento ambiental; recursos hídricos; saneamento ambiental urbano; e unidades de conservação.

Em 2009, pretende-se prevenir e combater incêndios florestais em mais de 1,2 milhão hectares, realizar 797 operações de fiscalização das atividades florestais e controlar o desmatamento em uma área de 900.000 km², contando, para isso, com dotação de cerca de R\$ 82,4 milhões. No bioma Amazônia, em que pese a

redução do desmatamento em 35% no último ano, como forma de intensificar o resultado dessas ações, estão previstos ainda a implantação do Projeto Base Cartográfica e o fortalecimento das Bases Operativas de fiscalização.

Nos biomas Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Caatinga, que contam com recursos da ordem de R\$ 72,3 milhões para as ações referentes à conservação e à recuperação, pretende-se efetivar a implantação de sistema de monitoramento por satélite, a regularização das propriedades rurais visando a adequação ambiental e o fortalecimento das ações de inteligência contra crimes ambientais.

Preparar o País para os efeitos das mudanças climáticas, com a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e incentivo à adoção de instrumentos econômicos para a mitigação das mudanças climáticas pelos governos federal, estaduais e do Distrito Federal, é outro importante objetivo setorial.

Quanto ao licenciamento ambiental, as principais metas são o aprimoramento e a harmonização dos procedimentos relativos aos empreendimentos de energia elétrica, transportes e mineração, a simplificação dos procedimentos técnicos e administrativos e o acompanhamento de empreendimentos do PAC.

No que tange aos recursos hídricos, as ações objetivam promover a disponibilidade de água com qualidade, o controle da poluição, a conservação e a revitalização de bacias hidrográficas, com destaque para a bacia do rio São Francisco, onde será implantado um Sistema de Cobertura Vegetal e implementada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, entre outras.

No caso específico da revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, em 2009, serão aplicados R\$ 556,4 milhões destinados a obras de drenagem, abastecimento, perfuração de poços, proteção e retificação de canais naturais, além de saneamento básico das comunidades locais, de forma a evitar que os veios de água integrantes dessas bacias sejam utilizados como dissipadores de esgotos, lixo e dejetos.

Outro importante aspecto a ser abordado diz respeito ao saneamento ambiental urbano. Para isso estão previstas ações de ampliação do PRODES por meio de construções de estações de tratamento de esgotos, a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos e a regulamentação do licenciamento simplificado de aterros de pequeno porte.

As unidades de conservação também estão entre as prioridades do Governo Federal para o próximo ano, prevendo-se ações de fortalecimento de

infra-estrutura, desenvolvimento do Ecoturismo e a consolidação de unidades de conservação de proteção integral na região amazônica.

Outros objetivos para o ano de 2009 são a ampliação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas, inclusive energias renováveis, a difusão da produção e do consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais, e a promoção da cidadania ambiental por meio da educação ambiental e da participação social.

Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento equitativo entre as diversas regiões brasileiras representa enorme desafio às políticas públicas do Brasil, que ao longo de todo o processo de evolução social e de integração do território, sob a égide de interesses exploratórios e extrativistas, converteram-se em práticas patrimonialistas e clientelistas. Esse processo histórico de formação da Nação gerou disparidades sociais, econômicas e culturais: concentração populacional em áreas específicas do território, como o centro-sul e a faixa litorânea, e déficit de investimentos nos setores de infra-estrutura, pesquisa científica, tecnologia e desenvolvimento humano nas regiões de fronteira com países limítrofes, no semi-árido do Nordeste e no interior das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

De forma a dar continuidade às políticas de enfrentamento a esses problemas, o Governo Federal investirá, em 2009, R\$ 64,8 milhões em ações que fomentarão o desenvolvimento a partir da diversidade regional do País, com a finalidade de reduzir as desigualdades brasileiras, por meio do estímulo ao potencial endógeno, da convergência das políticas públicas de ordenamento territorial e da promoção de investimentos estratégicos de apoio às integrações regional, nacional e sul-americana. Além disso, os recursos serão utilizados em ações que objetivarão conferir autonomia e sustentabilidade para espaços sub-regionais, principalmente, o semi-árido, por meio não só do fomento à organização social das comunidades locais, mas também do fortalecimento da base produtiva endógena local, com vistas à inserção produtiva e social da população dessas áreas.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional também será apoiado por meio de ações de melhoria da infra-estrutura hídrica, tendo em vista que a carência desse importante recurso natural para consumo humano e para fins econômicos resulta em altos índices de mortalidade infantil e epidemias de doenças vinculadas à má qualidade da água, além de impedir a melhoria socioeconômica dessas regiões.

Para tanto, a integração de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda, associada ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, o que significará melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água, destacando-se a Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, para a qual, em 2009, estão previstos investimentos de R\$ 1.472,6 milhões.

Diante da complexidade do problema, torna-se imprescindível a atuação governamental na construção de sistemas de abastecimento de água, como barragens, adutoras e reservatórios, de modo a adequar a infra-estrutura à demanda e ao uso múltiplo dos recursos hídricos, de forma integrada e participativa com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, com vistas a assegurar, de forma qualitativa e quantitativa, o abastecimento de água para comunidades locais.

Com o objetivo de dar continuidade à atuação do Governo Federal, em 2009, serão investidos R\$ 507,2 milhões em diversos empreendimentos, dentre os quais se destacam a Adutora Pirapama, no Estado de Pernambuco; as barragens Setúbal e do Peão, no Estado de Minas Gerais; a Barragem e Adutora Poço do Marruá, no Estado do Piauí; a Adutora São Francisco, no Estado do Sergipe; o Sistema de Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará; o Canal do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas; e a Barragem Henrique Santillo, no Estado de Goiás.

Em complemento a esses investimentos em infra-estrutura hídrica, o Governo Federal investirá R\$ 535,3 milhões em projetos de agricultura irrigada, como forma de ampliar a utilização dessa eficiente ferramenta de combate à pobreza e de distribuição de renda, que gera empregos e eleva a oferta de alimentos, na medida em que aumenta a produtividade da atividade agrícola, sendo que entre os principais perímetros de irrigação em implantação, destacam-se: Manoel Alves-Propertins, Sampaio e São João, no Estado do Tocantins; Salitre, Tourão e Baixio de Irecê, no Estado da Bahia; Pontal e Nilo Coelho, no Estado de Pernambuco; Várzeas de Sousa, no Estado da Paraíba; Baixo Acaraú e Jaguaribe/Apodi, no Estado do Ceará e Jaíba, no Estado de Minas Gerais.

Turismo

O turismo vem, ano a ano, consolidando sua estruturação e apresentando crescimento significativo. As ações desenvolvidas fizeram com que o País saltasse de qualidade nos serviços turísticos, tendo como principal estratégia o direcionamento para o fortalecimento do turismo interno, como importante

fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda.

Para 2009, a perspectiva é propiciar um maior desenvolvimento do produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais do País, por intermédio do fortalecimento das políticas de desenvolvimento regional, de competitividade e estratégias comerciais.

Promoção do Turismo Interno

O Governo tem incrementado o financiamento de campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar, com destaque para os Programas Viaja Mais Melhor Idade, Viaja Mais Jovem e Viaja Mais Trabalhador, sendo programado o valor de R\$ 342,5 milhões para a Promoção do Turismo Interno.

Outro ponto relevante é o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados à logística de transporte, com a preocupação sobre o traslado de passageiros e a mobilidade urbana para a realização da Copa de 2014.

O apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno é outro item importante, pois possibilita que esse segmento da atividade econômica atenda à diversidade de consumidores do País expandindo a sua capacidade de oferta diferenciada para diversas categorias e diferentes grupos de renda, além da preparação para a competitividade no mercado internacional.

Dentre as metas estabelecidas no PNT 2007/2010 Uma Viagem de Inclusão destaca-se a estruturação das áreas potenciais de cada região do País, promovendo a implantação de infra-estrutura para um desenvolvimento integrado, ressaltando o PRODETUR Nacional, firmado com o BID no Brasil, que prevê linha de crédito de US\$ 1,0 bilhão para aplicação em ações voltadas para o desenvolvimento do turismo nacional.

Do ponto de vista social, o Programa Turismo Sustentável e Infância tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de sensibilização, mobilização e qualificação da cadeia produtiva do turismo para a aplicação de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico e da adoção de parcerias intersetoriais.

Todo esse trabalho tem como base um programa de qualificação profissional e empresarial que objetiva induzir a melhoria da qualidade e da segurança dos serviços turísticos, por meio da formação de multiplicadores, potencializando a melhoria da competitividade da cadeia produtiva do turismo e a inclusão social.

Ações no Mercado Externo

Com a criação do MTur, a EMBRATUR passou a ser o órgão responsável pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Para tais ações, foram alocados para 2009 o montante de R\$ 79,3 milhões. Dentre as várias iniciativas destaca-se o Plano Aquarela, Marketing Turístico Internacional do Brasil, cujo conceito estratégico é a construção de uma imagem do País como destino turístico moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, realizar negócios, eventos e incentivos e ser competitivo internacionalmente.

Buscando manter a qualidade na prestação dos serviços turísticos, estão sendo apoiados investimentos na capacitação de profissionais ligados ao setor, como forma de melhor adequar a oferta dos produtos turísticos frente a uma maior procura pelo destino Brasil. Entre 2003 e 2007 houve um crescimento da entrada de turistas de 21,4% e, no mesmo período, o ingresso de divisas com turistas estrangeiros aumentou 74%.

Importante ressaltar que a indústria do turismo dos países líderes do mercado mundial tem gerado inúmeros benefícios aos seus povos. Entre nós, brasileiros, o Governo Federal ao propor as metas do PNT 2007/2010, reconhece o enorme potencial da cadeia produtiva do turismo como um importante vetor de desenvolvimento social e econômico do País.

Pesca e Aqüicultura

O Governo Federal elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável desses setores, articulando atores econômicos e sociais, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil. O seu planejamento foi construído em torno dos seguintes valores: sustentabilidade social, econômica e ambiental; transparência; inovação; garantia de direitos; equidade e participação social; reconhecimento das culturas locais; respeito às diversidades regionais; eficiência, eficácia e efetividade; comprometimento; e desenvolvimento e crescimento com o foco na produção.

A produção atual de pescados no Brasil é de aproximadamente 1,1 milhão de toneladas por ano, provenientes da pesca extrativa marinha, responsável pela metade dessa produção, e continental, bem como da aqüicultura continental e da maricultura.

Nesse contexto, as iniciativas que visam o fortalecimento do setor pesqueiro no País em 2009 são:

- a. o Profrota Pesqueira, para construção, aquisição, conversão ou modernização de embarcações, possibilitando a exploração autônoma dos recursos pesqueiros, a modernização da frota nacional, a melhoria da rentabilidade do setor e das condições de trabalho;
- b. o Programa de Rastreamento das Embarcações por Satélite, para monitoramento das embarcações de pesca industrial;
- c. a concessão de subvenção ao preço do óleo diesel marítimo, equiparando o preço do combustível ao praticado no exterior, beneficiando a pesca industrial e artesanal, possibilitando aumento de competitividade no mercado internacional e a rentabilidade dos pescadores brasileiros;
- d. a criação de importantes canais de abertura e acesso ao crédito para os pescadores artesanais e os pequenos e médios aqüicultores;
- e. a universalização dos serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola para pescadores artesanais e familiares;
- f. o Programa Águas Produtivas: Mais Peixes para Mais Brasileiros, voltado ao ordenamento do aproveitamento e do uso de águas da união e parques aqüícolas, gerando renda e alimento com sustentabilidade; e
- g. o Programa Nacional de Terminais Pesqueiros, voltado ao investimento na cadeia produtiva, com a construção e modernização de terminais pesqueiros para recepção, beneficiamento, comercialização e expedição de pescados.

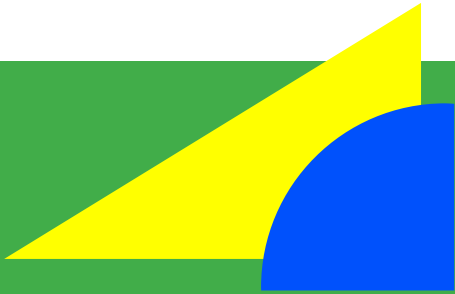
Essas iniciativas têm por objetivo o fomento da produção de pescado no País, aumentando sua produção em 40% até 2011, e serão viabilizadas por medidas de incentivo à criação em cativeiro, a pesca oceânica, estímulo ao consumo e melhoria das condições sociais e de trabalho dos pescadores artesanais.

A transformação da SEAP da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura resulta do reconhecimento da importância do setor para a economia brasileira. Além de representar uma resposta ao aumento da demanda mundial por alimentos, ao combate à pobreza e à marginalização, o desenvolvimento da pesca e aqüicultura será responsável pela geração de empregos e incremento da renda dos trabalhadores no setor.

O Ministério da Pesca e Aqüicultura contará com R\$ 353,8 milhões para a sua estruturação, fortalecimento e para a garantia da efetividade dos programas já em desenvolvimento e das novas iniciativas a partir de sua transformação em Ministério.



III – Políticas Sociais

- 
- Pobreza e Desigualdade
 - Previdência Social
 - Assistência Social
 - Segurança Alimentar e Nutricional
 - Emprego e Renda
 - Saúde
 - Educação
 - Cultura
 - Esporte
 - Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista
 - Inclusão de Jovens

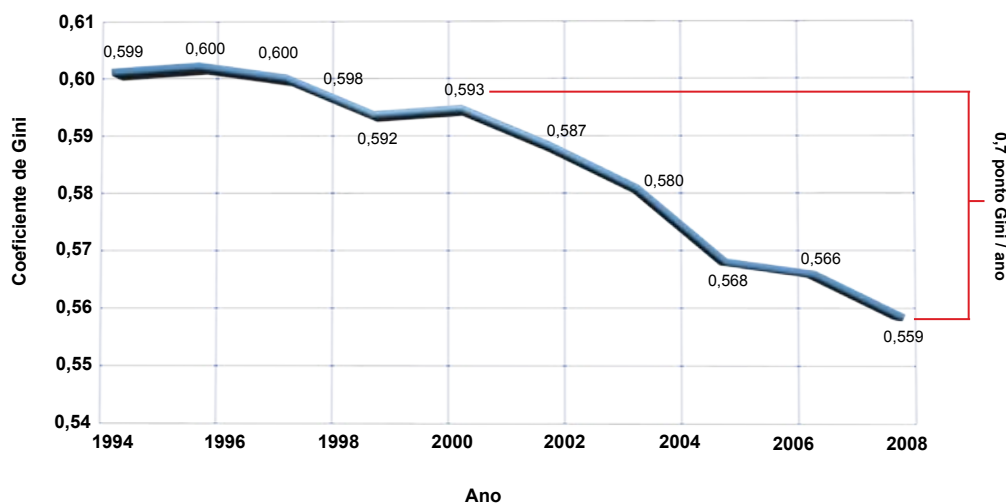
POBREZA E DESIGUALDADE

A Redução da Desigualdade

A redução das desigualdades de renda que acompanham o Brasil desde que sua mensuração é possível já foi amplamente documentada em vários meios. A relevância desta redução aumenta com as novas e crescentes evidências do mal que a desigualdade faz à sociedade brasileira. Há evidências que ligam a desigualdade a taxas de criminalidade em geral e homicídio em particular; sociedades desiguais tendem a ter resultados educacionais significativamente piores que sociedades mais igualitárias, impondo limites ao próprio crescimento econômico mediante limitação da oferta de capital humano; e a desigualdade dificulta a coesão social.

Após décadas de estabilidade em torno de 0,60, o Coeficiente de Gini, a mais comum medida de desigualdade, passou, em 2001, a uma trajetória de redução. Conforme mostra o Gráfico 1 abaixo, houve um início de queda entre 1996 e 1999, mas apenas em 2001 o Coeficiente de Gini parece ter tomado uma trajetória clara de queda. O ritmo desta queda tem sido 0,7 pontos de Gini ao ano, o que equivale a 0,84% da desigualdade em 2001.

GRÁFICO 1 – COEFICIENTE DE GINI DE 1995 A 2006



Fonte: Pnad - microdados.

A comparação entre países permite uma avaliação mais robusta do significado da queda de 0,7 ponto ao ano do Coeficiente de Gini. Escolhendo alguns países com características semelhantes ao Brasil – grandes, federativos, com forte heterogeneidade racial ou étnica – pode-se calcular quanto tempo será necessário, se o ritmo de queda de 0,7 ponto de Gini ao ano for mantido, para atingir o patamar atual de desigualdade de cada um. Os países escolhidos foram

o México que, junto com a Argentina, é um dos países grandes e federativos mais igualitários na América Latina; os Estados Unidos que é o mais desigual dos países desenvolvidos, e o Canadá, que todos elegeriam com um bom modelo de igualdade e civilidade. Os resultados da Tabela 1, abaixo, mostram que, em outros seis anos, o Brasil teria o mesmo Coeficiente de Gini que o México, em doze igualaria os Estados Unidos e que em 24 anos (uma geração) chegaria ao grau de igualdade encontrado no Canadá.

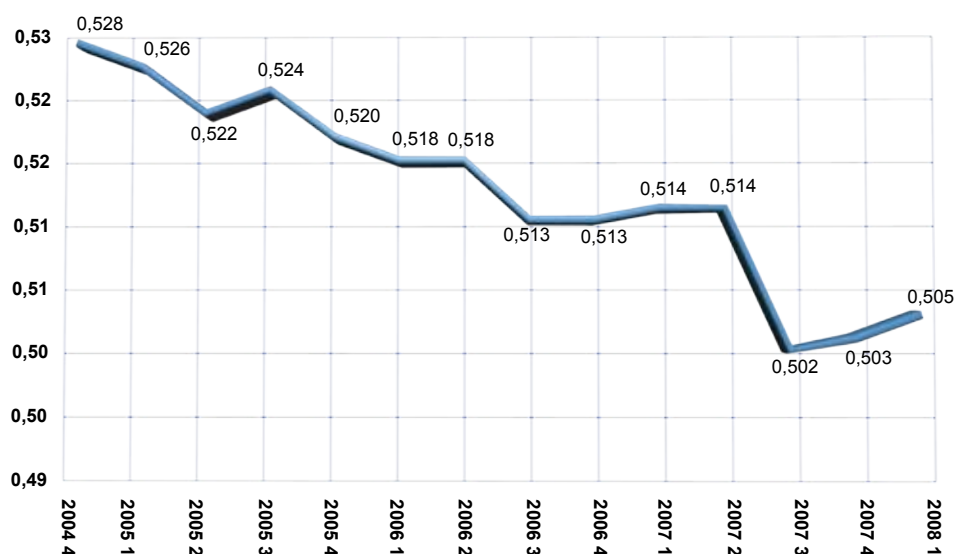
TABELA 1 - TEMPO PARA CHEGAR AO MÉXICO, ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

País	Coeficiente de Gini	Anos para Igualar
México	51,0 (2004)	6
Estados Unidos	46,9 (2005)	12
Canadá	39,3 (2004)	24

Fonte: INEGI (México); Census Bureau (EUA) e Statistics Canada (Canadá).

Não basta, porém, ter atingido o presente ritmo de redução do Coeficiente de Gini - é necessário que esta redução continue. O Gráfico 1 mostra apenas dados até 2006, último ano para o qual há informações com cobertura nacional. Todavia, há fontes que permitem fazer inferências, ainda que imperfeitas, sobre a continuidade ou não do processo. O Gráfico 2 mostra o Coeficiente de Gini trimestral, apenas para as seis maiores regiões metropolitanas, e apenas para a renda do trabalho, até o primeiro trimestre de 2008. Há uma clara sazonalidade, que faz com que o Coeficiente de Gini caia fortemente, via de regra, entre o 2º e 3º trimestres de cada ano. Também é clara a tendência rumo a uma menor desigualdade contínua por enquanto.

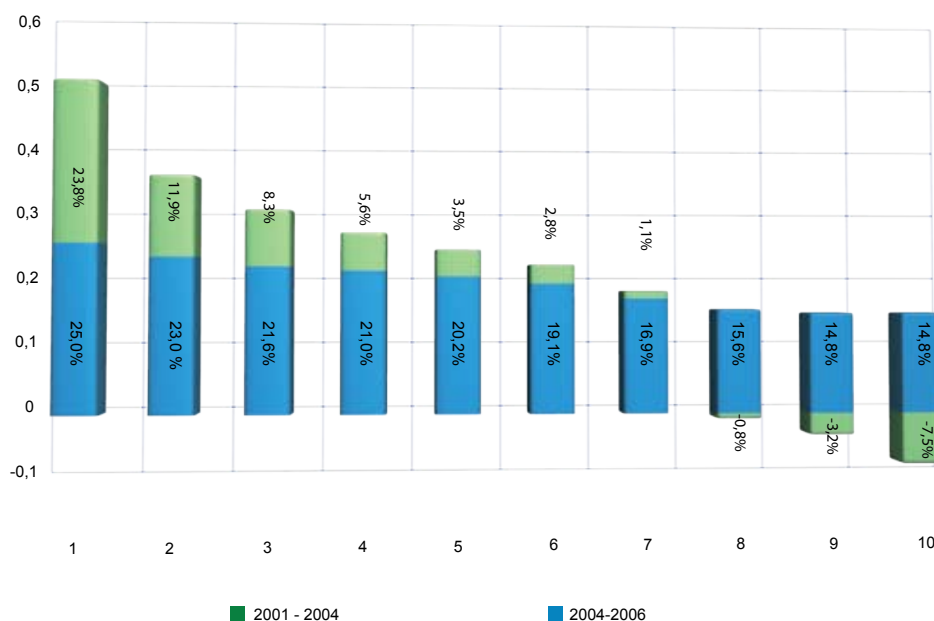
GRÁFICO 2 - COEFICIENTE DE GINI TRIMESTRAL DA RENDA DO TRABALHO METROPOLITANA DE 2004 A 2008



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - microdados.

O Gráfico 3 mostra o crescimento da renda média de cada décimo de renda domiciliar de 2004 a 2006. Embora a redução da desigualdade esteja clara nos dois períodos, já que, em ambos, os mais pobres obtiveram ganhos maiores que os mais ricos, em termos de bem-estar há duas tendências diferentes. De 2001 a 2004, a renda domiciliar *per capita* total permaneceu estagnada, fazendo com que os ganhos dos sete décimos mais pobres fossem acompanhados por perdas nos três décimos mais ricos. Embora uma redução da desigualdade seja sempre salutar, não é politicamente sustentável que isto ocorra com os três décimos mais ricos perdendo renda. Felizmente, a partir de 2004 o Brasil passou à situação ideal de crescimento com equidade – todos ganham, mas os mais pobres ganham mais. Isto permite que a redução da desigualdade continue sem que alguns tenham a impressão de estar pagando a conta.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, POR DÉCIMO DE RENDA

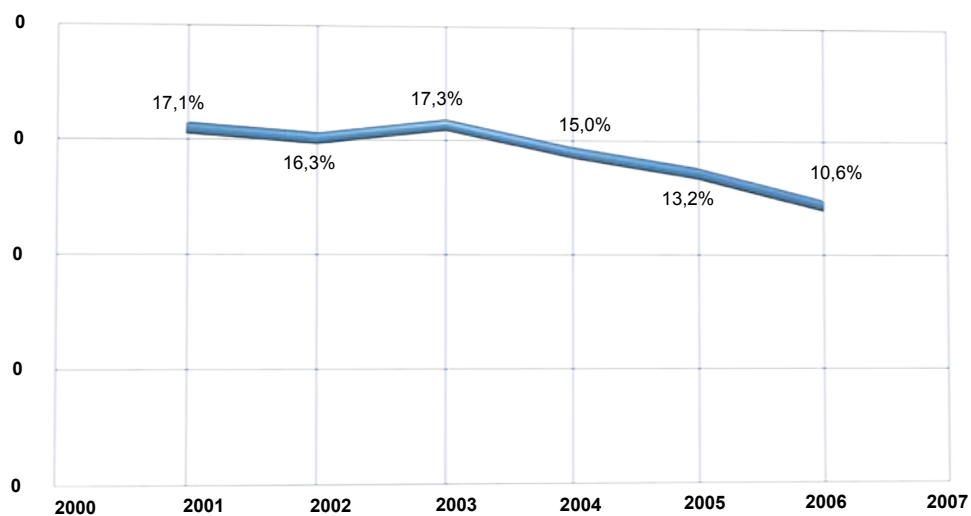
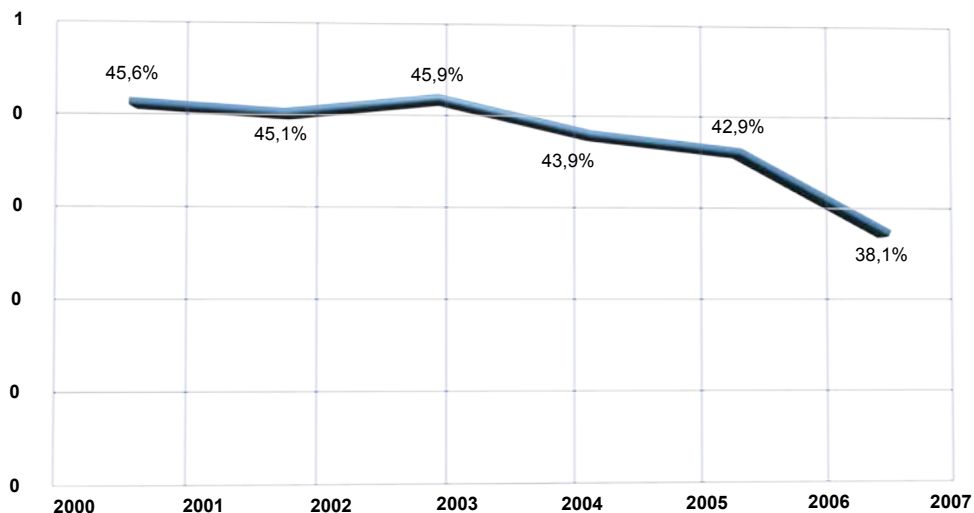


Fonte: Pnad – microdados.

Uma das conseqüências mais importantes de uma distribuição de renda mais igualitária é menos pobreza e, principalmente, menos pobreza extrema. Os dois painéis do Gráfico 4 mostram os níveis de pobreza e pobreza extrema de 2001 a 2006, segundo as linhas da CEPAL. Tanto a pobreza como a pobreza extrema encontram-se nos seus níveis mais baixos em 2006, e isto é conseqüência tanto da redução da desigualdade como do crescimento da renda nos últimos dois anos.

A queda da pobreza extrema é particularmente forte, esta caiu quase 40% entre 2003 e 2006. Se este ritmo for mantido, o Brasil poderá eliminar a pobreza extrema dentro de cinco anos.

GRÁFICO 4 - PORCENTAGEM DE POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL: 2001 A 2006



Fonte: Pnad - microdados.

Como mecanismos responsáveis pela queda do Coeficiente de Gini e da pobreza, pode-se dizer que as evidências disponíveis indicam que aproximadamente metade da redução da desigualdade de 2001 a 2006 se deve a melhorias no sistema de proteção social do País, com destaque para as contribuições do BPC e do PBF. A Previdência Rural e a elevação do piso do regime geral, apesar de não serem destinados aos mais pobres, também contribuíram para a redução da desigualdade no País.

No que tange ao PBF, houve uma ampliação considerável do número de famílias beneficiárias - hoje 11 milhões de famílias, nas quais vivem quase 50 milhões de indivíduos. Todos os estudos de focalização atestam o ótimo alcance do programa entre os mais pobres e o pouco vazamento para famílias mais ricas, uma vez que o programa leva renda justamente às famílias que menos tem.

A segunda política fundamental para a redução das desigualdades pessoais de rendimento foi a de valorização do salário mínimo, que tem aumentado em termos reais constantemente desde abril de 1995, quando valia R\$ 184,00 em termos reais. Nestes últimos onze anos, o salário mínimo subiu 126%, alcançando o valor de R\$ 415,00, em vigor a partir de março deste ano. Desde janeiro de 2003, o aumento do salário mínimo foi de 55%. Vale ressaltar que, desde 2007, foi implementada uma política de valorização do salário mínimo que deverá ficar em vigor até 2023, que prevê reajustes com base na inflação e no crescimento do PIB de dois anos antes. Assim, os agentes econômicos conheceriam com maior antecedência o percentual de aumento do mínimo, reduzindo a incerteza do ambiente econômico, inclusive do planejamento dos gastos do Governo.

É importante frisar que o salário mínimo indexa dois terços dos benefícios da Seguridade Social, além de servir como piso do Regime Geral de Previdência Social (urbano), ainda indexa tanto o Benefício de Prestação Continuada como a Previdência Rural. Juntos, correspondem a mais que 15 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais, majoritariamente localizados na cauda inferior da distribuição de renda no Brasil.

Outro canal ligando o salário mínimo e a distribuição de renda é o mercado de trabalho, uma vez que reduz a desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho. Embora também tenha efeitos nocivos sobre o nível de emprego, estudos econométricos têm demonstrado que estes efeitos são pequenos.

Além da rede de proteção social e da recuperação real do salário mínimo, a formalização crescente também contribui para um mercado de trabalho cada vez mais inclusivo. Finalmente, melhorias, embora lentas, no perfil educacional da População Economicamente Ativa têm contribuído para reduções na desigualdade no mercado de trabalho.

Transferência de Renda com Condicionalidades – Bolsa Família

O PBF objetiva contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privações vividas pelas famílias pobres e extremamente pobres, vinculando a transferência de renda direta às famílias ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e saúde.

Os valores dos benefícios pagos pelo Programa variam de R\$ 20,00 a R\$ 122,00, de acordo com as características de cada família. As famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60, recebem um benefício básico de R\$ 62,00 por mês, mais R\$ 20,00 de benefício variável por criança entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos incompletos, até o limite de R\$ 60,00 por família (valor equivalente a três crianças ou adolescentes). Para os adolescentes de quinze a dezessete anos, cujas famílias pertençam ao PBF, há o benefício de R\$ 30,00 para até dois adolescentes que frequentem a escola. As famílias em situação de pobreza, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de R\$ 60,01 até R\$ 120,00, recebem apenas o benefício variável de R\$ 20,00 por criança ou adolescente, obedecendo ao limite já mencionado. Dessa forma, serão destinados a esse programa, em 2009, aproximadamente R\$ 11,4 bilhões.

O principal indicador da estratégia de aperfeiçoamento da gestão do Programa é o IGD, criado em 2006, que serve como apoio aos Municípios nas atividades de gerenciamento do PBF e de seu CadÚnico. Para obter um bom índice, os gestores municipais devem manter atualizadas as informações do CaÚnico, além de informar os dados sobre as condicionalidades de saúde e educação. De acordo com o desempenho, são transferidos mensalmente recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social, sendo que, para 2009, estão previstos cerca de R\$ 308,3 milhões para os serviços de apoio à gestão descentralizada do PBF.

Além disso, o PBF sofisticará sua vertente de geração de oportunidades de trabalho e renda, com o incremento de ações de qualificação profissional e inclusão produtiva, além de aumentar o grau de focalização do programa por meio do aperfeiçoamento do CadÚnico e da continuação do processo de unificação dos programas de transferência de renda.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sistema previdenciário brasileiro tem passado, nos últimos anos, por alterações normativas e administrativas para melhorar o atendimento ao cidadão, ampliar a parcela da população coberta pela Previdência, e viabilizar a sustentabilidade dos regimes geral e próprios.

Dentre as alterações normativas destacam-se a EC 41/2003, complementada pela EC 47/2005; a instituição do Simples Nacional, no âmbito do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a regulamentação do Plano Simplificado de Previdência Social, e a aprovação da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008, que visa estimular a filiação previdenciária no meio rural.

Já no âmbito gerencial, encontra-se em andamento uma ampla reforma de gestão no sistema previdenciário, direcionado à melhoria do atendimento, à padronização e à otimização de procedimentos referentes à concessão de benefícios, e à implementação de medidas de combate às fraudes e à sonegação.

A revisão dos procedimentos de concessão de benefícios, principalmente, do auxílio-doença, já resultou em uma diminuição dessa despesa em 17,3% e da quantidade de benefícios emitidos em 18,6%. Observou-se, também, uma queda na taxa de expansão do estoque, que caiu de 5,93%, na comparação 2004/2003, para 2,68%, no período 2006/2005.

O grande desafio para 2009 é o aprimoramento das medidas que conseguiram melhorar o atendimento ao segurado e reduzir as filas nos postos do INSS, tais como a ampliação do horário de atendimento e a marcação de consultas por Internet ou telefone (call-center). Para tanto, serão investidos R\$ 139,8 milhões, por meio do Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários, para reformular 160 agências, modernizar o parque tecnológico e implantar a Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital. Este último projeto é de grande importância para agilidade dos processos, uma vez que facilitará sobremaneira a armazenagem, recuperação e conservação dos documentos de milhões de beneficiários.

Ainda no esforço de melhoria do atendimento, está prevista a aplicação de R\$ 1,2 bilhão, no âmbito do Programa Previdência Social Básica, para a manutenção das agências e das principais atividades do INSS, como os serviços de perícia médica e de reabilitação profissional. Objetiva-se, ainda, reforçar a segurança nas unidades do INSS, propiciando maior tranquilidade para os usuários e médicos peritos, bem como promover o recadastramento periódico dos beneficiários do RGPS.

Tais medidas, aliadas a um cenário macroeconômico positivo com o crescimento do PIB e do emprego formal, deverão possibilitar o aumento da arrecadação e a ampliação da população sob cobertura previdenciária, com a conseqüente estabilização da necessidade de financiamento do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

No âmbito do Programa Regime de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, espera-se a implantação do CNIS/RPPS, que possibilitará aos Gestores de Regimes Próprios participantes verificarem duplicidades de vínculos, observância de teto remuneratório, ocorrências de recebimento de benefício no Regime Geral, e de óbitos de seus servidores ativos e inativos.

Destaca-se, ainda, com referência ao Programa Previdência Complementar, o investimento na automatização de processos e integração das bases de dados da SPC e das EFPCs. Esta integração será conseguida por meio de novo Portal, no qual as EEPC enviarão àquela Secretaria, em meio eletrônico, informações sobre investimentos, contábeis, atuariais, processuais e regulamentares dos planos de benefícios, conferindo, assim, maior segurança e agilidade na troca de dados entre as instituições.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No âmbito do SUAS, o MDS é responsável pela coordenação, regulação e co-financiamento do Programa de Proteção Social Básica, do Programa de Proteção Social Especial e do PETI.

O Programa de Proteção Social Básica é integrado por ações que fortalecem o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos. Destacam-se nesse Programa o BPC e o PAIF.

O BPC consiste na garantia de um salário mínimo mensal às pessoas idosas a partir dos 65 anos de idade e às pessoas com deficiência, incapazes para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade, e que, em ambos os casos, possuam renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Estima-se que, em 2009, sejam beneficiadas com o BPC 3,3 milhões de pessoas, representando um investimento da ordem de R\$ 18,5 bilhões.

O PAIF, desenvolvido nos CRAS, tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; promover potencialidades e aquisições, além de favorecer o convívio familiar e o protagonismo dos seus usuários. Para 2009, está prevista a expansão de cerca de 1.300 CRAS no País, possibilitando o atendimento gradual da deliberação ocorrida no ano de 2005, na V Conferência Nacional de Assistência Social, de implantação de, pelo menos, um CRAS em cada Município brasileiro que demonstre capacidade de gestão, tendo em vista o caráter de universalidade da Proteção Social Básica. Com essa expansão deve-se atingir a meta de aproximadamente 14 milhões de famílias referenciadas pelos CRAS em 2009.

Por meio do Programa de Proteção Social Especial continuará sendo promovida a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias. Para a execução desse programa em 2009, será investido o montante de R\$ 143 milhões, viabilizando o co-financiamento de:

- a. serviços de proteção social especial a indivíduos e famílias, ofertados nos CREAS;
- b. projetos de estruturação da rede de serviços de proteção social especial, que contemplarão a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados por pobreza e o reordenamento da rede de proteção social especial de crianças, adolescentes e famílias, incluindo os núcleos que desenvolvem ações socioeducativas do PETI, dentre outros; e

- c. serviços específicos de proteção social especial, que englobam habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência, centro-dia, família acolhedora, casa lar, abrigo institucional, e albergue, entre outros.

O PETI visa retirar crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos. A execução do Programa se dá de forma integrada ao PBF, abrangendo a oferta de ações socioeducativas para as crianças e adolescentes retirados do trabalho, bem como a transferência de renda às famílias, exceto para aquelas famílias que não atendam aos critérios desse Programa. Para a realização das ações socioeducativas e a concessão de bolsas para as famílias que não integram o PBF, está previsto, para 2009, o montante de R\$ 346,8 milhões, que permitirá o atendimento a cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes.

No âmbito do SUAS, merecem destaque, ainda, os Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual e suas Famílias, que beneficiarão, em 2009, cerca de 58 mil crianças e adolescentes; os Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, com o atendimento a cerca de 30 mil pessoas, bem como o ProJovem Adolescente, para o qual está prevista a expansão da cobertura para mais 100 mil jovens, atingindo-se a meta de 600 mil jovens atendidos pelo programa.

Com relação à política de gestão e controle social do SUAS, destaca-se para 2009 a realização da VII Conferência Nacional de Assistência Social.

Finalmente, vale destacar o desenvolvimento de medidas para a emancipação socioeconômica do público beneficiário das políticas e programas sociais como uma das prioridades do Governo Federal para 2009. Trata-se da Promoção da Inclusão Produtiva, objetivo intersetorial que exigirá um esforço de integração das políticas que contribuem para a inserção socioeconômica das famílias visando, assim, potencializar os seus efeitos e dar maior racionalidade à alocação dos recursos públicos.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Como importante iniciativa do Governo Federal, o PAA visa incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF. Os preços de referência não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais e há um limite para compra direta de até R\$ 3.500,00 por agricultor por ano, ou por semestre, na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite. Os alimentos adquiridos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais.

Tendo em vista o cenário de alta dos preços dos alimentos, principal item de consumo da população de baixa renda (público-alvo do Programa), o risco de vulnerabilidade alimentar se eleva. Dessa forma, o PAA se reveste de importância estratégica, na medida em que busca o fortalecimento da agricultura familiar por meio da diminuição da distância entre produtores e consumidores, e pode amenizar o impacto da alta nos preços dos alimentos para a população de baixa renda.

Em 2009, o Programa pretende adquirir 435 mil toneladas de alimentos, com investimento de aproximadamente R\$ 637 milhões, beneficiando pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, a partir da distribuição de alimentos, além das famílias de agricultores que fornecem alimentos para o PAA.

No âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Acesso à Alimentação engloba um conjunto variado de ações que tem por objetivo garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana. Uma importante linha de atuação é a construção de cisternas, que visa suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semi-árido por meio do armazenamento de água da chuva. Com efeito, as famílias de baixa renda da zona rural do sertão nordestino, que não possuem acesso a uma fonte de água potável e que se enquadram nos critérios do PBF, são consideradas prioritárias. Em 2009, está prevista a instalação de cerca de 40 mil cisternas com recursos federais.

Vale ressaltar que o PBF, além da redução da desigualdade, é responsável por aumentar o consumo de alimentos e de bens duráveis pelas famílias mais pobres. O Ibase, que trata da repercussão do PBF na segurança alimentar das famílias beneficiárias, mostra que houve um aumento significativo no consumo de alimentos, como cereais, leite, carnes e frutas, implicando, inclusive, redução da desnutrição infantil.

Ademais, o Governo Federal também continuará apoiando a instalação de equipamentos que ofereçam à população refeições prontas, de baixo custo e de qualidade, por meio de Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares Públicos.

EMPREGO E RENDA

Os resultados econômicos nos últimos quatro anos têm configurado um mercado de trabalho diferente do observado na década de 1990, tendo havido neste período recente um crescimento acumulado de 11,9% na ocupação e uma queda correspondente de 2,9% na taxa de desemprego média anual. Também a natureza das ocupações que estão sendo geradas vem-se mostrando muito diferente daquela das ocupações surgidas na década de 1990, apresentando maior dinamismo dos empregos com carteira de trabalho assinada, relativamente aos empregos sem carteira e às ocupações por conta própria. O rendimento médio real do trabalhador continua aumentando, tendo sido observado, em 2007, a variação de 3,2% nos rendimentos médios habitualmente recebidos.

Apesar das boas notícias trazidas pelo mercado de trabalho brasileiro, há ainda muito a se fazer em termos de seguir buscando a redução da desigualdade de rendimentos e da informalidade. Assim, as políticas do Governo Federal nesta área continuam fundamentais, pois visam favorecer o acesso a todos os segmentos, em especial, os mais vulneráveis, às oportunidades do mercado de trabalho, bem como garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados no exercício de suas funções. Além disso, o atual contexto do mercado de trabalho está aumentando a demanda por vários serviços de emprego e geração de renda, tais como a qualificação profissional e oferta de microcrédito produtivo. No que diz respeito ao seguro-desemprego e ao abono salarial, durante o ano de 2009 deverá ser gasto, com essas despesas, o valor de R\$ 24,3 bilhões.

Uma das prioridades do Governo Federal para 2009 é o fortalecimento do SPE, por meio do aumento da sua capilaridade e de uma maior integração das ações do seguro-desemprego, da intermediação de mão-de-obra, da qualificação profissional, do acesso ao primeiro emprego e ao microcrédito produtivo. Nesse contexto, o Governo Federal dá ênfase especial às ações de qualificação dos Programas Qualificação Social e Profissional, o ProJovem, uma vez que este público-alvo tem maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho. Para 2009, o ProJovem tem como meta qualificar cerca de 183 mil jovens, com um orçamento de R\$ 453,5 milhões.

O PNQ, em resposta ao aumento da demanda por qualificação gerada pelo crescimento econômico, pretende qualificar, em 2009, aproximadamente 63 mil trabalhadores, contando com recursos da ordem de R\$ 50 milhões. Destaca-se, ainda, que o PNQ está sendo utilizado como modelo para a construção da metodologia de qualificação e inserção no mercado de trabalho dos beneficiários do PBF, pretendendo qualificar no próximo exercício 261 mil beneficiários do PBF, com o gasto de R\$ 206,5 milhões.

No tocante ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, vale destacar que o mesmo foi reformulado para o PPA 2008/2011, suas ações foram reorganizadas e apresentam atualmente maior integração entre seus eixos de atuação, buscando responder às principais demandas que emergiram da Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2006. Dessa forma, buscou-se dar ênfase a uma maior institucionalização de políticas nas três esferas de Governo. Essa integração se apresenta, entre outras ações:

- a. na implantação de Centros de Referências em Formação de Economia Solidária, proporcionando a multiplicação de formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários;
- b. na construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo País; e
- c. na continuação do mapeamento da economia solidária, o qual ampliou e consolidou a base do Sistema de Informações em Economia Solidária.

De grande relevância, ainda, são as ações de fiscalização do MTE, as quais visam enfrentar três grandes conjuntos de violações dos direitos do trabalho:

- a. o não cumprimento das normas trabalhistas referentes à formalização da relação de trabalho, à remuneração e ao recolhimento de contribuições sociais;
- b. o não cumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho; e
- c. o desrespeito aos direitos humanos fundamentais, em particular, a prática do trabalho infantil e do trabalho em condição análoga a de escravo.

Quanto ao primeiro item, vem se observando aumento do número de trabalhadores registrados, mesmo com a manutenção do número de empresas autuadas e os autos de infração lavrados. Quanto ao segundo item, os melhores resultados foram a ampliação da adesão ao PAT, o aumento do número de ações de inspeção, e a queda do coeficiente de mortalidade por acidentes de trabalho. Já as ações para erradicação do trabalho escravo e de combate ao trabalho infantil, executadas em parceria com a SEDH da Presidência da República, estão aumentando o número de pessoas atendidas.

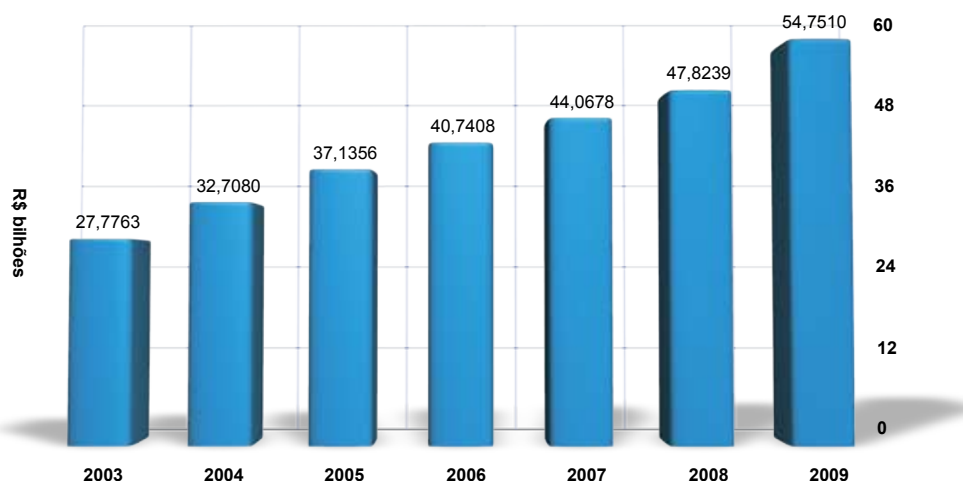
SAÚDE

A promoção da saúde constitui uma das prioridades centrais do Governo Federal. Para tanto, o SUS, desde sua criação, no início da década de 90, continua passando por mudanças e vencendo grandes desafios. No campo do financiamento enfrenta-se o problema gerado pela extinção, em dezembro de 2007, da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de CPMF, uma das principais fontes de recursos do setor nos últimos anos, bem como a tramitação do Projeto de Lei Complementar que regulamentará a EC nº 29, de 13 de setembro de 2000, que define os recursos mínimos a serem aplicados anualmente nas ações e serviços públicos de saúde.

Ademais, configura-se como um dos princípios do financiamento do SUS, além da responsabilidade das três esferas de gestão, da redução das iniquidades regionais e do repasse fundo a fundo, a transferência de recursos federais em forma de blocos de financiamento, constituídos pelos componentes: atenção básica, atenção de média e alta complexidade, vigilância à saúde, assistência farmacêutica e gestão.

Na esfera federal, será alocado, em 2009, para assegurar os recursos necessários para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde em atendimento à determinação vigente da EC nº 29 o valor de R\$ 54,8 bilhões.

GRÁFICO 5 - SAÚDE - APLICAÇÃO MÍNIMA EC Nº 29 - 2003/2009



A área de Atenção Básica em Saúde tem como principal estratégia o Saúde da Família. Com essa estratégia, implementada desde meados dos anos 1990, procura-se reorientar o modelo de atenção à saúde, tendo a atenção básica como o local privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e

prevenção de agravos e porta de entrada para o acesso aos serviços de maior complexidade. Até abril de 2008, totalizavam 28.081 equipes do Saúde da Família e a cobertura da população estava em torno de 37,7%. Para 2009, espera-se alcançar cerca de 29.500 equipes, com uma dotação de R\$ 5,3 bilhões.

O fato de os Municípios com mais de 500 mil habitantes (aproximadamente 40 em todo o território nacional), que concentram cerca de 30% da população brasileira, terem, com raras exceções, coberturas estimadas abaixo de 30%, levou ao esforço de implementação do PROESF para Municípios com mais de 100 mil habitantes. A cobertura média estimada para esses Municípios tem crescido para todos os grupos, segundo o porte populacional, e no intuito de continuar com tal expansão está prevista para 2009 a aplicação de R\$ 81,7 milhões no PROESF.

Outra ação prioritária no campo da atenção básica é a assistência odontológica, que vem sendo implementada por meio das equipes de Saúde Bucal. Para 2008, está prevista a implementação de cerca de 3.000 equipes, que se somarão às 15.694 já implantadas até 2007, esperando-se atingir em 2009 mais de 18.000 equipes, tendo sido orçado, para tanto, R\$ 107 milhões para o próximo ano.

A Atenção de Média e Alta Complexidade responde pela maior parte dos recursos despendidos pelo MS. Em 2008, totalizam R\$ 22,4 bilhões, cerca de 47% do total alocado em ações e serviços públicos de saúde. Esses recursos, na sua maior parte, são repassados para Estados e Municípios como participação no custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares do SUS. Os hospitais públicos e privados conveniados ou contratados pelo SUS realizaram mais de 11,3 milhões de internações em 2007. Foram prestadas mais de 483,5 milhões de consultas médicas (clínicas básicas, saúde da família e especializadas), resultando em uma média nacional de 2,6 consultas por habitante por ano. Foram realizados 407 milhões de exames de patologia clínica e 64,6 milhões de exames de diagnóstico por imagem, incluindo desde Raios-X até ressonância magnética. Na área de transplantes, o SUS financiou a realização de mais 3.632 cirurgias, sendo 741 de transplante de rim, 2.500 de córneas, entre outras. Prevê-se gastar em 2009, com a média e alta complexidade, o valor de R\$ 23 bilhões.

A Atenção Pré-hospitalar está baseada na estruturação do SAMU, que tem por objetivo prestar o primeiro atendimento à população nos casos de emergência e o transporte até o hospital. No primeiro semestre de 2008, a rede nacional já contava com 144 serviços de atendimento móvel e atendia a 1.163 Municípios, cobrindo a mais de 100 milhões de habitantes. A previsão de gastos em atenção pré-hospitalar para 2009 é de R\$ 788,5 milhões, considerando tanto o SAMU como a estruturação dos demais serviços para atendimento das necessidades de atenção às urgências decorrentes de violências e causas externas.

No tocante à Vigilância em Saúde, o Governo Federal monitora o quadro sanitário do País para a formulação e definição de prioridades nas ações de saúde, assim como colabora com Estados e Municípios no controle de endemias, com a transferência de recursos. Em 2009, serão investidos R\$ 1,6 bilhão no Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Em relação à Assistência Farmacêutica, para a aquisição e distribuição de medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, a previsão é de que sejam despendidos R\$ 4 bilhões em 2008 e R\$ 4,5 bilhões em 2009. Entre os medicamentos básicos tem tido aumento importante a distribuição de medicamentos para controle da hipertensão e do diabetes, que são importantes problemas de saúde pública. No rol dos medicamentos estratégicos encontram-se aqueles distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids, especialmente, os anti-retrovirais que são regularmente distribuídos a mais de 170 mil pacientes, medicamentos para doenças transmissíveis importantes como tuberculose, malária e hanseníase, entre outras.

Outra estratégia governamental de grande importância é o Programa Farmácia Popular, que visa ampliar o acesso da população a medicamentos. Em março de 2006, o Governo instituiu a segunda fase do Programa, a partir da qual uma lista maior de medicamentos para hipertensão e diabetes passou a ser comercializada na rede privada a preços subsidiados (descontos de até 90%). Foram cadastradas mais de mil farmácias e drogarias comerciais, quantitativo que chegou, entre 2006 e 2007, a cerca de 5 mil. Além dos medicamentos previstos inicialmente, o Governo aproveitou essa estratégia para implementar parte das ações de Saúde Sexual e Reprodutiva, incluindo anticoncepcionais na lista de medicamentos a serem disponibilizados a preços subsidiados nas farmácias e drogarias comerciais. Este programa contará com um orçamento de R\$ 584,5 milhões em 2009.

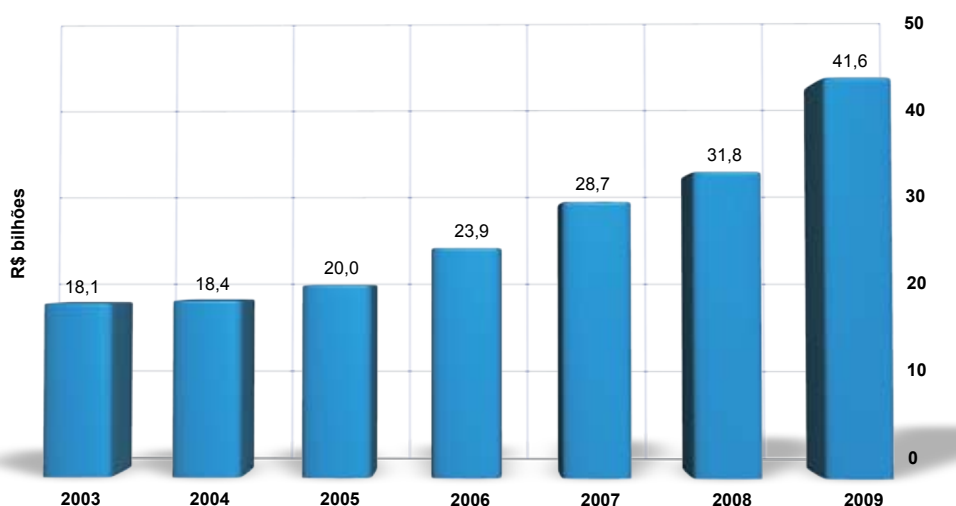
Na atenção a grupos específicos, o destaque é para o Programa de Saúde na Escola, iniciado em 2008 e já beneficiando a 2 milhões de alunos de escolas prioritizadas, escolhidas em função do desempenho insatisfatório no IDEB.

Ressaltam-se, também, as ações de promoção da saúde na área de alimentação saudável, de práticas corporais e atividades físicas, de prevenção e redução dos riscos de uso de bebidas, e drogas e orientações na área de educação sexual reprodutiva e de prevenção da gravidez na adolescência.

EDUCAÇÃO

Reconhecida, como uma das bases para o desenvolvimento nacional, a educação deve ser assegurada, com qualidade, para todos os segmentos da população, a partir das diretrizes de democratização do acesso e garantia da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino. A educação deve ser concebida e gerida de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. Em consonância com esse pressuposto, diversas iniciativas governamentais são desenvolvidas pelo MEC, no intuito de elevar o padrão de qualidade e desempenho da educação brasileira, de modo que possa responder a contento às demandas da sociedade. Um dos indicadores desse esforço consiste na alocação crescente de recursos, conforme pode ser observado pelo Gráfico 6.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO RECURSOS MEC



Plano de Desenvolvimento da Educação

O PDE é o referencial das políticas educacionais governamentais cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo, sendo sustentado por seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social. O Plano consiste num conjunto de ações estruturadas em torno de uma concepção de educação, segundo quatro eixos, ou áreas de intervenção:

- a. alfabetização;
- b. educação básica;
- c. educação profissional; e
- d. educação superior.

Educação de Jovens e Adultos

O Programa Brasil Alfabetizado e EJA passou por um processo de reformulação, buscando alterar significativamente sua forma de implementação. Apresentada no PDE, a nova estratégia priorizará o engajamento de professores das redes públicas, onde, no mínimo, 75% do quadro de alfabetizadores serão professores das redes municipais e estaduais, uma mudança significativa para garantir uma maior qualificação dos responsáveis pela alfabetização. Como serão privilegiadas as parcerias com os Municípios, que receberão 80% dos recursos totais do Programa, a estes caberá selecionar e capacitar os professores e, especialmente, promover a mobilização da população analfabeta para garantir sua frequência aos cursos. O Programa é voltado para todo o território nacional, com atuação prioritária nos 1,1 mil Municípios com taxas de analfabetismo acima de 35%. O Brasil Alfabetizado tem dois focos, um regional, outro etário: o Nordeste, que concentra 90% dos Municípios com altos índices de analfabetismo, e os jovens de quinze a 29 anos.

Foi iniciado um trabalho em 2008, com duração até meados de 2009, para o atendimento de 1.928 Municípios prioritários localizados nas regiões Norte, Nordeste e norte de Minas Gerais, que possuem índice de analfabetismo igual ou superior a 25%. Será planejada e realizada a capacitação de gestores dos sistemas estaduais e municipais de ensino para a gestão de políticas públicas direcionadas à alfabetização e à educação de jovens e adultos; devendo ser consolidada uma base de dados dos Municípios atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado com vistas a subsidiar a política pública para educação desse público-alvo, no âmbito do Governo Federal.

O Programa Brasil Alfabetizado e EJA congrega um conjunto de ações que compreende concessão de bolsa para equipes de alfabetização, distribuição de livros e materiais didáticos, bem como repasse de recursos financeiros mediante parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de alfabetização inicial de jovens e adultos. Em 2009, o Governo Federal apoiará a oferta de vagas para cerca de 5 milhões de alunos, na educação básica, a concessão de 165 mil bolsas para equipes de alfabetização e a distribuição de 2 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Com isso, espera-se alcançar a meta de 7,3% de analfabetismo da população na faixa etária de quinze anos ou mais.

Educação Básica

No que se refere à Educação Básica, o PDE define um rol de 28 diretrizes, intitulado Compromisso Todos pela Educação, por meio do qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientaram suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo). Outro aspecto referenciado no PDE é a nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional que o Governo Federal começou a prestar aos Estados e Municípios que firmaram tal compromisso, baseado no IDEB, por meio do qual se identifica e acompanha Municípios que apresentam os menores índices.

Outras ações supletivas vêm sendo desenvolvidas pelo MEC com vistas a assegurar o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, dentre as quais se destacam, para 2009:

- a. distribuição de livros didáticos para os ensinos fundamental e médio, estimando-se 100 milhões e 7,8 milhões de exemplares distribuídos, respectivamente;
- b. dinheiro direto na escola para o ensino fundamental, que transferirá aproximadamente R\$ 920 milhões para escolas públicas do ensino fundamental e privadas de educação especial;
- c. apoio ao transporte escolar no ensino fundamental, que deverá transferir às escolas cerca de R\$ 478 milhões, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte;
- d. alimentação escolar, beneficiando 42,1 milhões de alunos de creches, pré-escolas, do ensino fundamental e de comunidades indígenas, ao longo de 200 dias letivos;

- e. infra-estrutura de tecnologia da informação para a educação pública, cuja meta é dotar com equipamentos de informática e outras tecnologias 36 mil escolas públicas de ensino fundamental, médio e especial, e bibliotecas;
- f. apoio à reestruturação da rede física pública da educação básica, transferindo R\$ 500 milhões às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal, para assegurar disponibilidade de rede física escolar em condições adequadas de funcionamento; e
- g. concessão de bolsa de incentivo à formação de professores para a educação básica, que pretende beneficiar 48 mil bolsistas, entre professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais.

Visando ampliar o financiamento para toda a educação básica, foi instituído em 2007 o Fundeb, com vigência até 2020, com o qual serão atendidos 47 milhões de estudantes em creches, educação infantil e especial, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos. Em 2009, a complementação financeira da União será de R\$ 5,1 bilhões.

Educação Profissional

Está em curso um vigoroso plano de expansão da rede federal profissional que deverá deixar em pleno funcionamento, até 2010, 354 unidades de ensino e oferecer em torno de 500 mil vagas, distribuídas pelos 26 Estados e o Distrito Federal, priorizando os Municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos.

Merece destaque a reorganização do modelo atual de instituições federais de educação profissional para melhor integrar este sistema de ensino. O PDE prevê a criação dos IFETs, os quais serão instituições multicampi especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, desde EJA profissionalizante até doutorado profissional. Essas novas instituições deverão destinar metade do seu orçamento à oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, inclusive na modalidade integrada a EJA, destinando a outra metade para cursos de formação tecnológica de nível superior, em que 20% dos investimentos serão alocados a cursos de licenciatura em Física, Química, Matemática e Biologia. A meta é ter 190 mil vagas abertas e reorganizar a rede federal de ensino, com a estimativa de investimentos de 2008 a 2011 de R\$ 1,1 bilhão.

O Programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007, possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrados à educação profissional, que é um dos focos do PDE. O foco é juntar o conhecimento do ensino médio com o estágio, além de expandir o número de matrículas no ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho nos períodos de estágio. A expectativa do programa é receber, até 2011, R\$ 900 milhões a serem investidos na educação profissional. Em 2009, o Orçamento prevê recursos na ordem de R\$ 2,5 bilhões para a área, a maior parte destinada a gastos com o funcionamento das instituições que se dedicam à educação profissional (R\$ 1,4 bilhão), e para projetos que visem à expansão da rede federal (R\$ 525 milhões).

Educação Superior

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o Governo a expandir a rede federal de educação superior e a implementar o REUNI.

A expectativa do Governo Federal para a educação superior é dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais, em um prazo de dez anos. As universidades que apresentarem projetos de reestruturação voltados à expansão da oferta de vagas poderão receber recursos adicionais, num período de cinco anos, até o limite de 20% sobre o orçamento do primeiro ano de execução do projeto apresentado pela instituição, para despesas de custeio e de pessoal. Os projetos deverão contemplar ações voltadas principalmente à ampliação e/ou criação de cursos noturnos, ao aumento do número médio de estudantes por docente, à flexibilização de currículos, à redução da ociosidade de vagas e da evasão escolar.

O REUNI, iniciado em 2007, como parte do PDE, associou todos os investimentos até então realizados em uma proposta integrada de ampliação das oportunidades de educação superior pública. O Programa incentivou a revisão da arquitetura acadêmica das universidades, especialmente, por meio de uma reestruturação curricular que propicie maior mobilidade estudantil e desobrigue o estudante da escolha precoce de uma profissão, assegurando uma formação menos especializada e mais ajustada às aspirações dos indivíduos e às necessidades da sociedade contemporânea.

A participação de todas as universidades federais no REUNI projeta uma expansão formidável do sistema público federal de educação superior: aumento do número

de vagas anuais oferecidas nos processos seletivos de ingresso das universidades dos atuais 125 mil para cerca de 220 mil, projetando-se a matrícula total ao final do projeto em mais de um milhão de estudantes. O efeito dessa expansão será ainda mais relevante na oferta de cursos noturnos e no atendimento das necessidades do País de formação de professores para a educação básica, duas dimensões privilegiadas nas propostas apresentadas pelas universidades.

Ao final do Programa, o Governo Federal terá investido R\$ 2,4 bilhões na construção e compra de equipamentos para salas de aula, laboratórios, bibliotecas e ampliação da infra-estrutura dos campi universitários. Para tanto, o orçamento de custeio das universidades federais será elevado, nos próximos cinco anos, em cerca de R\$ 2 bilhões, um aumento total de 20% comparativamente aos valores atuais. Para 2009, o REUNI contará com um investimento de R\$ 562 milhões e custeio de R\$ 558 milhões, totalizando R\$ 1.120 milhões.

O Prouni integra as políticas de expansão da educação superior, com foco na ampliação do acesso com qualidade. Referenciado no PNE, que tem como uma de suas metas a presença até 2010 de 30% dos jovens entre dezoito e 24 anos na educação superior, o Prouni contabilizou, desde sua criação, a oferta de mais de 100 mil bolsas anuais.

O Prouni possui, ainda, ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e o FIES. Como parte das ações do PDE, no âmbito das políticas de inclusão e permanência de jovens carentes na educação superior, foi sancionada a Lei no 11.552, de 19 de novembro de 2007, que estabelece medidas de aprimoramento deste crédito estudantil, concedendo maior flexibilização na contratação aos estudantes com bolsas parciais do Prouni que encontram dificuldades em arcar com os custos da parcela não coberta pelo benefício. Para 2009, há uma previsão de 83 mil bolsas a serem ofertadas, com um orçamento de R\$ 184 milhões.

Merece destaque, ainda, o UAB, que atende prioritariamente a formação superior em licenciatura de professores em atividade nos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios, visando ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Até 2011, a projeção é de que haja entre 800 e 900 pólos funcionando e 600 mil alunos atendidos em formação inicial e continuada. Para 2009, além dos recursos alocados nas Instituições Federais de Ensino Superior, para essa finalidade, serão disponibilizados mais R\$ 12 milhões.

CULTURA

O Governo Federal continuará, em 2009, priorizando a implementação de políticas públicas voltadas para o cidadão, sem perder de vista as necessidades de algumas áreas do setor cultural que ainda necessitam de acompanhamento e do apoio do Estado para sua sustentação. O grande desafio nesta área será manter uma estratégia de investimentos direcionada para resultados sociais em grande escala, sem deixar de lado o fomento tradicional às inúmeras expressões da nossa diversidade cultural.

Essa estratégia vem sendo consolidada desde 2003, quando o Governo Federal modelou sua atuação segundo um novo conceito de Cultura, que passou a ser compreendida como agente indispensável à formação da cidadania, da dignidade humana e da identidade nacional e como catalisadora de políticas sociais e econômicas, particularmente, no que concerne à geração de emprego e renda e ao fortalecimento das cadeias produtivas da indústria cultural.

Importante desafio nesta área, para 2009, será a implantação definitiva do Plano Nacional de Cultura, o qual reúne diretrizes eleitas pela sociedade para a gestão cultural do Brasil nos próximos dez anos. Ainda nesse sentido, o Sistema Nacional de Cultura será a ferramenta decisiva para a consolidação do pacto federativo, a ser utilizado pelo Governo Federal na implementação de ações conjuntas com Estados e Municípios.

Dessa forma, em 2009, as ações deverão estar voltadas, com maior especificidade, à instalação e à modernização de bibliotecas públicas, ao fortalecimento dos Pontos de Cultura, à qualificação de espaços urbanos e à constituição de novos equipamentos, como brinquedotecas, pontos de leitura e de difusão cultural, entre outros. Essas ações fazem parte do Programa Mais Cultura, que está sendo operacionalizado por meio de parcerias entre diversos órgãos, inclusive bancos oficiais, visando dar continuidade às políticas setoriais de inclusão social por intermédio da arte e do conhecimento.

No que se refere especificamente aos programas, merecem destaque os Pontos de Cultura, eixo central do Programa Cultura, Educação e Cidadania, os quais são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais. Para 2009, serão alocados R\$ 130,2 milhões, dos quais R\$ 108,3 milhões estarão reservados aos Pontos de Cultura, com o objetivo de ampliar para 2.150 o número de espaços culturais apoiados.

dos Fundos Setoriais, direcionados para o financiamento da indústria cinematográfica, o que permitirá alavancar o cinema brasileiro tanto no setor interno quanto no externo, contribuindo para a afirmação do produto nacional diante da hegemonia estrangeira no mercado. Ainda nesse segmento, deve-se ressaltar o estímulo à produção independente, aos documentários, à distribuição de conteúdos e às ações de inclusão audiovisual por meio de produções comunitárias.

Destaca-se, ainda, o Programa Livro Aberto, cujas principais iniciativas são as de zerar os Municípios sem biblioteca e de modernização das já existentes, que contará, em 2009, recursos da ordem de R\$ 67,1 milhões, os quais possibilitarão a instalação e/ou modernização de cerca de 770 bibliotecas públicas.

Convém acrescentar que o Governo Federal manterá sua conduta firme na preservação da memória e do patrimônio nacional, fortalecendo as ações já existentes de recuperação e manutenção dos sítios históricos e arqueológicos, dos museus, das estruturas físicas tombadas pela União e, ainda, das iniciativas de proteção do patrimônio imaterial e das expressões tradicionais.

Os demais segmentos, tais como música, teatro, dança, circo e artes plásticas, continuarão sendo objeto da atenção do Governo Federal, que manterá sua política de apoio a projetos selecionados por intermédio de editais públicos. Tal estratégia permitirá que o protagonismo cultural de muitas regiões brasileiras seja contemplado pela estrutura pública de fomento. Entende-se como indispensável melhorar a distribuição regional das aplicações de recursos desta área, visando compensar as disparidades observadas em anos recentes e alcançar certo equilíbrio nos investimentos per capita entre todos os Estados da Federação.

Portanto, a política cultural do Governo Federal continuará mantendo, no exercício de 2009, sua estratégia de atuação sedimentada nos últimos seis anos, resultado do amplo debate com a comunidade artística e com segmentos representativos da sociedade brasileira. Acrescente-se que o ano de 2009 será crucial para a ampliação do alcance de ações estruturantes já implementadas em anos anteriores, com especial enfoque na regionalização do gasto e na superação das desigualdades regionais.

ESPORTE

Importantes avanços nas políticas e programas implementados pelo Governo Federal têm sido percebidos nos últimos anos, de forma a responder a demandas crescentes do esporte nacional, podendo ser citados a Lei de Incentivo ao Esporte e a TIMEMANIA, além da realização do XV Jogos Pan-Americanos e dos III Jogos Parapan-americanos em 2007, na cidade do Rio de Janeiro, que não só promoveu o Brasil no exterior, mostrando grande avanço no desempenho de nossos atletas e para-atletas, como também serviu de importante experiência para demonstrar nossa capacidade de realizar eventos de grande porte no âmbito esportivo. Nesse sentido, o legado do Pan, torna possível sediar a Copa do Mundo de 2014 e pleitear a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Os programas na área do esporte avançam e têm alcançado metas importantes no cenário nacional e internacional. Acredita-se que o Esporte de Alto Rendimento, o Educacional e o de Participação são faces da mesma moeda e se configuram como direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos. Os atletas de alto rendimento, as crianças, jovens, adultos e a terceira idade que participam de programas de inclusão social são expressões fundamentais para desenvolver o esporte no País. Busca-se investir cada vez mais no binômio Esporte e Escola e em programas sociais esportivos nas comunidades. Assim, a meta é apoiar tanto a formação e o desenvolvimento de atletas quanto o esporte como forma de inclusão social, com mais investimentos e melhor infra-estrutura.

O grande desafio estratégico tem sido o fomento ao estabelecimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer efetivas, desenvolvidas de forma inclusiva, abrangente e continuada. Neste sentido, a democratização do acesso à prática do esporte e a promoção da inclusão de segmentos populacionais em estado de vulnerabilidade e risco social, tornaram-se o foco de alguns dos programas desenvolvidos.

O programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento, que objetiva diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, vem melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro, beneficiando jovens atletas e para-atletas. Como parte deste programa, a Bolsa-Atleta consolida-se como importante política para formação e manutenção de atletas de alto nível, com cerca de 4 mil atletas beneficiados desde sua criação em 2005. Esta ação permite o apoio a atletas que possuam bom desempenho – que estejam na 1a, 2a ou 3a colocação da principal competição da modalidade em que ele atua, mas que não tenham patrocínio. Para 2009, estão previstos, para esta finalidade, recursos no valor de R\$ 40,4 milhões, que beneficiarão cerca de 3.400 atletas.

O Programa Segundo Tempo tem como objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Sua abordagem do esporte supera a perspectiva mais comum do estímulo à formação de atletas para esportes competitivos, direcionando-se à formação integral dos beneficiados por meio de projetos relacionados a práticas esportivas oferecidas no período do contraturno escolar. Para 2009, deverá ser aplicado neste Programa o montante de R\$ 229,8 milhões, que permitirá o atendimento de 917 mil beneficiados.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, que contará, em 2009, com R\$ 14,1 milhões, visa, em síntese, o desenvolvimento de ações que favoreçam a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Vale ressaltar, ainda, que o Rio de Janeiro tem grandes chances de ser uma das sedes da Copa do Mundo, e que a escolha do Brasil foi muito importante para a candidatura aos Jogos Olímpicos. Uma Olimpíada é muito mais do que um evento esportivo. Trata-se de uma forma de modernizar a cidade, fazer a infra-estrutura, gerar emprego e aquecer a economia. Dessa forma, o Governo Federal está empenhado na candidatura olímpica.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, JUSTIÇA E POLÍTICA INDIGENISTA

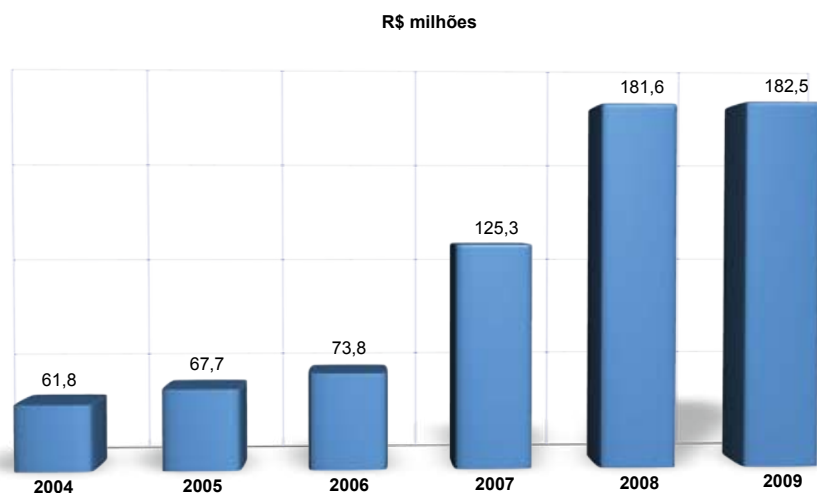
Direitos Humanos

O Governo Federal, na defesa, garantia e promoção dos direitos humanos, atua em duas vertentes:

- a. interministerial e junto aos demais níveis da Federação, para assegurar que as políticas públicas incorporem a perspectiva dos direitos humanos e cidadania, tanto no seu desenho quanto na sua implementação, a exemplo do fortalecimento de mecanismos de consulta democrática e participação social na elaboração e monitoramento de planos e políticas setoriais; e
- b. implementação direta de programas e ações mais focados, voltados à garantia dos direitos humanos de grupos especialmente vulneráveis, suscetíveis a serem vítimas de violação dos seus direitos fundamentais, como os povos indígenas, os negros, as mulheres, as crianças e adolescentes, os idosos e as testemunhas ameaçadas de morte.

A SEDH contará com um orçamento no montante de R\$ 182,5 milhões em 2009 para a implementação das ações decorrentes da Política de Direitos Humanos, evidenciando contínuo aumento de recursos para a área, conforme demonstra o Gráfico 7.

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DE GASTOS COM DIREITOS HUMANOS



Criança e Adolescente

A política nacional em defesa dos direitos das crianças e adolescentes orienta-se pela construção de ações articuladas entre as diversas políticas setoriais e atores sociais, nos níveis nacional, estadual e municipal, de modo a constituir uma rede sólida de proteção social a esse público.

Seguindo essa concepção, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei prevê recursos federais para a construção de unidades de atendimento socioeducativo em meio fechado, com padrões que se afastam do modelo prisional predominante ainda hoje. A nova política prioriza unidades menores, com interação mais próxima às famílias e às comunidades dos adolescentes; ações integradas de preparação para o mercado de trabalho; e educação, esporte, cultura e saúde física e mental. Além disso, prioriza a ampliação dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto, de gestão municipal, nas capitais dos Estados, buscando reverter a tendência à internação por infrações menos graves. A municipalização do atendimento em meio aberto passa também pelos CREAS, como política de proteção social especial de média complexidade.

Por sua vez, o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes tem como principal linha de atuação a implantação do PAIR em áreas de elevada incidência dessa prática. Caracteriza-se por focalizar a identificação, mobilização e capacitação dos atores sociais relevantes, órgãos governamentais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, organizações não-governamentais e mídia, para tratar do problema de forma integrada, no que se refere à sensibilização da sociedade, prevenção, responsabilização dos autores da violência e encaminhamento adequado das vítimas de violência sexual para os serviços de proteção social pertinentes. Para o desenvolvimento do Programa, em 2009, foram previstos R\$ 8,3 milhões.

Já o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por objetivo consolidar-se no território nacional, atuando na capacitação de conselheiros tutelares dos direitos da criança e do adolescente e no apoio a práticas bem-sucedidas de reordenamento de abrigos, adoção e famílias acolhedoras, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, bem como na realização de estudos e pesquisas sobre infância e adolescência.

Reparação de Violações e Defesa de Direitos

A proposição de recursos para o Programa de Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos é da ordem de R\$ 233,8 milhões, e reúne ações de grande relevância para a estruturação de serviços de atendimento a denúncias de violações de direitos humanos, e para a garantia do direito à memória e à verdade, particularmente, no caso de situações que levaram à morte ou ao desaparecimento de pessoas por conta de sua participação política no período militar.

Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

A questão do idoso consolida-se na agenda de direitos humanos com as demandas apresentadas pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e pelas Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais, ocorridas em 2006. Com o deslocamento da competência da coordenação da Política Nacional do Idoso para a SEDH, a temática ganha novo impulso com a implantação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e o desenvolvimento de ações de enfrentamento da violência e maus-tratos contra idosos, de forma a propiciar a sua inclusão e participação efetiva na sociedade.

Nesse sentido, estão previstos recursos orçamentários no valor de R\$ 1,5 milhão, para 2009, no âmbito da programação da SEDH.

Defesa dos Portadores de Deficiência

A estratégia direcionada a pessoas com deficiência integra a atuação de sete Ministérios, coordenados pela SEDH, tendo como objetivo central a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência com equiparação de oportunidades, a partir do desenvolvimento de iniciativas que garantam o acesso dessa população a necessidades básicas, voltadas à sociabilização e à ocupação de vagas no mercado de trabalho; à implantação de infra-estrutura adequada; à escola, à habitação e ao transporte acessíveis; e à concessão de órteses e próteses. Além disso, serão desenvolvidas campanhas educativas que somarão relevante impacto às iniciativas elencadas e ao combate ao preconceito.

Os recursos previstos no orçamento da SEDH para o próximo exercício, destinadas à garantia de direitos dos portadores de deficiência, atingem o montante de R\$ 3,8 milhões.

Promoção da Igualdade Racial

O conjunto das ações do Governo Federal no campo da promoção da igualdade racial busca reduzir as desigualdades raciais, promover uma cultura não

discriminatória e assegurar à população o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida, por meio de políticas setoriais formuladas e executadas de forma coordenada, independente de raça ou cor.

O objetivo é capacitar afrodescendentes para atuar na administração pública federal, estadual, municipal e sociedade civil, dando-lhes condições para influir no desenvolvimento, na implementação e no acompanhamento de políticas e ações de promoção da igualdade racial. Prevê-se intensificar, também, as ações nas comunidades quilombolas para assegurar a propriedade de suas terras, seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes e a preservação de seu patrimônio cultural.

Para tanto, o orçamento de 2009 reservará R\$ 19,7 milhões às ações a cargo da SEPPIR.

Promoção da Igualdade de Gênero

No âmbito das políticas do Governo Federal voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, destaca-se a implementação do II PNPM, composto de 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em onze grandes áreas de atuação.

A prioridade é direcionada às ações voltadas ao mercado de trabalho, à saúde, à educação e à participação política, executadas por diferentes órgãos do Governo Federal e com a participação da sociedade civil organizada e dos Estados e Municípios.

Busca-se apoiar iniciativas relacionadas à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, dentro do objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, por meio de políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas prioritariamente para as mulheres rurais, negras e indígenas, agregando todas as linhas de intervenção desenvolvidas pela SPM no que se refere ao enfrentamento da violência, orientado por um planejamento que prioriza territórios a serem atendidos pelas políticas e define, como eixo central de sua intervenção, a construção de redes de atendimento em cada Estado atendido. Até 2009, a SPM implementará o Pacto em 22 Estados.

Dentro desse marco geral, merecem destaque as seguintes iniciativas para 2009:

- a. construção do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra a Mulher;

- b. ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, e do atendimento às mulheres em situação de violência;
- c. implementação da Lei Maria da Penha, com foco na atuação junto ao Poder Judiciário e em mecanismos de monitoramento da implementação e aplicação da Lei;
- d. capacitação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual; e
- e. estímulo à elaboração e à divulgação de novos conhecimentos voltados às relações de gênero, mulheres e feminismos, com foco no enfrentamento da violência contra as mulheres, além de incorporação da perspectiva de gênero nas análises de diversas áreas disciplinares.

As questões de gênero contarão com recursos orçamentários no montante de R\$ 44,5 milhões em 2009.

Justiça

No âmbito do Poder Judiciário, destacam-se as iniciativas de atualização das normas jurídicas processuais; a racionalização dos órgãos de Justiça; a promoção do acesso da população aos serviços do Judiciário, os quais convergem para a viabilização de mecanismos de prevenção criminal efetiva; e a valorização dos direitos de cidadania para um acesso amplo, democrático e efetivo da população brasileira aos serviços jurisdicionais.

Tais iniciativas proporcionam ao Poder Judiciário, entre outros os seguintes resultados:

- a. um processo penal mais célere, com o cuidado de preservar o conjunto de direitos dos acusados;
- b. a racionalização jurisdicional/administrativa dos vários órgãos do sistema de Justiça brasileiro, mediante inovações processuais como os institutos da súmula vinculante e do critério de repercussão geral, que possibilitaram uma redução no volume de demandas no STF; e
- c. a implementação do processo eletrônico, que permite acelerar o ritmo de julgamentos em tribunais e varas judiciais, bem como diminuir os seus custos financeiros; experiências de julgamentos múltiplos (ou “em bloco”) de demandas numerosas, mas com conteúdo idêntico ou muito similar, e de sistematização de bases padronizadas de jurisprudências; e

- d. os acordos de cooperação entre o CNJ, a AGU e o MPS, para abreviar o trâmite de ações judiciais em que há entendimento pacificado dos tribunais em favor dos beneficiários da previdência.

Acrescenta-se, ainda, a implantação de uma política nacional de democratização do acesso à Justiça, com proposta de realizar uma reforma efetiva do sistema de justiça. Para promoção do acesso da população brasileira aos órgãos do sistema federal de Justiça, serão feitos investimentos na interiorização das varas judiciais, dinâmica que se faz acompanhar pela dos ofícios do MPU; na multiplicação dos juizados itinerantes pelo interior do País, com a estruturação de novos juizados especializados; na especialização de varas da Justiça Federal Comum; e no fortalecimento da atuação da DPU, para o atendimento crescente por serviços de assistência jurídica gratuita, além da implantação do Projeto DPU Itinerante, e de instalações de novas unidades nas cidades de São Luís, no Estado do Maranhão, Porto Velho, no Estado de Rondônia, Macapá no Estado Amapá, Cáceres, no Estado do Mato Grosso do Sul e Umuarama no Estado do Paraná.

No que concerne ao MPU, a meta para 2009 é continuar a instalação das procuradorias em Municípios, fiscalizar e controlar a aplicação das leis.

Assim, com o compromisso de promover o acesso à Justiça e garantir a todo cidadão a possibilidade de acioná-la para reivindicar direitos e resolver os conflitos em que se encontre envolvido, estão previstos na proposta orçamentária de 2009 cerca de R\$ 4.525,0 milhões, para atender a iniciativas, no âmbito do Poder Judiciário e do MPU.

Política Indigenista

Os objetivos centrais da política indigenista federal são garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas. Nesse sentido, o Estado tem focalizado suas ações na proteção, regularização, conservação e recuperação da biodiversidade em terras indígenas, na estruturação de unidades de saúde, no incentivo e valorização dos processos educativos específicos, na segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, na integração das diferentes etnias, entre outras. Para tanto, serão realizados em 2009 a proteção social de 203.000 índios, o atendimento de 336.730 índios para promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em terras indígenas e a elaboração de 572 projetos na área de gestão ambiental e territorial.

Uma das principais ações governamentais refere-se à questão fundiária que envolve a demarcação da terra indígena e complexos processos de regularização

fundiária, onde se concentram esforços institucionais para o pagamento de benfeitorias e de retirada dos não-índios, cuja meta para 2009 é a conclusão de 21 etapas de regularização.

As sociedades indígenas encontram-se em diferentes graus e situações de contato e o seu patrimônio territorial sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Destaca-se a realização de grandes operações de fiscalização, em estreita cooperação com a Polícia Federal e o IBAMA no interior ou no entorno das terras indígenas, de forma a garantir a ocupação indígena, além de coibir a exploração clandestina de madeira, garimpo, grilagem de terra, caça e pesca ilegais, plantação de drogas e turismo pseudo-ecológico.

Outro movimento importante é o fortalecimento do envolvimento de representantes de grupos indígenas, por meio de suas associações, na discussão e execução de projetos de seu interesse, as quais se associaram à consolidação da participação indígena na CNPI, que vem discutindo o projeto de desenho e criação do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas.

Para assegurar a efetividade das políticas indigenistas, no âmbito federal, em 2009, serão destinados recursos orçamentários no valor de R\$ 168,9 milhões.

INCLUSÃO DE JOVENS

Buscando ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, o Governo Federal unificou seis iniciativas voltadas para a juventude já existentes no novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

Além de assegurar um significativo aumento no número de jovens participantes, a unificação dos programas possibilitará a ampliação da faixa etária, antes estipulada para jovens de até 24 anos, passando a abranger jovens de quinze a 29 anos. O novo ProJovem vai permitir uma maior integração na gestão, para evitar sobreposição e concorrência dos programas voltados para a juventude. Houve, também, a unificação do valor do auxílio financeiro em R\$ 100,00, que será estendido aos jovens do campo. O currículo e a carga horária também foram revistos.

O novo programa está subdividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. Ao ampliar e integrar os programas, o Governo Federal constrói uma trajetória de continuidade que permite ao jovem excluído do processo educacional ter acesso a programas de alfabetização como o Brasil Alfabetizado Jovem, participar do ProJovem para a conclusão do ensino fundamental e aperfeiçoamento de habilidades profissionais básicas, até chegar às escolas técnicas, ao ensino superior ou, em condições mais competitivas, ao mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, com a perspectiva de fortalecer a relação dos jovens com suas famílias, o Governo Federal estabelecerá as estratégias de combate à pobreza e à desigualdade em curso no País, ampliando os limites de idade para concessão de benefício do PBF, passando a incluir os jovens de dezesseis e dezessete anos que estejam freqüentando a escola. Para cada jovem nessa condição, a família receberá um benefício extra de R\$ 30,00 até o limite de dois benefícios por família, ou R\$ 60,00.

A perspectiva para 2009 é atender cerca de 1.511.371 jovens em todo o País e, para o alcance dessa meta, estão sendo alocados recursos orçamentários no valor de R\$ 1.713,9 milhões.



IV – Política Externa e Soberania

- Relações Exteriores
 - Defesa
- 

RELAÇÕES EXTERIORES

O aumento do prestígio internacional do País, decorrente do maior dinamismo da política externa brasileira e de seu caráter propositivo nas relações internacionais, pode ser atestado, por exemplo, pelo convite para participar das discussões no âmbito do G-8; pelos esforços de conciliação política no entorno sul-americano; pelo comando do componente militar da missão de paz da ONU no Haiti; e pelo aumento do número de visitas de Chefes de Estado e Ministros das Relações Exteriores estrangeiros ao Brasil.

Em 2009, serão realizados diversos eventos sob coordenação do MRE, entre os quais estão a IV Cúpula Presidencial do Fórum IBAS, precedida de reuniões ministeriais e grupos de trabalho do mesmo Fórum; Reunião de Ministros da Cultura da Cúpula ASPA (América do Sul - Países Árabes); reuniões, na qualidade de Coordenador-Regional da Cúpula ASA (África-América do Sul); Fórum da Mulher, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Assentamentos Humanos; a Plenária anual do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; encontros preparatórios para a Reunião Ministerial da Aliança das Civilizações; comemorações referentes ao Ano da França no Brasil; e visitas de autoridades estrangeiras.

Mediante esforço de cooperação com outros órgãos do Governo Federal e das unidades da Federação, é fácil perceber que o maior dinamismo da atividade diplomática refletiu-se em expansão vertiginosa do comércio exterior do Brasil. Além da intensificação do trabalho de promoção comercial levado a cabo pelas repartições no exterior, pela organização de missões empresariais ao exterior e pela presença em feiras internacionais, a participação ativa em foros multilaterais de países em desenvolvimento tem contribuído para os exponenciais aumentos do volume de comércio inter-regional.

Desafios como o combate à fome e à pobreza, a mudança do clima, a segurança energética, o desarmamento e a democratização das instâncias internacionais têm exigido uma postura ativa da diplomacia brasileira. O uso de fontes renováveis e limpas, como os biocombustíveis, é parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, cujos benefícios busca-se compartilhar com outros países.

A diplomacia brasileira também tem atuado como principal articulador do G-20, pela criação de um sistema multilateral de comércio mais justo para os países em desenvolvimento. O Brasil tem conquistado importantes vitórias nos contenciosos da OMC contra as práticas desleais de comércio internacional (banana, algodão, açúcar, pneus). A atuação brasileira visa a defesa dos interesses comerciais brasileiros e a conformação de um regime internacional de comércio mais equitativo.

Some-se aos objetivos políticos, econômicos e comerciais da política externa, a necessidade de atender à demanda crescente por serviços das comunidades de brasileiros emigrados, que já somam aproximadamente quatro milhões de pessoas em todo o mundo, o que vem exigindo a melhoria e a modernização da prestação do serviço consular aos brasileiros radicados no exterior e à sua proteção quando em situação de perigo. As comunidades brasileiras remetem ao Brasil, por ano, cerca de US\$ 5,0 bilhões, que equivalem à terceira maior fonte de divisas estrangeiras para o País, somente atrás das receitas com exportações e dos investimentos estrangeiros diretos.

Além do atendimento às necessidades de empresas e de cidadãos brasileiros no exterior, o MRE também é responsável pela realização de operações emergenciais de assistência humanitária, como as empregadas para auxílio dos governos e populações da Bolívia, China, Equador, Haiti, Moçambique, Paraguai, Peru e Timor-Leste.

Para desempenhar o papel de representação do Estado de forma efetiva, que compreende, também, as demandas de toda a Administração Pública no exterior, estão sendo previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.078,4.

DEFESA

O MD, em 2009, continuará apoiando as ações para o desenvolvimento econômico e social do País e implementará diversos programas e iniciativas próprios e em convênios com outros órgãos, como o Programa Calha Norte, o Projeto Soldado-Cidadão, o Novo Projeto Rondon e o Reaparelhamento das Forças Armadas, entre outros.

Em consonância com a prioridade dada à Amazônia, o MD, por intermédio da atuação das três Forças, prosseguirá com a transferência da Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, representando o aumento do efetivo militar na Amazônia de aproximadamente 2.400 homens e a construção de instalações militares dotadas de material bélico adequado, proporcionando melhores condições para a vigilância e defesa da região amazônica brasileira, principalmente, na região noroeste, ampliando a sua capacidade dissuasória ante possíveis ameaças à soberania nacional. Iniciará, também, a implantação de outras duas Bases Aéreas, nas cidades de Vilhena, no Estado de Rondônia, e de Eirunepé, no Estado do Amazonas, as quais terão grande importância estratégica para o País, por ampliar a presença militar na região.

Ainda dentro dessa diretriz, destaca-se o Programa Calha Norte, que manterá como objetivos para 2009 a conservação de rodovias e de aeródromos da região de sua abrangência, apoiados pelos Batalhões de Engenharia de Construção do Exército, a construção de 28 e manutenção de 24 Pelotões Especiais de Fronteira e de pequenas centrais elétricas existentes em seis deles, além da construção de 59 embarcações que garantem a prestação dos serviços públicos naquela região do País, sobretudo pela atuação das Forças Armadas.

O Plano Geral de Incorporação relativo ao ano de 2009 prevê que a prestação do Serviço Militar Inicial poderá alcançar aproximadamente 100.000 jovens na faixa etária de dezenove anos. Além de permitir a formação dos efetivos de reservistas necessários às Forças Armadas, o Serviço Militar pretende envolver mais de 20.400 jovens brasileiros no Projeto Soldado-Cidadão, propiciando-lhes o aprendizado profissional e a incorporação de importantes valores cívicos e morais, necessários à sua inclusão no mercado de trabalho. A iniciativa prevê recursos orçamentários no valor de R\$ 12,0 milhões.

O Projeto Rondon, iniciativa de grande impacto social, trabalhando em parceria com o MEC e com o apoio de órgãos e entidades públicas e privadas desenvolverá projetos transformadores por intermédio das ações realizadas por 2.000 estudantes universitários brasileiros, proporcionando a troca de conhecimento e experiência entre os universitários e as comunidades locais

dos Municípios assistidos. A sua implementação em 2009 prevê a realização de quatro operações, com duração de quinze dias cada uma delas, abrangendo 250 comunidades carentes brasileiras e contará com recursos orçamentários de R\$ 4,0 milhões.

Serão priorizados, ainda, os programas de reaparelhamento e modernização das Forças Armadas, para a recuperação e adequação dos poderes terrestre, naval e aeroespacial e das suas forças estratégicas. Nesse sentido, serão realizados investimentos da ordem de R\$ 2.354,8 milhões, conforme cronograma acordado pelo Grupo de Trabalho Interministerial para o Reaparelhamento das Forças Armadas.

De forma semelhante, o MD, com recursos no montante de R\$ 3.212,6 milhões, dará especial ênfase à realização de exercícios de adestramento combinados em 2009, para elevar a integração e a eficiência operacional dos meios militares brasileiros, aprimorando a ação combinada e conjunta da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, utilizando, para tanto, operações de grande envergadura, para aumentar a efetividade das ações de defesa nacional. Essas operações, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, empregarão navios de guerra, carros de combate e aeronaves, no sentido de manter o elevado padrão de preparo e emprego das Forças Armadas e incluirão iniciativas de caráter cívico-sociais (ACISO), levando às populações locais atendimento médico e odontológico, manutenção de infra-estrutura urbana local, tais como conservação de escolas e outros equipamentos públicos, e outras atividades assistenciais. A importância dessas ações é levar às populações de regiões remotas do País a sua relevância, como brasileiros, na manutenção da integridade territorial do Brasil.

Também será dado foco especial aos exercícios militares que tenham por objetivo controlar o tráfego aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, nas regiões de fronteira, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas, o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

As perspectivas das Forças Armadas para o próximo exercício envolvem a elaboração de tecnologias de uso terrestre, naval e aeroespacial, mediante o desenvolvimento de projetos e programas de interesse militar e dual na área de ciência e tecnologia, os quais, por suas características, estimulam o envolvimento da comunidade científica brasileira e produzem resultados que beneficiam variados setores de nossa sociedade.

O PNM constitui-se em um programa de interesse nacional, com desdobramentos que incluem aplicações civis voltadas para a geração

de energia, e que traz benefícios significativos para o desenvolvimento tecnológico do País, além de gerar empregos na indústria, universidades e institutos de pesquisa. A partir de 2008, foram retomadas as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator, o qual será utilizado em um futuro submarino de propulsão nuclear. Tais atividades representam um importante acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do próprio País, além de possibilitar a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessa tecnologia estratégica, utilizada em diversos setores, cujo conhecimento não é compartilhado pelos países que o detêm. Para 2009, estão sendo destinados ao PNM cerca de R\$ 130,0 milhões.

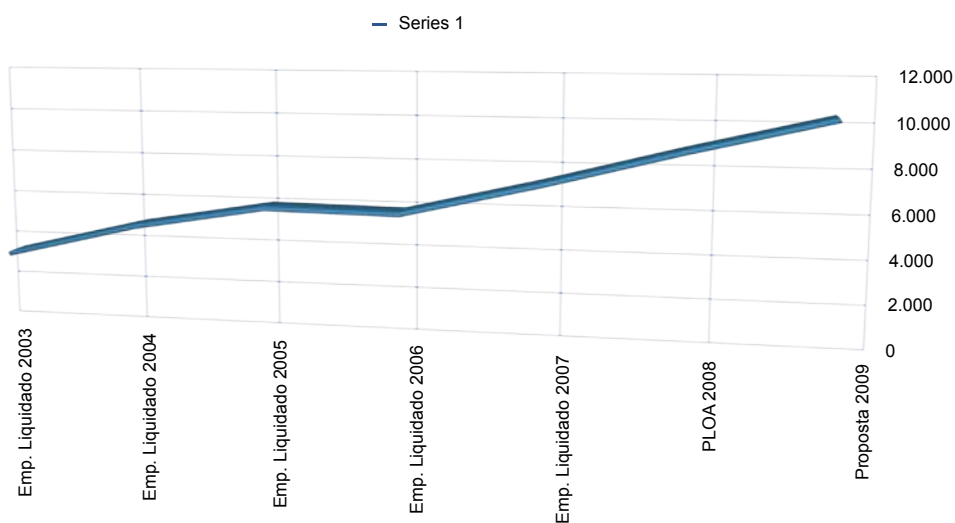
O SISCEAB, sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, fundamental para superação das dificuldades do setor de aviação civil, prosseguirá no seu processo de modernização e revitalização, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, para maior segurança aos usuários dos serviços de transporte aéreo e aumento da capacidade de monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Trata-se de um sistema que opera ininterruptamente, para garantir a fluidez, a segurança e a regularidade do tráfego no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, com o mínimo transtorno para os usuários, e para o qual serão destinados R\$ 923,4 milhões.

Em 2009, o Governo Federal continuará prestando amplo apoio à IMBEL no seu processo de reestruturação e modernização, destinando-lhe recursos para investimentos prioritários na modernização de sua infra-estrutura operacional e administrativa da ordem de R\$ 180,2 milhões. A IMBEL, empresa pública de natureza estratégica e que integra a Base Industrial Mínima de Defesa, encontra-se em franco processo de recuperação de sua capacidade de produção e desenvolvimento de materiais de defesa destinados prioritariamente às Forças Armadas e Forças Auxiliares.

O destaque dado à importância do Brasil no cenário mundial e, em consequência, à intensificação da nossa participação na intermediação de conflitos internacionais, exigirá a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz. A participação em diversas dessas operações vem evidenciando, ao longo da história, o valor do soldado brasileiro, bem como elevando a imagem do País como potência pacífica de expressão regional e mundial. Com especial destaque, participando do esforço da ONU de consolidar a paz no Haiti, o Brasil manterá o efetivo de 1.200 soldados, com incremento, em 2009, de cem engenheiros do Exército, que aumentarão nossa contribuição na reconstrução da infra-estrutura daquele país, melhorando as condições sociais e de desenvolvimento humano do povo haitiano. Para a cobertura da participação brasileira na MINUSTAH, estão previstas dotações orçamentárias no valor de R\$ 140,0 milhões.

Para garantir a atuação do MD, inclusive os gastos com o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras e exclusive aplicações em infra-estrutura aeroportuária, em 2009, estão sendo destinados recursos orçamentários da ordem de R\$ 10.347,6 milhões. A prioridade dada à área nos últimos anos é demonstrada no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA SÉRIE HISTÓRICA - DEFESA (OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL, EXCLUSIVE DOAÇÕES, CONVÊNIOS E PAC)





V – Segurança Pública



SEGURANÇA PÚBLICA

A atuação do Governo Federal na área da segurança pública tem se pautado no objetivo de agir sobre as causas da criminalidade e da violência em suas diferentes dimensões.

Nesse sentido, a criação do PRONASCI tem como alvo as regiões metropolitanas com maiores índices de criminalidade. Em linhas gerais, destina-se a articular ações de segurança pública e políticas sociais, com vistas à prevenção, ao controle e à repressão da criminalidade, tendo como foco de atuação os adolescentes e jovens na faixa etária de quinze a 24 anos; jovens egressos do sistema prisional ou moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentam altos índices de homicídios e de crimes violentos; e combate ao crime organizado.

O Programa vem sendo implementado por meio da cooperação entre o Governo Federal e os entes federativos, que aderem ao PRONASCI voluntariamente, com o compromisso de atender a determinadas condições, como a criação de GGI, a apresentação de plano diretor do sistema penitenciário e a criação de centros de referência de atendimento a vítimas de violência, entre outras.

O programa abrange um grande escopo de ações, que abarca aquelas voltadas à formação de profissionais, à construção e ao financiamento de moradia para policiais, à construção de centros de reabilitação de agressores, à capacitação de magistrados, aos defensores e promotores públicos, à instalação de núcleos de justiça comunitária, e à instituição de mecanismos de promoção do acesso a órgãos de defesa do consumidor. Além destes, quatro projetos foram criados e instituídos em Lei: Reservista-Cidadão; Protejo; Mulheres da Paz; e Bolsa-Formação, que beneficiará guardas municipais, e também agentes de segurança pública estaduais. Para 2009, o PRONASCI, conta com recursos da ordem de R\$ 1.406,0 milhões, dos quais R\$ 620,0 milhões para concessão da Bolsa-Formação, para a qualificação de 225.000 profissionais de baixa renda, entre policiais militares e civis e guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários e peritos.

O FNSP prossegue com a formação de policiais para compor a Força Nacional de Segurança Pública, criada em 2004 com o objetivo de atender às necessidades emergenciais dos Estados, em questões onde se fizerem necessárias a interferência maior do Poder Público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança.

Destaca-se, ainda, a consolidação do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional, por meio do qual o Governo formará um novo tipo de agente de segurança pública, comprometido com a segurança cidadã, por meio da capacitação de profissionais e a consolidação das redes de formação de profissionais de segurança pública, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e membros da comunidade.

A expansão e manutenção da Rede INFOSEG, que já possibilita a integração das informações de identificação civil no âmbito nacional, permitirá a conclusão do processo de integração com os Tribunais de Justiça Federais e Estaduais, a expansão do sistema integrado nacional de identificação de veículos em movimento, o desenvolvimento de sistema de identificação de pessoas desaparecidas por reconhecimento facial, e a integração das informações de boletins de ocorrências criminais e de trânsito.

A adesão dos órgãos estaduais de segurança pública ao SUSP permite a articulação e a troca de informações entre diferentes órgãos e corporações, e a maior integração entre as instituições responsáveis pela segurança pública. As principais realizações são: instituição dos GGI; reaparelhamento das instituições de segurança; e implantação de sistemas de informações.

No que se refere ao aprimoramento do sistema penal, destacam-se a contratação de 2.700 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais; e o apoio ao aparelhamento, ao reaparelhamento e à reforma de estabelecimentos penais, além da implantação da Escola Penitenciária. O Departamento Penitenciário Nacional lançou, ainda, a Matriz Curricular para Educação em Serviços Penitenciários, com o objetivo de valorizar os profissionais e fortalecer os princípios de humanização da pena e da reinserção social. As ações de fomento à aplicação de penas e medidas alternativas permitem serviços de acompanhamento da execução de penas, contribuindo, assim, para a ampliação e manutenção de um conjunto existente de dezoito Varas Especializadas e 249 Centrais de Apoio, Núcleos de Monitoramento e Serviços de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Brasil.

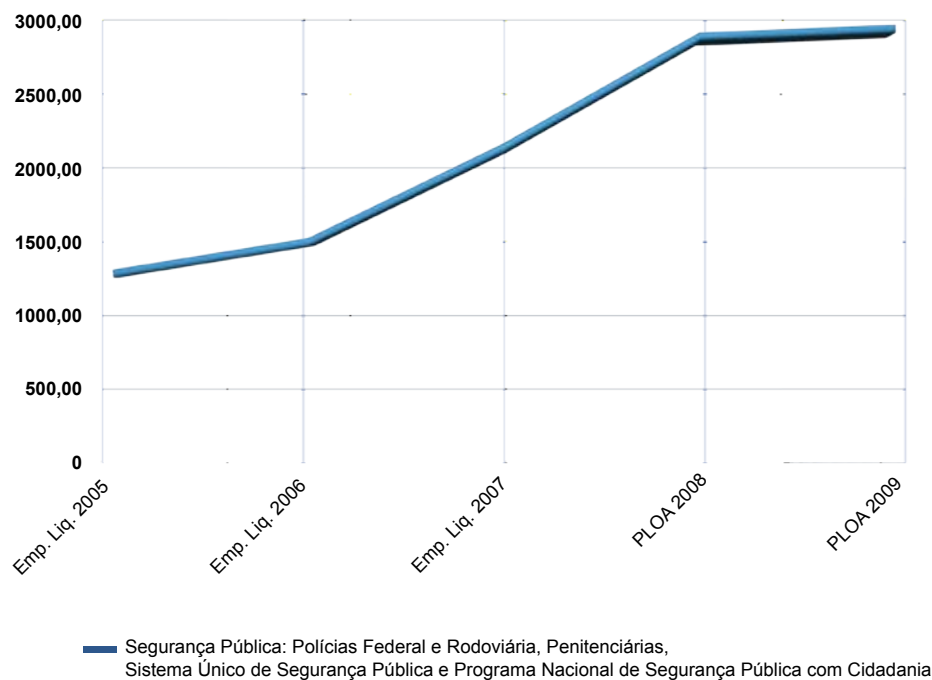
Com relação ao Sistema Penitenciário Federal, as penitenciárias federais destinadas a abrigar presos de alta periculosidade localizam-se em regiões diferentes do País. A de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e Catanduvás no Estado do Paraná encontram-se operacionalmente ativas e as de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte e de Porto Velho Rondonia entrarão em operação em 2009. A quinta penitenciária federal será construída no Distrito Federal, com previsão de início das obras em 2009. Cada um desses estabelecimentos tem capacidade para 208 presos, em regime de isolamento e sob modernos sistemas de segurança.

A atuação direta do Governo Federal no combate à criminalidade é feita por meio das operações desenvolvidas pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal, cuja atuação vem sendo fundamental para o combate à corrupção e ao crime organizado. Nos últimos anos, essas duas instituições foram fortalecidas com o aumento de seus efetivos, a aquisição de equipamentos, o reaparelhamento de suas unidades, a valorização e capacitação profissional, e os investimentos em infra-estrutura.

Em 2009, será intensificada a cooperação com outras instituições do Poder Executivo, com o TCU, o MPU e o Poder Judiciário, de forma a ampliar a atuação da Polícia Federal nas operações de combate ao crime. Dar-se-á também continuidade à campanha nacional de recadastramento de armas e desarmamento, como parte da Política de Controle de Armas do Governo Federal. Para o desempenho de suas atribuições, estão previstos recursos no montante de R\$ 220,1 milhões para a Polícia Federal e de R\$ 700,8 milhões para a Polícia Rodoviária Federal.

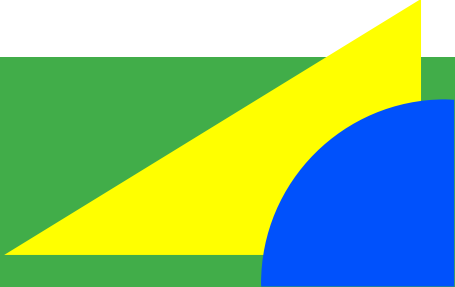
Para garantir as ações de segurança pública em 2009, no âmbito federal, estão assegurados recursos orçamentários da ordem de R\$ 2.824,9 milhões. A prioridade conferida pelo Governo Federal à área, nos últimos anos, é demonstrada no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA





VI – Política de Recursos Humanos

- Democratização das Relações de Trabalho
 - Profissionalização da Administração Pública
- 

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A política de gestão de recursos humanos em prática no Governo Federal desde 2003 tem como objetivo a democratização das relações de trabalho.

As ações desenvolvidas trazem consigo a marca do estabelecimento desse novo paradigma, que valoriza a participação dos servidores na definição de políticas e nos processos decisórios que dizem respeito à vida funcional; que reforça a transparência e a moral administrativa e que contribui para a construção de mecanismos de controle social da função administrativa do Estado.

Se por um lado a criação de um ambiente democrático, incluyente e participativo nas relações entre a administração e seus servidores vai na direção de garantir consequência à diretriz constitucional de nosso Estado (democrático, social e de direitos), por outro, revela-se instrumento fundamental de gestão a interferir positivamente na eficiência, resolutividade e qualidade dos serviços e ações que são objetivo da Administração Pública Federal.

A instituição de processo sistematizado e permanente de negociação privilegia o pensar e fazer coletivos e a auto tutela dos conflitos que são inerentes às relações de trabalho, evitando sua exacerbação por meio de greves e paralisações, nem sempre conciliadas à necessária continuidade dos serviços públicos. Ademais, a instituição de ouvidorias do servidor e a facilitação de acesso a direitos como a garantia de retorno ordenado aos anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, são exemplos desta política.

Carreiras

O processo de negociação refletiu seus resultados de forma marcante na estruturação e reestruturação de carreiras e no redesenho dos sistemas de remuneração.

As negociações concretizaram-se na adoção de medidas que decorreram na necessidade de promover a revisão das remunerações e da estrutura dos planos de cargos e carreiras do Poder Executivo, dotando a Administração de uma força de trabalho mais moderna e flexível, com mecanismos de desenvolvimento e incentivos ao desempenho e ao estabelecimento de remunerações.

No tocante às novas estruturas remuneratórias, buscou-se a adequação gradual quanto à relatividade das remunerações, com foco no equilíbrio interno e externo, considerados os condicionantes orçamentário-financeiros.

O objetivo é o de atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatível com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e carreiras alcançados pelas propostas reestruturação, permitindo a instituição de um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver a inteligência permanente no Estado.

A implementação da nova sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional, condicionando a concessão das gratificações de desempenho à obtenção de resultados e tornando-as instrumentos gerenciais, que visam incentivar o aprimoramento das ações dos órgãos ou entidades de lotação dos servidores.

Os resultados da avaliação de desempenho subsidiarão a política de gestão de pessoas, por meio de programas de capacitação, desenvolvimento e movimentação de pessoal e melhoria da qualificação dos serviços prestados à comunidade, contribuindo para a avaliação do estágio probatório e concessão de progressão e promoção na carreira.

Desenvolvimento de Pessoal e Capacitação

A edição do Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a PNDP e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal, apresentou novos conceitos de gestão por competências para a administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. A nova abordagem, que explicita entre os objetivos do dispositivo – a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições – imprimiu às organizações públicas um novo referencial teórico e metodológico para a gestão do desenvolvimento.

Nesse sentido destaca-se o incentivo às iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, o apoio ao servidor público em iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, a garantia de acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho, o incentivo a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção do servidor nas carreiras e a complementaridade entre o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho são diretrizes da política que reforçam o novo olhar para o desenvolvimento.

Quanto aos instrumentos do plano de capacitação, destacam-se:

- a. Plano Anual de Capacitação;
- b. Relatório de Execução de Atividades; e

- c. Sistema de Gestão por Competência, ferramenta gerencial que permite planejar, monitorar e avaliar ações de capacitação a partir da identificação dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores.

Diante da nova proposta e a partir da redefinição de sua missão – desenvolver e implementar a Política de Gestão de Pessoas fundamentada na democratização das relações de trabalho e que contribua para a consolidação do Estado Democrático de Direito – que foram reorientadas as ações relativas à capacitação.

Em 2008 realizou-se diagnóstico envolvendo todas as unidades do SIPEC responsáveis pela implantação da PNDP. A pesquisa, elaborada pela SRH/MP teve como objetivo conhecer as áreas responsáveis pela gestão do desenvolvimento e o processo de implantação da gestão por competências, assim como as principais dificuldades relacionadas à nova política e ao planejamento da capacitação. Participaram da pesquisa aproximadamente 150 órgãos.

O diagnóstico efetuado subsidiará a promoção e articulação de ações para o desenvolvimento das competências necessárias aos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional na execução da PNDP e na gestão de pessoas.

No que se refere aos instrumentos dispostos, o Sistema de Gestão por Competências, utilizado em oito órgãos neste ano (CNPQ, ANTT, ANTAQ, MDIC, MCidades, MTE, MP e MEC), será disponibilizado a todos os órgãos da administração pública a partir de janeiro de 2009. Em 2009, o objetivo é discutir e publicar diretrizes para o uso da gestão por competências a partir da sistematização e análise das experiências em curso.

Ainda quanto a PNDP, estabeleceram-se procedimentos e critérios de seleção de propostas para acesso a recursos orçamentários destinados ao Programa de Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, objetivando otimizar gastos e descentralizar a execução do orçamento destinado à política e estimular órgãos e entidades interessados na obtenção de tais recursos para ações voltadas à sua implementação ou para ações constantes de seu Plano Anual de Capacitação.

Quanto ao desenvolvimento de competências necessárias à gestão de pessoas há trabalhos em duas estratégias, ambas implementadas a partir de 2008:

- a. Desenvolvimento de cursos à distância, dois deles de pós-graduação *latu-sensu* que serão implantados a partir de 2009;



- b. Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF e tem por objetivo valorizar e disseminar o conhecimento e as experiências dos servidores, conforme as diretrizes dispostas na PNDF.

No período de julho de 2008 a março de 2009 serão realizadas 82 oficinas com conteúdos básicos para a SRH e a formação de instrutores internos.

Por outro lado, o planejamento de capacitação 2008 – 2010 do SIPEC e dos servidores da SRH está sendo orientado a partir da abordagem da gestão por competências. Na SRH, foram realizadas Quarenta entrevistas para o levantamento de competências individuais específicas. Da mesma forma, para o SIPEC serão realizados oito grupos focais cujo objetivo é sistematizar conhecimentos, habilidades e atitudes que precisam ser desenvolvidas pelos servidores das diversas áreas de recursos humanos: Cadastro, Pagamento, Desenvolvimento, Benefícios, Legislação e Saúde do Servidor; e Gerência. Assim, em 2009 e 2010 as ações de capacitação serão propostas e implantadas com o objetivo específico de se superar as lacunas de competências diagnosticadas no Mapeamento.

Seguridade Social e Benefícios

As políticas de Seguridade Social e Benefícios do servidor público federal vêm passando por transformações ao longo dos últimos cinco anos. O Governo Federal tem empreendido esforços no trato de questões referentes às políticas de atenção à saúde e previdência dos servidores, como forma de construir relações de trabalho mais equânimes, baseadas na busca da máxima isonomia e na proporcionalidade das garantias.

Especificamente na área da seguridade social do servidor público federal, o Governo Federal tem avançado não só na esfera normativa, que permite a operacionalização das diretrizes políticas nesta área específica de atuação, mas, fundamentalmente, tem se comprometido em implementar ações interventivas que implicam em melhoria na qualidade de vida e trabalho, com influência direta na realidade da Administração Pública Federal, sobretudo no que concerne à saúde suplementar e ocupacional do servidor público.

No exercício de 2008 estamos a consolidar a implementação da política de atenção à saúde do servidor público do executivo civil federal, partindo do realinhamento das discussões a partir do binômio saúde e doença com foco na integralidade e no pensar transdisciplinar.

O tratamento do tema se dá mediante ações com diretrizes centrais de natureza normatizadora e através do processo de implantação desconcentrada e coletivizada, amparada em gestão participativa de todos os atores envolvidos com a proposta, incluindo o servidor público federal.

Neste contexto, para cumprir o desafio proposto nas dimensões e no ritmo que o cenário atual exige a política de atenção à saúde para o servidor do Governo Federal é implantada de forma continuada. Sua gestão tem por base informação epidemiológica e contempla as áreas de assistência suplementar, perícia médica, promoção e vigilância à saúde do servidor em seu ambiente de trabalho.

No tocante a assistência suplementar, as iniciativas visam a extensão deste benefício para alcançar a todos os servidores; a recuperação dos valores pagos para melhor equiparar ao mercado e a equalização dos valores repassados pelos órgãos da Administração Pública Federal, como medida de isonomia.

No tocante a perícia médica, as iniciativas caminham para a uniformização de procedimentos periciais, com transparência dos critérios técnicos, valorização dos saberes multiprofissionais e humanização no atendimento.

A promoção e vigilância à saúde dos servidores é meta para a Administração Pública Federal que tem assumido as normas de saúde ocupacional e de prevenção aos riscos ambientais exigidas para a iniciativa privada.

Estas ações terão como suporte operacional um sistema nacional de informação de saúde do servidor - SIAPE SAÚDE, que disponibilizará informações consolidadas sobre as principais causas de afastamento dos servidores possibilitando uma intervenção gerencial qualificada nos ambientes e processos de trabalho.

Portanto, mais que assegurar instrumentos de controle, conceder benefícios e garantir reduções de déficits futuros, esta política de gestão à saúde vem para o resgate de uma exigência histórica e legítima dos servidores na esfera pública federal, que é sua proteção enquanto detentores de um mesmo direito público objetivo e inalienável que é a saúde, garantido constitucionalmente a toda sociedade brasileira, cabendo ao Estado efetivá-la em todos os seus níveis de abrangência, inclusive enquanto empregador e gestor de recursos humanos.



PROFISSIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O processo de profissionalização da Administração Pública é um desafio central na agenda de melhoria da gestão do Governo Federal. Neste sentido, destacam-se as iniciativas de criação de novas carreiras, de recomposição da força de trabalho e a busca da profissionalização dos cargos de direção na Administração Pública Federal.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem procurado recompor a força de trabalho de diversos setores da Administração Pública e ampliar o efetivo de órgãos e entidades com o objetivo de dotá-los de melhores condições institucionais para o cumprimento de sua missão. Tal política segue a premissa de que o capital humano é o principal ativo para a melhoria do desempenho das organizações públicas.

É importante ressaltar que a reposição ou mesmo ampliação da força de trabalho, quando isso se demonstra necessário, tem, na realização de concursos públicos, o seu principal instrumento de recrutamento.

Em 2008, o Governo criou 884 cargos de Especialista em Infra-estrutura e de Analista de Infra-estrutura. A criação da carreira e dos cargos possibilita que a Administração Pública Federal recrute pessoal com alto nível de qualificação para desempenhar as atribuições governamentais ligadas à área, que é prioritária para o desenvolvimento do País. O concurso, realizado no 1º semestre de 2008, garantiu o provimento de 549 profissionais, alocados, prioritariamente, nos órgãos cujas atividades integram o PAC.

Além disso, o Governo propôs a criação de uma nova carreira para a área social. Trata-se da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais que tem por objetivo possibilitar o recrutamento de pessoal com alto nível de qualificação para o exercício de atribuições voltadas à execução de atividades especializadas de assistência técnica em programas e projetos no campo social, além de atividades de monitoramento e avaliação desses projetos, visando assegurar a correta aplicação dos dispositivos legais que regem os programas sociais do Governo Federal e a melhoria da qualidade do gasto público. No projeto, atualmente em tramitação no Senado Federal, consta a criação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais.

Ainda no que se refere a iniciativas de instituição de novas de carreiras, encontra-se em fase final de elaboração, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, a proposta de criação da Carreira de Analista Executivo cuja finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior, em

especial, nos serviços de suporte administrativo dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundações.

As novas carreiras procuram suprir a administração direta em setores nos quais, historicamente, registra-se deficiência de quadros técnicos qualificados.

Outra ação inerente à política de planejamento da força de trabalho é a criação de cargos efetivos. Essa tem por objetivo criar um estoque de cargos vagos, em diversas carreiras e planos de cargos, os quais permitam garantir aos gestores públicos os instrumentos para ampliar as atividades de órgãos e entidades de modo a atender às necessidades das políticas públicas nos diversos setores da ação governamental. Nesse aspecto, em particular, a proposta contida no PLOA - 2009 prevê a criação de um total de 14.076 cargos. Esses se dividem por todas as áreas de atuação governamental, porém com maior concentração na área de seguridade social, educação e ainda na área de cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia.

Soma-se a esta ação o processo de recomposição da força de trabalho, visando o fortalecimento da capacidade de atuação da burocracia federal e a reposição de força detrabalho, que se faz necessária frente às aposentadorias e às evasões.

Assim, em 2008, o Governo Federal autorizou a realização de concursos para o provimento de 22.720 cargos. Destacam-se os quantitativos autorizados no âmbito do PDE. São 11.063 cargos distribuídos entre o MEC, a CAPES e os IFETs.

A realização de concursos resultou no provimento de 11.116 cargos em 2008 (até agosto). A Tabela 1 apresenta um resumo dos provimentos efetivados ao longo dos últimos exercícios, segmentados conforme a motivação para a autorização.

TABELA 1

TIPO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Substituição de Terceirizados	12.100	3.265	6.506	8.141	701	95	30.713
Reposição de Perdas	11.995	5.824	10.474	6.047	2.030	10.021	36.370
Novas Estruturas	172	1.155	2.985	4.957	2.953	500	12.222
Fortalecimento	541	2.068	2.647	2.608	4.244	500	12.108
TOTAL	24.808	12.312	22.612	21.753	9.928	11.116	91.413

Para 2009, a previsão do PLOA - 2009 é autorizar concursos públicos até atingir o patamar de 26.570 vagas, vinculadas à reposição de força de trabalho ou à expansão das atividades em órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além das autorizações acima mencionadas, cabe destacar um outro grupo que se vincula à regularização da contratação de mão-de-obra. Trata-se da necessária substituição de postos de trabalho terceirizados, contratados em desacordo com as normas vigentes sobre a matéria. Apenas com o objetivo de autorizar concursos e provimentos vinculados à substituição de terceirização irregular, está prevista a autorização para um montante da ordem de 19.423. Tais autorizações se inserem no contexto do acordo firmado pela União com o MPT, no âmbito de um Termo de Conciliação Judicial assinado no final do ano de 2007.

Para o dimensionamento das necessidades de substituição de terceirização irregular, no primeiro semestre de 2008, foi realizado um levantamento de informações em toda a Administração Pública Federal com o objetivo de quantificar a situação de terceirização irregular. A segunda etapa do trabalho foi a elaboração de um Plano de Regularização para o cumprimento do Termo de Conciliação Judicial, em particular, o alcance das metas fixadas, em prazo que se estende até o ano de 2010. O levantamento feito pelo Governo Federal identificou 34.165 situações de terceirizados irregulares, das quais 12.407 na administração direta e 21.758 na administração indireta.

Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público o Governo alterou, em 2008, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, passando a contemplar, por exemplo, situações de urgência e que demandam a contratação temporária para implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho.


No que se refere à busca de profissionalização da burocracia e ao aumento da capacidade técnica do Estado para a condução de políticas públicas, destaca-se o Projeto de Lei que cria as FCPE, em tramitação no Congresso Nacional. O projeto prevê a destinação privativa de um novo grupo de funções comissionadas aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo na administração direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, em exercício nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O projeto retrata a continuidade da política de valorização dos servidores públicos, por meio da reserva de posições de confiança, iniciada pelo Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, que definiu percentuais mínimos dos cargos em comissão do Grupo - DAS a serem ocupados por servidores públicos efetivos. Pretende-se, com a medida, restringir o número de cargos em comissão de livre provimento, induzindo a profissionalização em áreas essenciais do Estado.

As FCPEs destinar-se-ão ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e serão preenchidas mediante utilização de critérios de mérito e competências, implicando capacitação como um dos requisitos para sua ocupação. O projeto prevê, ainda, a inclusão, nos planos de capacitação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício das FCPEs.



VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central

- 
- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os Parâmetros Utilizados
 - Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais
 - Receita Orçamentária
 - Pessoal e Encargos Sociais
 - Sistemas Previdenciários

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela 1 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2007, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2008, e os implícitos no PLOA - 2009.

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL
(R\$ MILHÕES)

Discriminação	Realizado 2007		LOA 2008		Reprogramação 2008		PLOA 2009	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	620.357,3	24,24	687.577,5	24,39	715.780,2	24,83	808.884,3	25,38
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e incentivos fiscais)	417.499,3	16,32	443.838,0	15,74	462.773,5	16,05	523.527,5	16,43
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	140.411,8	5,49	161.740,0	5,74	162.031,7	5,62	187.756,9	5,89
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal	62.446,2	2,44	81.999,4	2,91	90.975,0	3,16	97.599,8	3,06
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	102.560,1	4,01	121.705,1	4,32	123.755,9	4,29	144.385,5	4,53
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	517.797,2	20,24	565.872,4	20,07	592.024,3	20,53	664.498,8	20,85
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	472.127,4	18,45	515.717,7	18,29	529.877,7	18,38	606.540,9	19,03
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	118.361,5	4,63	127.577,4	4,52	134.066,1	4,65	157.019,9	4,93
IV.2. Benefícios da Previdência	183.075,8	7,15	199.432,0	7,07	200.149,3	6,94	228.642,8	7,18
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	46.751,4	1,83	53.035,2	1,88	59.452,8	2,06	68.978,4	2,16
IV.4. Despesas Discricionárias & Projeto Piloto de Investimentos	123.938,6	4,84	135.673,2	4,81	136.209,6	4,72	151.899,8	4,77
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV)	45.669,9	1,78	50.154,7	1,78	62.146,6	2,16	57.957,9	1,82
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	7.493,4	0,29	5.432,5	0,19	7.225,4	0,25	5.960,5	0,19
V.1. Empréstimos Líquidos	2.220,1	0,09	1.077,1	0,04	2.077,1	0,07	986,0	0,03
V.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	5.273,3	0,21	4.355,4	0,15	5.148,4	0,18	4.974,5	0,16
VII. AJUSTE CAIXA / COMPETÊNCIA	19.648,4	0,77	864,1	0,03	-5.318,5	-0,18	2.541,8	0,08
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	57.824,9	2,26	45.586,3	1,62	49.602,7	1,72	54.539,2	1,71
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	1.613,8	0,06						
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	59.438,7	2,32	45.586,3	1,62	49.602,7	1,72	54.539,2	1,71
XI. RECURSOS PARA O PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS - PPI			13.824,2	0,49	13.824,2	0,48	15.567,0	0,49
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2009 (X + XI)	59.438,7	2,32	59.410,5	2,11	63.426,9	2,20	70.106,2	2,20
XIII. JUROS NOMINAIS	-119.045,7	-4,65	-91.853,0	-3,26	-104.059,0	-3,61	-134.296,0	-4,21
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	-59.607,0	-2,33	-32.442,5	-1,15	-40.632,1	-1,41	-64.189,8	-2,01

Cumprir ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais para fins de apuração do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, LDO - 2009 ao final do exercício é do Bacen.

As NFSP referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais consistindo na soma entre o resultado primário do Setor Público não Financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- a. variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado; ou
- b. soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha” é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela STN/MF e pela SOF/MP e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

A metodologia das NFSP, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO - 2009, que pressupõe um volume de receitas compatível com ela e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio destas que se materializam as políticas setoriais. Assim, são apresentadas as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA - 2009, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas estão dispostos em seguida.

No PLOA - 2009, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 808,9 bilhões, sendo R\$ 523,5 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria RFB, do MF líquida de incentivos fiscais, exceto arrecadação líquida para o RGPS,

R\$ 187,8 bilhões da arrecadação líquida para o RGPS, e R\$ 97,6 bilhões para as demais receitas primárias.

As receitas não primárias, por sua vez, são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício financeiro correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União, das privatizações e outras mais.

A LDO exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas últimas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de no mínimo 1% da RCL, considerado primário.

Para o PLO - 2009, o valor total de despesa primária do Governo Central é de R\$ 750,9 bilhões, sendo R\$ 144,4 bilhões destinados às transferências legais por repartição de receita, R\$ 157,0 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 228,6 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 69,0 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 151,9 bilhões para as despesas discricionárias dos poderes e do MPU, inclusive despesas com o PPI.

Assim como para as receitas, a LDO - 2009 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo.

Receita Primária Total

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.



Administradas pela RFB

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB, do MF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no PIB, volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente, aos órgãos do chamado sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimativa o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela PME do IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas não Administradas pela RFB

Concessões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2009 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como, as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem receitas vinculadas a despesas e órgãos específicos.

Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do IR, IPI, IOF-ouro, salário-educação, compensações financeiras, CIDE – Combustíveis, concursos de prognósticos e ITR.

Cumprе esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2008, a serem repassados em 2009, e os de 2009, a serem repassados em 2010. Para 2009, esse ajuste está estimado em cerca de R\$ 821,1 milhões. No caso da transferência calculada a partir da CIDE – Combustíveis, a sistemática de ajuste é análoga, porém, para tal transferência, em lugar de se calcular a diferença entre os últimos decêndios dos meses de dezembro de 2009 e 2008, faz-se a diferença entre os últimos trimestres dos respectivos anos. O referido ajuste para a transferência a partir da CIDE – Combustíveis perfaz R\$ 1,3 milhões para 2009.

Despesa Primária Total

As despesas primárias são as responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas em obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PPI.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o

período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira. O valor desse item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2008 e 2009, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa orçamentária, por competência), mas são pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2009 é de R\$ 1,7 bilhões.

Benefícios da Previdência

Engloba todos os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais. A partir de 2008, está inclusa neste item a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o INPC do IBGE e o crescimento real do PIB de 2007, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo.

Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às demais despesas de execução obrigatória, excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro Desemprego e Abono Salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao FUNDEB, da LOAS; benefícios da RMV; indenizações relativas ao Proagro e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO - 2009, inclusive os Subsídios e Subvenções.

Despesas Discricionárias

Classificam-se nesse item as despesas primárias de execução não obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PPI

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, as despesas com o PPI possuem tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Esses projetos, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da LDO, tais despesas, acrescidas de restos a pagar inscritos, serão abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício. Para 2009, esses projetos totalizam R\$ 15,6 bilhões, valor correspondente a 0,49% do PIB.

Outros Fatores que Afetam o Resultado

Para o cálculo das NFSP, são considerados os impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, no âmbito do Proex e do PRONAF, no montante de, respectivamente, R\$ 680,0 milhões, e R\$ 306,0 milhões.

As outras operações do grupo em questão que impactam o resultado primário são de natureza variada e referem-se: à inscrição na Dívida Ativa da União de débitos vencidos no montante de R\$ 701,0 milhões, à cessão aos FNO, FNE e FCO, de R\$ 500,0 milhões e ao impacto da securitização da dívida agrícola no montante de R\$ 800,0 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO que corresponde à diferença entre a TTJLP e a rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio dos mesmos, ou seja, corresponde à diferença entre um patrimônio de referência, corrigido pela TTJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2009, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos fundos em questão perfaz o montante de R\$ 2,9 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2009, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesa com Pessoal e Transferências, seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2010. Assim, o impacto pelo regime de competência dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela SPE/MF e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLO - 2009 são apresentados na Tabela 2.

TABELA 2

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
3.186.645	4,50%	5,77%	14,08%	7,20%	2,05%	6,43%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$/US\$	
7,69%	5,30%	5,13%	4,50%	2,91%	1,71	

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais apurado segundo o conceito “acima da linha” é calculado com base no regime de caixa, em que são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do PDG das empresas do Grupo Petrobras que atuam exclusivamente no exterior, uma vez que suas operações não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2009, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário no montante de R\$ 20.713 bilhões, equivalentes a 0,65% do PIB conforme o Tabela 3.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política

salarial a ser adotada em 2009 pelo Governo Federal conforme as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2008

O item “Materiais e Produtos” representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica “Tributos e Encargos Parafiscais”, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e, também, relacionados aos demais encargos fiscais.

Os “Demais Custeios” contemplam dispêndios com o pagamento de royalties, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar, etc.

O valor dos investimentos representa os gastos propostos com a aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2009.

Na rubrica “Outros Dispêndios de Capital”, estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas.

Na rubrica “Descontos/Provisões/EMGEA”, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela EMGEA, no exercício de 2009, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias.

TABELA 3

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	355.435	11,15
Operacionais	334.757	10,50
Venda de Bens/Serviços	330.668	10,38
Demais Operacionais	4.088	0,13
Financeiras	11.889	0,37
Demais não Operacionais	4.148	0,13
Outras Receitas	3.653	0,11
Transferências do Tesouro Nacional	988	0,03
II - DESPESAS TOTAIS	370.567	11,63
Pessoal e Encargos Sociais	21.826	0,68
Encargos Financeiros	7.611	0,24
Outros Custeios	261.719	8,21
Materiais e Produtos	87.240	2,74
Serviços de Terceiros	38.828	1,22
Utilidades e Serviços	1.567	0,05
Tributos e Encargos Parafiscais	87.442	2,74
Demais Custeios	46.642	1,46
Investimentos	63.954	2,01
Outros Dispendios de Capital	14.233	0,45
Descontos/Provisões (EMGEA)	1.224	0,04
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	36.836	1,16
Varição de Contas a Pagar (vincendo)	40.109	1,26
Varição de Contas a Receber (vincendo)	(14)	(0,00)
Varição Receitas/Despesas Financeiras	(3.287)	(0,10)
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	21.704	0,68
V - Juros Líquidos (Receita- Despesa)	991	0,03
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	20.713	0,65



RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

Inicialmente, convém atentar para algumas alterações na legislação tributária com impacto sobre a receita de 2009. As faixas de remuneração da tabela de incidência progressiva do imposto sobre a renda derivada do trabalho e os valores passíveis de dedução para efeitos de apuração do valor do imposto a pagar serão corrigidos em 4,5% em janeiro de 2009, conforme previsto na Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007. Ademais, em 2008 foram realizadas alterações legislativas que objetivaram reduzir o custo do investimento produtivo, ampliando os benefícios concedidos ao longo dos últimos três anos. Assim, por meio da MP no 428, 12 de maio de 2008, procedeu-se redução de 24 meses para doze meses do prazo para recuperação dos créditos de COFINS e PIS e de Pasep advindos da aquisição de máquinas e equipamentos destinados à produção e permitiu-se a depreciação acelerada de máquinas e equipamentos adquiridos para uso de fabricantes de veículos, de autopeças e de bens de capital.

Dessa forma, consideradas as alterações na legislação tributária, espera-se para o ano de 2009 que as RFB do MF, líquidas de restituições e incentivos fiscais, totalize R\$ 523,6 bilhões ou 16,43% do PIB estimado. Ressalve-se que este valor não inclui as receitas da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do art. 195 da Constituição.

Naturalmente, a estimativa da receita administrada é significativamente influenciada pelo desempenho da economia brasileira. A primeira metade do ano de 2008 apresentou importante crescimento das vendas do comércio, da produção industrial, do rendimento do trabalho e do volume de crédito concedido pelo sistema financeiro nacional, tanto para consumo como para o investimento. A expectativa de arrecadação apóia-se na manutenção da atividade econômica, ao longo do segundo semestre de 2008 e do ano de 2009, em níveis próximos ao registrado no primeiro semestre de 2008.

Coerente com essas expectativas, foram utilizados para a projeção a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até julho de 2008, excluídas as receitas extraordinárias, e dos estimados de agosto a dezembro e os parâmetros macroeconômicos definidos pela SPE/MF.

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2009:

- a. o crescimento real da economia (5,0% em 2008 e 4,5% em 2009);
- b. a inflação média medida pelo IPCA - 5,79%, em 2008, e 5,13%, em 2009, e pelo IGP - DI - 11,84%, em 2008, e 7,69% em 2009;
- c. a expansão na quantidade importada (32,15%, em 2008, e 15,78% em 2009);
- d. a variação da massa salarial nominal (15,93%, em 2008, e 14,08% em 2009);
- e. a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (-14,70%, em 2008, e 2,91% em 2009).

Arrecadação Líquida do Instituto Nacional de Seguridade Social

A previsão total de receitas previdenciárias, líquidas dos valores correspondentes a transferências, totaliza R\$ 187,8 bilhões, ou 5,89% do PIB estimado para o exercício de 2009. Deste montante, cerca de R\$ 11,9 bilhões correspondem a recuperação de créditos. Tal projeção, com significativo aumento para o próximo exercício, deve-se, em grande parte, ao crescimento na arrecadação no ano de 2008, ano base para a projeção das receitas previdenciárias para o PLOA 2009, além do parâmetro da massa salarial nominal, influenciado pela pujança do mercado de trabalho, apontando 15,93%, em 2008, e 14,08% em 2009.

Receitas não Administradas

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 3.984,9 milhões para o exercício de 2009. A projeção para o exercício de 2009 apresenta significativo aumento quando se compara com o exercício de 2008, em função da projeção dos valores a serem arrecadados com o contrato de concessão de exploração da Ferrovia Norte-Sul e a nova licitação a ser realizada nesta ferrovia, totalizando cerca de R\$ 1,6 bilhão. Arrecadação dos valores contratuais da telefonia móvel 3G, com cerca de R\$ 1,0 bilhão, além da projeção do bônus de assinatura para a exploração de petróleo, com um adicional de R\$ 1,0 bilhão, em função do comportamento do preço do produto no mercado internacional.

Dividendos

A receita de dividendos corresponde a R\$ 10,8 bilhões, o que representa 0,34% do PIB. Merecem destaque a Petrobras, a CEF, o BNDES e o BB, cujos valores somados representam 87,5% do total, sendo que os mais representativos são os dividendos pagos pela Petrobras.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o PSS é de R\$ 20,3 bilhões para 2009, dos quais R\$ 12,1 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal - classificada no orçamento como receita financeira - R\$ 6,1 bilhões à contribuição dos servidores ativos e R\$ 2,1 bilhões à contribuição dos servidores inativos.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de compensações financeiras totaliza R\$ 33,5 bilhões para 2009, o que representa 1,05 % do PIB estimado para o ano. Grande parte desse valor, cerca de 92%, é formado pelas receitas sobre a produção de petróleo e gás natural. Esse valor inclui o montante a ser transferido para os Estados e Municípios, por determinação legal. O valor em relação ao percentual do PIB foi mais expressivo, em relação ao exercício anterior, em função do aumento significativo do produto no mercado internacional, apesar da queda de valor da moeda norte americana, além do incremento na projeção de produção do bem, segundo dados da ANP.

Contribuição para o Salário-Educação

O valor da previsão da receita com contribuição ao salário-educação, para 2009, é de R\$ 10,7 bilhões. Ou seja, 0,33% no PIB. Esse montante foi influenciado, essencialmente, pela variação da massa salarial nominal média prevista para o período.

Complemento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

A projeção do complemento do FGTS, para o ano de 2009, representa 0,07% do PIB (R\$ 2,3 bilhões). A projeção é baseada na massa salarial e o percentual sobre o PIB, entre 2009 e 2008, manteve-se estável.

Demais Receitas Primárias

O Grupo das Demais Receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF, pelas taxas e multas, pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços

públicos, pela cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, pela Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, pelas Receitas com Honorários Advocáticos, Custas Judiciais, recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário, e demais receitas não contempladas por outros grupos.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 16,8 bilhões para 2009, correspondente a 0,53% do PIB. Vinte naturezas de receitas concentram cerca de 85% da arrecadação desse grupo, o restante é pulverizado em quase 120 naturezas de receitas, dentre elas as receitas de Doações.

Em primeiro lugar, a taxa de Fiscalização das Telecomunicações, cuja previsão perfaz R\$ 3,0 bilhões para o próximo exercício. A Contribuição para Custeio das Pensões Militares e a cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante representam, respectivamente, a 2ª e a 3ª naturezas de receita mais significativas desse grupo, cuja previsão de arrecadação para 2009 são da ordem de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2,0 bilhões.

TABELA 4 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRIMÁRIA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Discriminação	Realizado 2007		Decreto nº 6.519, de 30 de julho de 2008		PLOA 2009	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	620.357,3	24,24	715.780,2	24,83	808.884,3	25,38
I.1 Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	417.509,4	16,32	462.972,2	16,06	523.634,6	16,43
I.1.1. Imposto de Importação	12.216,3	0,48	14.723,1	0,51	17.961,3	0,56
I.1.2. IPI	31.875,7	1,25	38.773,4	1,34	45.128,3	1,42
I.1.3. Imposto sobre a Renda	148.013,7	5,78	173.772,5	6,03	202.620,5	6,36
I.1.4. IOF	7.855,0	0,31	20.391,9	0,71	22.947,8	0,72
I.1.5. COFINS	103.195,6	4,03	124.132,2	4,31	137.291,0	4,31
I.1.6. PIS/PASEP	26.632,4	1,04	32.080,4	1,11	35.618,9	1,12
I.1.7. CSLL	34.471,3	1,35	45.326,8	1,57	49.920,6	1,57
I.1.8. CPMF	36.519,6	1,43	1.013,8	0,04		
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7.943,0	0,31	5.905,3	0,20	4.620,1	0,14
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	8.786,7	0,34	6.852,7	0,24	7.526,1	0,24
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	140.411,8	5,49	162.031,7	5,62	187.756,9	5,89
I.3. Outras Receitas	62.446,2	2,44	90.975,0	3,16	97.599,8	3,06
I.3.1. Concessões	2.064,0	0,08	4.751,6	0,16	3.984,9	0,13
I.3.2. Dividendos	6.977,1	0,27	13.996,2	0,49	10.845,5	0,34
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	5.648,5	0,22	7.182,9	0,25	8.140,1	0,26
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	17.026,2	0,67	27.108,4	0,94	33.480,7	1,05
I.3.5. Receita Própria (fontes 50 & 81)	8.826,5	0,34	9.399,0	0,33	11.415,6	0,36
1.3.5.1. Fontes 50 e 82	8.559,5	0,33	9.141,8	0,32	11.150,3	0,35
1.3.5.2. Fonte 81 (Convênios)	267,0	0,01	257,3	0,01	265,3	0,01
I.3.6. Salário-Educação	7.088,5	0,28	9.126,4	0,32	10.687,0	0,34
I.3.7. Complemento do FGTS	2.005,7	0,08	2.284,6	0,08	2.253,1	0,07
I.3.8. Operações com Ativos			3.000,0	0,10		
I.3.9. Demais Receitas	12.809,6	0,50	14.125,9	0,49	16.792,9	0,53
1.3.9.1. Doações	173,4	0,01	176,7	0,01	107,0	0,00
1.3.9.2. Outras	12.636,2	0,49	13.949,3	0,48	16.685,8	0,52
I.4. Incentivos Fiscais	-10,1	0,00	-198,7	-0,01	-107,1	0,00
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	101.916,7	3,98	127.033,9	4,41	146.536,6	4,60
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	518.440,6	20,26	588.746,3	20,42	662.347,7	20,79

Receita Própria Primária

Os Recursos Próprios Primários são recursos decorrentes, fundamentalmente, do esforço desenvolvido pelos órgãos e entidades vinculadas para a sua arrecadação. Dessa forma, não se confundem com aqueles que são arrecadados em decorrência de uma determinada atribuição legal. Nesse escopo, estão incluídas, também, as receitas provenientes de convênios, bem como as restituições dos mesmos, que passaram a receber classificação específica (Fonte 82) desde 2006. Por fim, também estão incluídas nesse escopo as Doações. Com relação ao subgrupo das receitas próprias que dependem do processo produtivo, ressalta-se a expectativa de crescimento do PIB para 2009 de 4,5%.

Para o exercício de 2009, a Receita de Recursos Próprios Primários está estimada em R\$ 11,4 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 21,45% em relação a 2008, ano em que se projeta para esse agregado um valor de R\$ 9,4 bilhões. O crescimento de arrecadação, em 2009, se explica pelos valores arrecadados em 2008 e pela variação dos parâmetros macroeconômicos que influenciam essa previsão, como, por exemplo, o crescimento do PIB, do IGP-DI, do IPCA e do Câmbio.

Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário equivalente a 0,65% do PIB. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 6% dos investimentos são financiados por operações de créditos junto ao sistema financeiro:

TABELA 5 - FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
(R\$ MILHÕES)

Descritores de Fontes	PLOA 2009
Recursos Próprios	59.663.317.832
Geração Própria	59.663.317.832
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	5.069.454.882
Tesouro - Direto	877.243.470
Controladora	4.192.211.412
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.502.218.854
Internas	2.350.107.435
Externas	2.152.111.419
Outros Recursos de Longo Prazo	10.466.902.021
Controladora	1.220.428.702
Outras Estatais	7.207.942.376
Outras Fontes	2.038.530.943
T o t a l	79.701.893.589

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O Orçamento para o exercício de 2009 prevê gastos da ordem de R\$ 169,2 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e respectivos encargos sociais, o que representa um crescimento de 17,6% em relação à projeção atual dessas despesas para o exercício de 2008. Os gastos do Poder Legislativo representam 3,5% do total, do Poder Judiciário, 14,8%, do MPU, 1,6% e do Poder Executivo 80,1%, conforme demonstrado na Tabela 6.

TABELA 6
(R\$ BILHÕES)

Poder	PLOA-2009	Participação Relativa (%)
Legislativo	6,0	3,5
Judiciário	25,1	14,8
MPU	2,7	1,6
Executivo	135,5	80,1
Total	169,2	100,0

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2009 decorre basicamente dos seguintes itens:

- a. recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, tanto por meio da criação ou da reestruturação de planos de cargos e carreiras e da reestruturação da remuneração do servidor, como também pelo recrutamento e seleção de novos servidores qualificados por concurso público;
- b. estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração do Poder Executivo;
- c. revisão do subsídio de Ministro do STF de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União;
- d. implantação da reestruturação dos Cargos e Funções e do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário, de que trata a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006;
- e. implantação da reestruturação dos cargos e funções e do plano de carreira dos servidores do MPU, de que trata a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006;

- f. alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, bem como os efeitos dessa alteração;
- g. pagamento de valores retroativos a Anistiados Políticos Cíveis e Militares, nos termos da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e
- h. precatórios e sentenças judiciais, cujas despesas para 2009 cresceram 67,5% em relação a 2008, passando de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 5,8 bilhões.

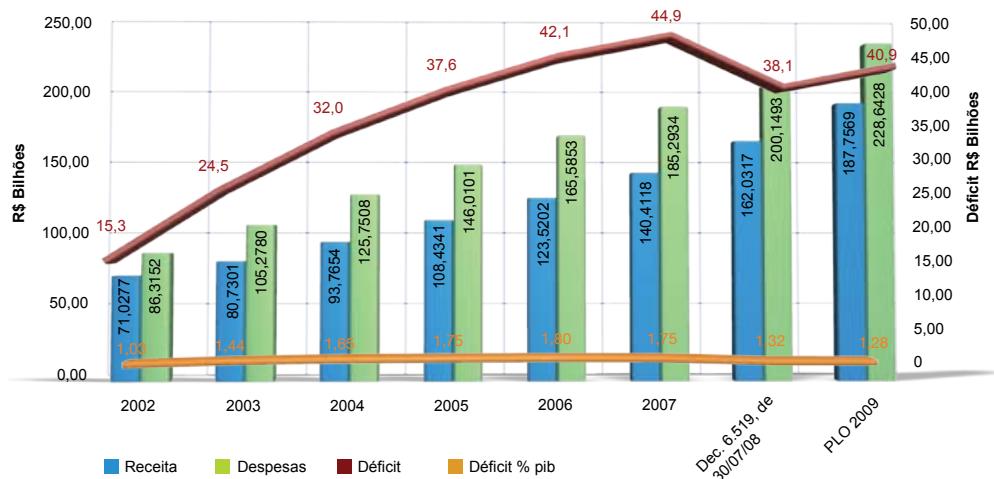
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2009 do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,32% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 5,54%; a do Poder Executivo, 29,92 %; e a do MPU, 0,59%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 37,37% da receita corrente líquida prevista para 2009. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela referida Lei Complementar.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral da Previdência Social

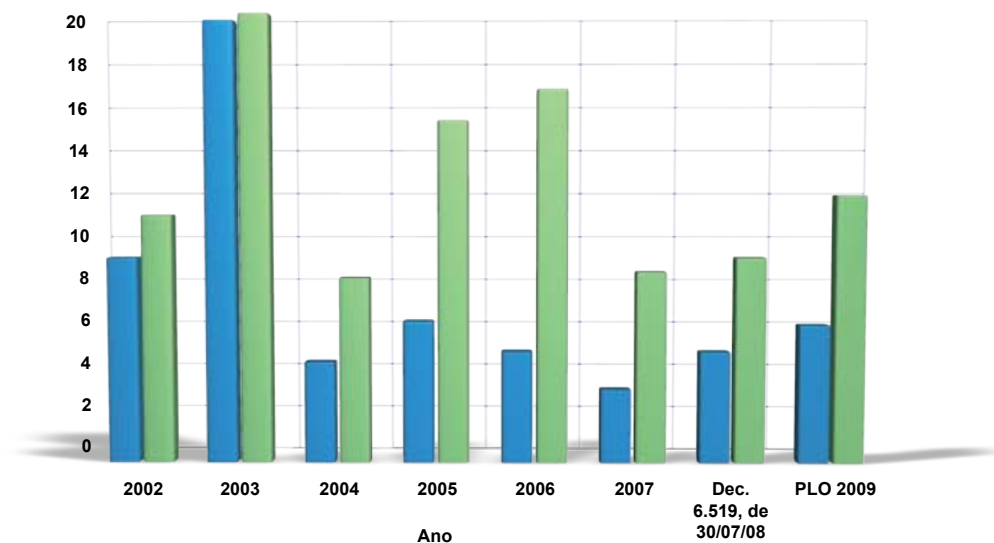
O Resultado do RGPS é constituído pela diferença entre a Contribuição dos Trabalhadores e Empregadores para a Seguridade Social e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 1, nos últimos exercícios, o RGPS apresentou déficits crescentes, em parte devido ao crescimento da formalização do mercado do trabalho e do salário médio de contribuição em anos anteriores, que refletiu o maior número de beneficiários e do valor médio dos benefícios concedidos e, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Contudo, em 2008, há uma quebra nesta tendência, em grande parte pelo crescimento na arrecadação previdenciária e do indicador da massa salarial nominal. Para 2009, prevê-se uma elevação do déficit, que passa de R\$ 38,1 bilhões (1,32% do PIB), em 2008, tendo como base o último relatório de avaliação de receitas e despesas do 3o bimestre de 2008, para R\$ 40,9 bilhões, havendo, no entanto, uma redução como percentual do PIB, alcançando 1,28% em 2009.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO RGPS



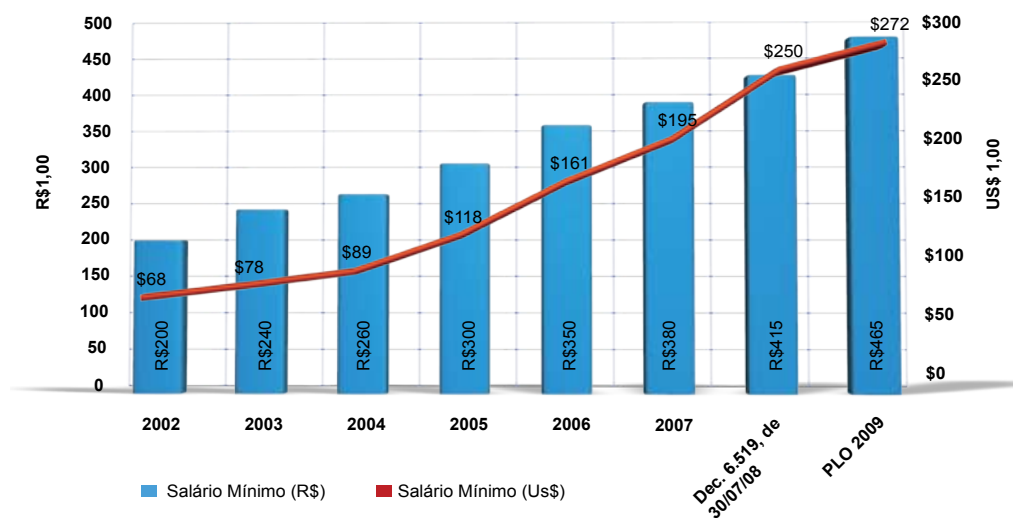
Um importante fator de significativo impacto sobre o déficit do RGPS são os reajustes concedidos ao salário mínimo e demais benefícios. O Gráfico 2 mostra os percentuais dos reajustes concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Em 2009, os reajustes ao salário mínimo e demais benefícios se elevam a patamares maiores do que vinha sendo concedido desde 2007, o que acarreta em aumentos maiores nos pagamentos de benefícios previdenciários.

GRÁFICO 2 - REAJUSTES CONCEDIDOS AO SALÁRIO MÍNIMO E DEMAIS BENEFÍCIOS



A política de reajuste teve maior ênfase nos anos de 2005 e 2006, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38% e 16,67%, respectivamente. Contudo, percebe-se que a partir de 2007, os índices de reajuste se estabilizam em patamares menores, contudo sempre acima dos índices de inflação, o que gerou um aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se comparado à cotação do dólar médio no ano, observa-se que esses valores ultrapassaram US\$ 100 no período, alcançando a marca de US\$ 272 na previsão contida no PLOA 2009. O Gráfico 3 mostra a evolução do valor do salário mínimo pelo dólar médio anual.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO



Para o exercício de 2009, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 40,9 bilhões, ou 1,28% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 11,98% a partir do mês de fevereiro de 2009, sendo 6,22% correspondente à INPC e 5,42% de aumento real, equivalente ao crescimento real do PIB em 2007, conforme regra proposta no Projeto de Lei nº 1/2007, em tramitação no Congresso Nacional. De acordo com o citado PL, o mês de reajuste, em 2009, foi antecipado para fevereiro, com impacto financeiro em março. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,38%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios é de R\$ 228,6 bilhões, sendo R\$ 222,5 bilhões relativos a benefícios normais e R\$ 6,1 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Por sua vez, a estimativa total de receitas, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 14,08%, é de R\$ 187,8 bilhões.

A Tabela 7 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas:

TABELA 7
(R\$ MILHÕES)

Descrição	PLOA 2009
Déficit previdenciário	40.886
Arrecadação	187.757
Receita Corrente	175.901
Recuperação de Crédito	11.856
Benefícios	228.643
Benefícios normais	222.473
Precatórios e sentenças	6.169
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	14,08%
Reajuste do salário-mínimo (%)	11,98%
Valor do salário-mínimo (R\$)	464,72
Reajuste dos demais benefícios (%)	6,22%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,38%

As políticas de reajuste do salário mínimo e as medidas de gestão administrativa adotadas pelo Governo Federal associadas às políticas públicas voltadas para a formalização do mercado de trabalho têm por objetivo oferecer à sociedade uma Previdência Social universalizada e com processos que a tornem mais eficiente e possibilitem ampliar o acesso da população aos benefícios do RGPS. O censo previdenciário promovido em 2005 e 2006 e as demais iniciativas de gestão administrativa, ao dificultar a ocorrência de fraudes na concessão desses benefícios, possibilitarão ao Governo Federal tomar novas medidas em benefício dos trabalhadores nos exercícios seguintes. Neste sentido, cita-se o

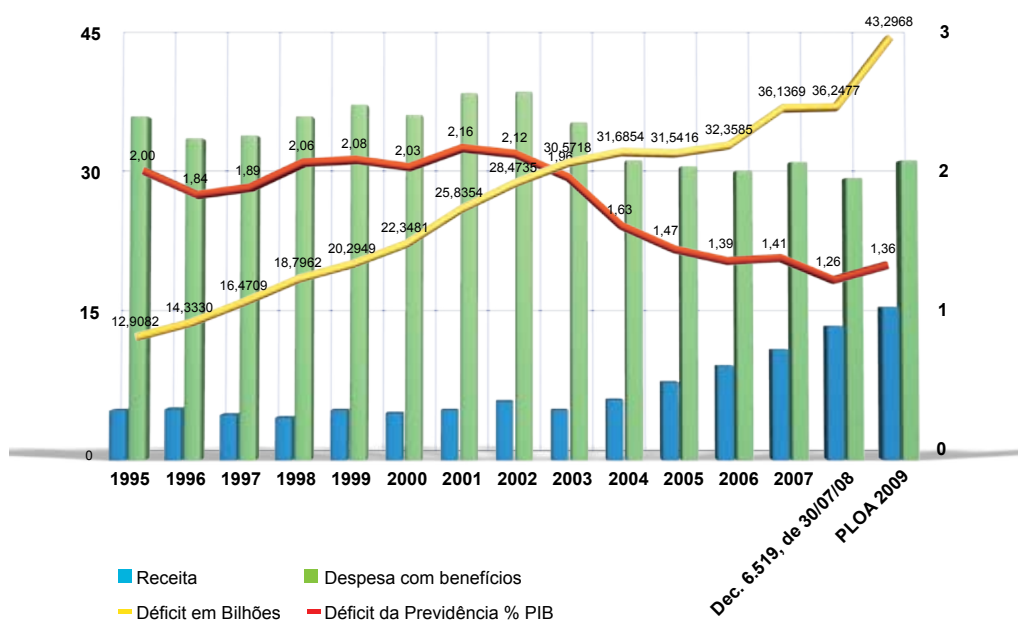
exemplo da intensificação no combate às fraudes em 2008. Em apenas cinco meses de atuação, a Força Tarefa Previdenciária (articulação com outros órgãos da administração pública federal como a Polícia Federal e o MPF) realizou dezenove operações, em todo o Brasil, e cumpriu 252 mandados de busca e apreensão, dezenove prisões em flagrante, além de 157 prisões de pessoas que fraudavam os cofres da Previdência Social, somando um prejuízo estimado de mais de R\$ 31 milhões.

Além da capacitação em cursos específicos na área de inteligência e sobre os Sistemas Cooperativos da Previdência Social, os servidores da passaram a usar sistemas operacionais que permitem maior controle e filtro das ações, facilitando as investigações.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o RPPS para o ano de 2009 é de R\$ 43,3 bilhões, ou 1,36% do PIB, assumindo uma tendência distinta daquela que vinha se evidenciando, tendo como referência o último relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre de 2008 e o realizado em 2006. Analisando-se o Gráfico 4, percebe-se que há uma elevação da curva do déficit percentual em relação ao PIB novamente, fundado em grande parte no processo de reestruturação de carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes, que tem previsão de impactos para determinadas carreiras até o ano de 2010.

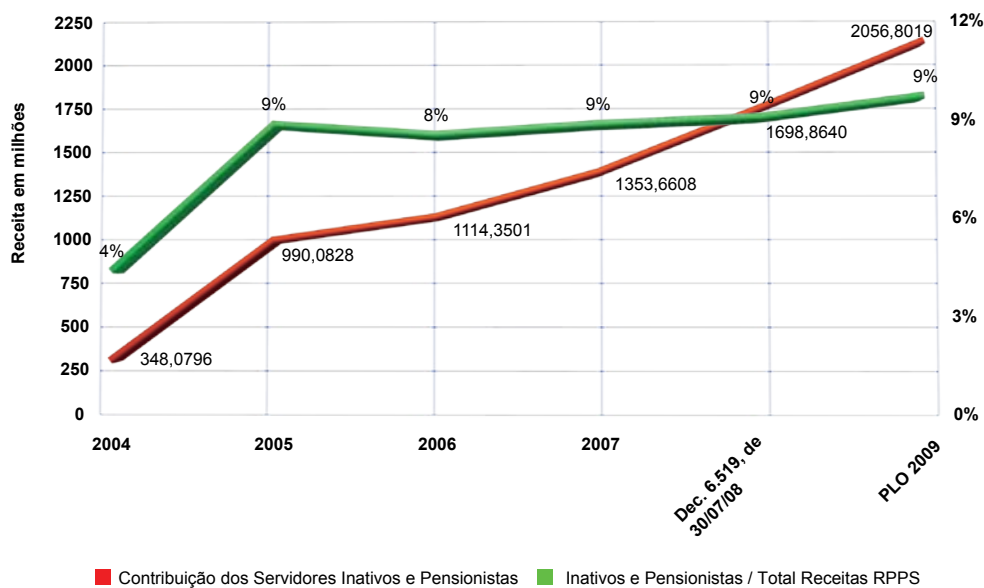
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA



A trajetória de déficit decrescente do RPPS, cujos preceitos legais são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal, vinha sendo alcançada em especial pelas reformas no texto constitucional no intuito de se adequar ao caráter contributivo e solidário o sistema previdenciário dos servidores.

A primeira reforma consubstanciou-se na EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Já com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve um acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor de 11% para 22% e a instituição de contribuição para inativos e pensionistas. Ressalte-se que, desde quando começou a ser recolhida, em 2004, tal contribuição passou de 4,4% para 8,8% do total das receitas do RPPS, em 2008, conforme demonstra o Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - RECEITA COM INATIVOS E PENSIONISTAS



Por fim, a EC nº 47, de 5 de julho de 2005 promoveu alterações tais como:

- a. a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da E.C. nº 41;
- b. a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição;

- c. a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- d. a abertura de espaço para que leis complementares instituíam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Cumpra ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei complementar, a criação do Fundo Complementar dos Servidores Públicos, previsto na EC nº 41/2003. O Projeto de Lei já foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e no momento já recebeu 57 emendas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, estando pendente sua apreciação pelo Plenário. Com o advento do Fundo, os servidores que vierem a ingressar no serviço público após a criação do mesmo, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2009 é de R\$ 3.228,15. Assim, o objetivo do Fundo é garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores com renda superior ao teto que ingressarem no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar e para os atuais por meio do termo de opção.

O Fundo não garante benefício definido, mas contribuição definida (conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição Federal de 1988). Assim, o valor a receber pelo servidor ao se aposentar irá depender do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que contará no seu Conselho com três representantes do Patrocinador – União – e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo. Depois de aprovada a Lei Complementar, a regulamentação do Fundo é que definirá as regras do Conselho.





VIII – Agências Financeiras Oficiais de Fomento

- Aplicações em Operações de Crédito
 - Investimentos no Ativo Imobilizado
- 

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2009, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 117,3 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 8,6 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2009. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, habitação, serviços, industrial, rural, comércio e outros. Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do PLOA.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das Instituições Financeiras Federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2009, R\$ 3,3 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,5 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2009, as instituições BB e CEF são responsáveis por dispêndios correspondentes a 55% e 33%, respectivamente.



ANEXO

- Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais
- 



Empresas do Setor Produtivo



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.674.926	RECEITAS	27.586.159
INVESTIMENTOS	5.674.926	RECEITA OPERACIONAL	25.390.209
DISPÊNDIOS CORRENTES	27.921.528	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.195.950
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.476.411	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	3.395.945
MATERIAIS E PRODUTOS	425.112	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	3.263.945
SERVICOS DE TERCEIROS	8.436.530	DEMAIS REC. P/AUMENTO PL	132.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.406.868	TOTAL DAS FONTES	30.982.104
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.141.249	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.146.403
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	35.358	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.760.753
TOTAL DOS USOS	33.596.454	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	33.596.454

20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.500.575	RECEITAS	87.420.066
INVESTIMENTOS	17.086.055	RECEITA OPERACIONAL	77.442.343
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.414.520	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.977.723
OPERACOES INTERNAS	1.414.520	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	13.086.055
DISPÊNDIOS CORRENTES	75.929.209	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	13.086.055
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.870.787	OPERACOES DE CREDITO	16.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	561.300	OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.	16.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	17.000.000	TOTAL DAS FONTES	116.506.121
UTILIDADES E SERVICOS	3.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-16.143.404
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.859.791	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.932.933
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	10.637.331		
TOTAL DOS USOS	94.429.784	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	94.429.784

20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.556.386	RECEITAS	85.530.006
INVESTIMENTOS	11.556.386	RECEITA OPERACIONAL	75.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	84.421.315	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.530.006
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.123.507	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	6.050.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.074.450	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	6.050.000
SERVICOS DE TERCEIROS	20.548.961	TOTAL DAS FONTES	91.580.006
UTILIDADES E SERVICOS	7.755.070	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.943.770
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.267.327	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.546.075
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	11.652.000		
TOTAL DOS USOS	95.977.701	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	95.977.701

20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	48.386.235	RECEITAS	533.614.458
INVESTIMENTOS	46.796.281	RECEITA OPERACIONAL	533.614.458
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.589.954	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	27.700.000
OPERACOES EXTERNAS	1.589.954	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	27.700.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	472.915.524	TOTAL DAS FONTES	561.314.458
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.870.563	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-42.988.697
MATERIAIS E PRODUTOS	4.550.500	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	12.802.368

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	128.513.488	VARIAÇÃO DO DISPONIVEL	-9.826.370
UTILIDADES E SERVICOS	28.000.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	103.851.048		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	14.325.528		
OUTRAS FONTES	14.325.528		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	52.804.397		
TOTAL DOS USOS	521.301.759	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	521.301.759

20210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSIO DE CAPITAL	62.098.470	RECEITAS	85.214.440
INVESTIMENTOS	62.098.470	RECEITA OPERACIONAL	73.664.766
DISPENSIO CORRENTES	68.284.971	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.549.674
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.358.619	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	45.508.470
MATERIAIS E PRODUTOS	1.603.943	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	45.508.470
SERVICOS DE TERCEIROS	19.032.583	TOTAL DAS FONTES	130.722.910
UTILIDADES E SERVICOS	7.080.424	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.708.322
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.994.113	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.047.791
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.215.289		
TOTAL DOS USOS	130.383.441	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	130.383.441

20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSIO DE CAPITAL	9.350.000	RECEITAS	191.856.430
INVESTIMENTOS	7.700.000	RECEITA OPERACIONAL	170.000.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.650.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	21.856.430
OPERACOES EXTERNAS	1.650.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	3.500.000
DISPENSIO CORRENTES	155.212.354	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	3.500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.700.000	TOTAL DAS FONTES	195.356.430
MATERIAIS E PRODUTOS	1.700.349	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	4.005.008
SERVICOS DE TERCEIROS	28.963.834	VARIACAO DO DISPONIVEL	-34.799.084
UTILIDADES E SERVICOS	9.577.719		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.209.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.200.000		
OPERACOES EXTERNAS	1.200.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	24.861.452		
TOTAL DOS USOS	164.562.354	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	164.562.354

20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSIO DE CAPITAL	5.008.400	RECEITAS	49.353.910
INVESTIMENTOS	5.008.400	RECEITA OPERACIONAL	41.555.397
DISPENSIO CORRENTES	45.786.934	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.798.513
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.550.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	3.135.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.994.745	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	3.135.000
SERVICOS DE TERCEIROS	9.936.935	TOTAL DAS FONTES	52.488.910
UTILIDADES E SERVICOS	2.474.347	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.264.303
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.614.602	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.957.879
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.216.305		
TOTAL DOS USOS	50.795.334	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	50.795.334

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.046.125	RECEITAS	27.382.062
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	26.525.578
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	546.125	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	856.484
DISPÊNDIOS CORRENTES	24.136.155	TOTAL DAS FONTES	27.382.062
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	10.742.536	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	135.683
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	966.993	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-335.465
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	6.219.191		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	500.000		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	3.391.593		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	2.315.842		
TOTAL DOS USOS	27.182.280	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	27.182.280

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.300.000	RECEITAS	19.899.450
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.300.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	17.700.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	14.662.082	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.199.450
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	5.035.700	TOTAL DAS FONTES	19.899.450
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.489.785	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-3.232.703
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	2.565.317	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-704.665
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.708.741		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	2.164.176		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.698.363		
TOTAL DOS USOS	15.962.082	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	15.962.082

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.071.000	RECEITAS	116.810.627
<i>INVESTIMENTOS</i>	9.071.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	115.049.337
DISPÊNDIOS CORRENTES	107.734.439	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.761.290
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	33.976.306	TOTAL DAS FONTES	116.810.627
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	7.203.696	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	711.209
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	35.911.884	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-716.397
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	17.225.828		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	11.109.172		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	2.307.553		
TOTAL DOS USOS	116.805.439	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	116.805.439

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	263.872.527	RECEITAS	2.326.211.219
INVESTIMENTOS	263.872.527	RECEITA OPERACIONAL	2.033.686.099
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.010.828.694	RECEITA NAO OPERACIONAL	292.525.120
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.020.124.370	TOTAL DAS FONTES	2.326.211.219
MATERIAIS E PRODUTOS	12.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-66.024.080
SERVICOS DE TERCEIROS	266.422.550	VARIACAO DO DISPONIVEL	14.514.082
UTILIDADES E SERVICOS	17.141.460		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	410.803.275		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	26.426.503		
OUTRAS FONTES	26.426.503		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	257.910.536		
TOTAL DOS USOS	2.274.701.221	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.274.701.221

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	426.600.000	RECEITAS	854.600.985
INVESTIMENTOS	412.600.000	RECEITA OPERACIONAL	842.697.150
OUTROS DISP. DE CAPITAL	14.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.903.835
DISPÊNDIOS CORRENTES	762.889.074	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	300.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.288.526	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	300.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	365.272.751	TOTAL DAS FONTES	1.154.600.985
SERVICOS DE TERCEIROS	196.116.024	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	36.997.479
UTILIDADES E SERVICOS	19.572.696	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-180.052
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	46.269.767	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.929.338
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.153.188		
OUTRAS FONTES	3.153.188		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	23.216.122		
TOTAL DOS USOS	1.189.489.074	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.189.489.074

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.099.125	RECEITAS	20.882.638
OUTROS DISP. DE CAPITAL	10.099.125	RECEITA OPERACIONAL	11.320.395
DISPÊNDIOS CORRENTES	11.390.479	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.562.243
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	647.000	TOTAL DAS FONTES	20.882.638
SERVICOS DE TERCEIROS	323.001	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.042.759
UTILIDADES E SERVICOS	968	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-6.439.537
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.127.716	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.744
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.291.794		
TOTAL DOS USOS	21.489.604	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	21.489.604

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	71.366.072	RECEITAS	484.073.260
OUTROS DISP. DE CAPITAL	71.366.072	RECEITA OPERACIONAL	467.112.414
DISPÊNDIOS CORRENTES	415.517.181	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.960.846
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.314.770	TOTAL DAS FONTES	484.073.260
SERVICOS DE TERCEIROS	334.179.521	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.809.715

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	1.057.796	VARIAÇÃO DO DISPONIVEL	278
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	68.353.520		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.611.574		
TOTAL DOS USOS	486.883.253	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	486.883.253

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	23.410.000	RECEITAS	550.887.000
INVESTIMENTOS	21.000.000	RECEITA OPERACIONAL	500.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.410.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	50.887.000
DISPENDIOS CORRENTES	476.839.106	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	30.342.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.481.107	OPERACOES DE CREDITO	57.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	29.633.448	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	57.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	299.866.551	TOTAL DAS FONTES	638.229.000
UTILIDADES E SERVICOS	8.639.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-81.577.319
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	71.250.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-22.752.427
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	15.969.000	VARIAÇÃO DO DISPONIVEL	-33.650.148
OPERACOES INTERNAS	15.969.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.000.000		
TOTAL DOS USOS	500.249.106	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	500.249.106

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.847.390	RECEITAS	49.569.798
INVESTIMENTOS	2.800.000	RECEITA OPERACIONAL	48.248.901
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.047.390	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.320.897
DISPENDIOS CORRENTES	44.497.881	TOTAL DAS FONTES	49.569.798
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.773.656	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	2.527.994
MATERIAIS E PRODUTOS	225.694	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	84.811
SERVICOS DE TERCEIROS	8.432.608	VARIAÇÃO DO DISPONIVEL	-837.332
UTILIDADES E SERVICOS	2.092.090		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.723.311		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	321.595		
OPERACOES INTERNAS	321.595		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	10.928.927		
TOTAL DOS USOS	51.345.271	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	51.345.271

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.071.808.679	RECEITAS	3.007.970.624
INVESTIMENTOS	1.057.055	RECEITA OPERACIONAL	1.834.581
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.928.095.052	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.006.136.043
OUTRAS FONTES	2.928.095.052	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.006.678.142
OUTROS DISP. DE CAPITAL	142.656.572	TOTAL DAS FONTES	5.014.648.766
DISPENDIOS CORRENTES	2.782.237.771	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-8.976.011
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.722.947	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-183.837.354
MATERIAIS E PRODUTOS	305.500	VARIAÇÃO DO DISPONIVEL	1.032.211.049
SERVICOS DE TERCEIROS	307.134.516		
UTILIDADES E SERVICOS	635.500		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	122.763.405		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.203.497.171		
OUTRAS FONTES	2.203.497.171		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	136.178.732		
TOTAL DOS USOS	5.854.046.450	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.854.046.450

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	49.794.020	RECEITAS	130.796.124
<i>INVESTIMENTOS</i>	130.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	126.063.898
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	4.800.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	4.732.226
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	4.800.000	TOTAL DAS FONTES	130.796.124
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	44.864.020	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	8.061.120
DISPÊNDIOS CORRENTES	81.132.105	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-7.931.119
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.486.423		
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	50.219		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	28.498.460		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	725.969		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	29.408.896		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	17.962.138		
TOTAL DOS USOS	130.926.125	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	130.926.125

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	19.850.000	RECEITAS	157.904.225
INVESTIMENTOS	19.850.000	RECEITA OPERACIONAL	157.704.225
DISPÊNDIOS CORRENTES	152.995.765	RECEITA NAO OPERACIONAL	200.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.829.197	TOTAL DAS FONTES	157.904.225
MATERIAIS E PRODUTOS	2.352.223	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.310.525
SERVICOS DE TERCEIROS	34.294.186	VARIACAO DO DISPONIVEL	12.631.015
UTILIDADES E SERVICOS	4.816.865		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.192.268		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.333.750		
OUTRAS FONTES	1.333.750		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	15.177.276		
TOTAL DOS USOS	172.845.765	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	172.845.765

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.215.496.504	RECEITAS	1.773.019.503
INVESTIMENTOS	1.117.888.374	RECEITA OPERACIONAL	1.763.019.503
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	77.088.660	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.000.000
OUTRAS FONTES	77.088.660	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	5.217.565
OUTROS DISP. DE CAPITAL	20.519.470	OPERACOES DE CREDITO	1.076.036.625
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.396.836.358	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.076.036.625
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	248.562.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	221.917.400
MATERIAIS E PRODUTOS	399.020.866	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	221.917.400
SERVICOS DE TERCEIROS	287.194.339	TOTAL DAS FONTES	3.076.191.093
UTILIDADES E SERVICOS	10.106.042	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	77.269.313
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	169.107.566	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	40.190.492
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	227.167.769	VARIACAO DO DISPONIVEL	-581.318.036
OUTRAS FONTES	227.167.769		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	55.677.776		
TOTAL DOS USOS	2.612.332.862	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.612.332.862

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.752.646.444	RECEITAS	14.849.063.693
INVESTIMENTOS	131.059.046	RECEITA OPERACIONAL	7.909.432.985
INVERSOES FINANCEIRAS	793.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.939.630.708
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	738.396.063	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.178.235.417
OPERACOES EXTERNAS	113.641.874	OPERACOES DE CREDITO	2.184.000.000
OUTRAS FONTES	624.754.189	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	2.184.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.090.191.335	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.509.139.302
DISPÊNDIOS CORRENTES	10.070.362.651	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.509.139.302
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	274.863.000	TOTAL DAS FONTES	21.720.438.412
MATERIAIS E PRODUTOS	7.911.964.979	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	380.584.685
SERVICOS DE TERCEIROS	276.700.873	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	322.604.504
UTILIDADES E SERVICOS	11.429.900	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.600.618.506
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	739.820.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	525.981.999		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OPERACOES EXTERNAS	126.838.794		
OUTRAS FONTES	399.143.205		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	329.601.900		
TOTAL DOS USOS	15.823.009.095	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	15.823.009.095

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.331.692.770	RECEITAS	5.206.851.153
INVESTIMENTOS	600.000.000	RECEITA OPERACIONAL	5.023.616.251
INVERSOES FINANCEIRAS	262.300.770	RECEITA NAO OPERACIONAL	183.234.902
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	469.392.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	5.055.659
OPERACOES INTERNAS	101.472.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	395.675.388
OPERACOES EXTERNAS	1.894.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	386.750.388
OUTRAS FONTES	366.026.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	8.925.000
DISPENDIOS CORRENTES	4.924.462.088	TOTAL DAS FONTES	5.607.582.200
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.651.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	30.897.304
MATERIAIS E PRODUTOS	2.064.954.816	VARIACAO DO DISPONIVEL	617.675.354
SERVICOS DE TERCEIROS	220.290.034		
UTILIDADES E SERVICOS	12.161.631		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	477.074.569		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.150.834.000		
OPERACOES INTERNAS	67.402.000		
OPERACOES EXTERNAS	396.000		
OUTRAS FONTES	1.083.036.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	398.496.038		
TOTAL DOS USOS	6.256.154.858	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.256.154.858

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	678.326.174	RECEITAS	914.624.114
INVESTIMENTOS	526.320.301	RECEITA OPERACIONAL	797.870.343
INVERSOES FINANCEIRAS	50.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	116.753.771
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	44.731.515	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	174.948
OPERACOES INTERNAS	15.141.968	OPERACOES DE CREDITO	182.915.000
OUTRAS FONTES	29.589.547	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	182.915.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	57.274.358	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	100.771.700
DISPENDIOS CORRENTES	678.159.677	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	100.771.700
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	215.522.065	TOTAL DAS FONTES	1.198.485.762
MATERIAIS E PRODUTOS	14.811.839	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	121.295.052
SERVICOS DE TERCEIROS	77.324.687	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	54.908.482
UTILIDADES E SERVICOS	5.274.486	VARIACAO DO DISPONIVEL	-18.203.445
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	185.274.272		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	88.117.788		
OPERACOES INTERNAS	23.161.235		
OUTRAS FONTES	64.956.553		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	91.834.540		
TOTAL DOS USOS	1.356.485.851	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.356.485.851

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.315.145.561	RECEITAS	5.322.471.181
INVESTIMENTOS	1.000.198.523	RECEITA OPERACIONAL	5.208.893.500

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

INVERSOES FINANCEIRAS	314.725.500	RECEITA NAO OPERACIONAL	113.577.681
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	709.458.017	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	37.400.336
OPERACOES EXTERNAS	55.194.451	OPERACOES DE CREDITO	338.764.601
OUTRAS FONTES	654.263.566	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	338.764.601
OUTROS DISP. DE CAPITAL	290.763.521	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	93.248.912
DISPENDIOS CORRENTES	3.463.236.665	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	64.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	463.322.668	DEMAIS RECURSOS DE LP	29.248.912
MATERIAIS E PRODUTOS	1.152.070.588	TOTAL DAS FONTES	5.791.885.030
SERVICOS DE TERCEIROS	271.591.488	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-203.009.237
UTILIDADES E SERVICOS	15.911.534	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	19.050.549
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	683.303.538	VARIACAO DO DISPONIVEL	170.455.884
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	479.784.764		
OPERACOES INTERNAS	44.569.908		
OPERACOES EXTERNAS	2.587.404		
OUTRAS FONTES	432.627.452		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	397.252.085		
TOTAL DOS USOS	5.778.382.226	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.778.382.226

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.649.172.377	RECEITAS	7.112.837.758
INVESTIMENTOS	1.600.052.009	RECEITA OPERACIONAL	6.449.531.510
INVERSOES FINANCEIRAS	537.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	663.306.248
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	433.098.859	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	128.214.002
OPERACOES INTERNAS	212.619.521	OPERACOES DE CREDITO	770.000.000
OUTRAS FONTES	220.479.338	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	670.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	78.521.509	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	100.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	5.923.650.853	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	656.494.039
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	721.480.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	594.121.574
MATERIAIS E PRODUTOS	2.883.226.773	DEMAIS RECURSOS DE LP	62.372.465
SERVICOS DE TERCEIROS	413.488.147	TOTAL DAS FONTES	8.667.545.799
UTILIDADES E SERVICOS	26.887.053	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-25.717.954
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	980.652.929	VARIACAO DO DISPONIVEL	-69.004.615
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	311.528.724		
OPERACOES INTERNAS	226.919.295		
OUTRAS FONTES	84.609.429		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	586.387.227		
TOTAL DOS USOS	8.572.823.230	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.572.823.230

32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	88.929.562.971	RECEITAS	248.162.849.522
INVESTIMENTOS	44.035.289.031	RECEITA OPERACIONAL	240.913.107.603
INVERSOES FINANCEIRAS	6.654.742.072	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.249.741.919
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.751.863.221	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	5.512.920.378
OPERACOES INTERNAS	1.508.544.721	OPERACOES DE CREDITO	500.000.000
OPERACOES EXTERNAS	243.318.500	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	500.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	36.487.668.647	TOTAL DAS FONTES	254.175.769.900
DISPENDIOS CORRENTES	195.255.966.554	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	2.270.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.747.080.930	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	25.965.935.335
MATERIAIS E PRODUTOS	55.504.556.118	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.684.429.806

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	25.138.926.660	VARIACAO DO DISPONIVEL	5.458.254.096
UTILIDADES E SERVICOS	416.132.665		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	63.597.276.553		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.359.959.654		
OPERACOES INTERNAS	763.281.449		
OPERACOES EXTERNAS	70.682.353		
DEBENTURES	307.865.372		
OUTRAS FONTES	218.130.480		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	41.492.033.974		
TOTAL DOS USOS	284.185.529.525	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	284.185.529.525

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	32.832.512.269	RECEITAS	2.109.020.018
INVESTIMENTOS	48.264.702	RECEITA OPERACIONAL	127.651.600
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	615.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.981.368.418
OUTRAS FONTES	615.000.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	21.496.113.061
OUTROS DISP. DE CAPITAL	32.169.247.567	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	9.918.102.424
DISPENDIOS CORRENTES	1.953.539.389	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	9.918.102.424
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.815.600.000	TOTAL DAS FONTES	33.523.235.503
OUTRAS FONTES	1.815.600.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	92.185.239
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	137.939.389	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.180.333.752
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.702.836
TOTAL DOS USOS	34.786.051.658	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	34.786.051.658

32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	6.839.020	RECEITAS	4.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.160	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.800
MATERIAIS E PRODUTOS	5.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.840.000
SERVICOS DE TERCEIROS	357.630	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.840.000
UTILIDADES E SERVICOS	40.080	TOTAL DAS FONTES	6.844.800
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	19.750	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.780
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.360.000		
TOTAL DOS USOS	6.839.020	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.839.020

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.081.560.961	RECEITAS	68.271.286.510
INVESTIMENTOS	507.649.476	RECEITA OPERACIONAL	67.873.210.631
INVERSOES FINANCEIRAS	91.311.313	RECEITA NAO OPERACIONAL	398.075.879
OUTROS DISP. DE CAPITAL	482.600.172	TOTAL DAS FONTES	68.271.286.510
DISPENDIOS CORRENTES	65.746.251.259	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-862.451.130
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	669.354.454	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	142.042.963
MATERIAIS E PRODUTOS	51.867.604.436	VARIACAO DO DISPONIVEL	-723.066.123
SERVICOS DE TERCEIROS	1.095.676.464		
UTILIDADES E SERVICOS	63.936.105		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.693.340.956		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	46.809.484		
OUTRAS FONTES	46.809.484		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	309.529.360		
TOTAL DOS USOS	66.827.812.220	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	66.827.812.220

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.965.141.258	RECEITAS	9.741.579
INVERSOES FINANCEIRAS	2.958.301.258	RECEITA OPERACIONAL	3.621.579
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.840.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.120.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	12.027.328	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	2.970.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.590.786	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	2.970.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	26.400	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.420.250
SERVICOS DE TERCEIROS	6.529.488	TOTAL DAS FONTES	2.986.161.829
UTILIDADES E SERVICOS	12.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.118.928
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.458.654	VARIACAO DO DISPONIVEL	-10.112.171
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	410.000		
TOTAL DOS USOS	2.977.168.586	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.977.168.586

32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	299.697.661	RECEITAS	128.210.173
INVESTIMENTOS	54.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	128.210.173
INVERSOES FINANCEIRAS	223.428.178	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	237.200.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	76.215.483	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	237.200.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	34.701.587	TOTAL DAS FONTES	365.410.173
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.648.812	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-11.096.785
MATERIAIS E PRODUTOS	100.800	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.217.544
SERVICOS DE TERCEIROS	6.678.060	VARIACAO DO DISPONIVEL	-23.131.684
UTILIDADES E SERVICOS	293.550		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.187.946		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.144.988		
OUTRAS FONTES	2.144.988		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.647.431		
TOTAL DOS USOS	334.399.248	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	334.399.248

32264 LIGHT PARTICIPAÇÕES S.A. - LIGHTPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.000	RECEITAS	15.072.930
INVESTIMENTOS	15.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.072.930
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.078.595	TOTAL DAS FONTES	15.072.930
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.583.399	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	55.812
MATERIAIS E PRODUTOS	42.625	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.035.147
SERVICOS DE TERCEIROS	928.619		
UTILIDADES E SERVICOS	66.918		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	325.037		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	131.997		
TOTAL DOS USOS	3.093.595	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.093.595

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	143.090.190	RECEITAS	427.527.401
INVESTIMENTOS	131.931.974	RECEITA OPERACIONAL	344.140.373
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	11.158.216	RECEITA NAO OPERACIONAL	83.387.028
OUTRAS FONTES	11.158.216	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	20.174.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	301.923.498	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	20.174.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.954.483	TOTAL DAS FONTES	447.701.401
MATERIAIS E PRODUTOS	171.323.247	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	23.537.904
SERVICOS DE TERCEIROS	21.594.033	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.657
UTILIDADES E SERVICOS	358.138	VARIACAO DO DISPONIVEL	-26.217.960
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	79.370.192		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	9.656.485		
OUTRAS FONTES	9.656.485		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.666.920		
TOTAL DOS USOS	445.013.688	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	445.013.688

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	264.398.391	RECEITAS	1.057.483.498
INVESTIMENTOS	227.156.070	RECEITA OPERACIONAL	906.320.467
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	37.242.321	RECEITA NAO OPERACIONAL	151.163.031
OPERACOES INTERNAS	3.245.483	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	26.559.400
OPERACOES EXTERNAS	101.178	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	26.559.400
OUTRAS FONTES	33.895.660	TOTAL DAS FONTES	1.084.042.898
DISPENDIOS CORRENTES	840.691.990	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	30.256.831
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.745.165	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-59.125
MATERIAIS E PRODUTOS	338.634.002	VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.150.223
SERVICOS DE TERCEIROS	80.218.888		
UTILIDADES E SERVICOS	3.174.094		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	271.683.344		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	47.199.593		
OPERACOES INTERNAS	467.765		
OPERACOES EXTERNAS	82.956		
OUTRAS FONTES	46.648.872		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	20.036.904		
TOTAL DOS USOS	1.105.090.381	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.105.090.381

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	492.042.367	RECEITAS	1.153.057.180
INVESTIMENTOS	339.196.388	RECEITA OPERACIONAL	943.641.323
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	152.845.979	RECEITA NAO OPERACIONAL	209.415.857
OPERACOES INTERNAS	989.975	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	49.726.300
OPERACOES EXTERNAS	810.437	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	49.726.300
OUTRAS FONTES	151.045.567	TOTAL DAS FONTES	1.202.783.480
DISPENDIOS CORRENTES	787.077.328	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	54.023.390
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.993.229	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.944.531
MATERIAIS E PRODUTOS	304.346.239	VARIACAO DO DISPONIVEL	20.368.294
SERVICOS DE TERCEIROS	55.248.412		
UTILIDADES E SERVICOS	6.290.151		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	278.221.295		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	19.445.313		
OPERACOES INTERNAS	424.559		
OPERACOES EXTERNAS	814.988		
OUTRAS FONTES	18.205.766		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	38.532.689		
TOTAL DOS USOS	1.279.119.695	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.279.119.695

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	312.256.293	RECEITAS	1.369.320.258
<i>INVESTIMENTOS</i>	249.847.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.176.387.563
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	59.909.293	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	192.932.695
<i>OUTRAS FONTES</i>	59.909.293	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	23.639.600
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	2.500.000	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	23.639.600
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.108.814.785	TOTAL DAS FONTES	1.392.959.858
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	66.998.502	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	31.878.260
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	624.389.721	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-3.767.040
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	73.204.731		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	5.321.968		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	268.897.885		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	42.178.747		
<i>OUTRAS FONTES</i>	42.178.747		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	27.823.231		
TOTAL DOS USOS	1.421.071.078	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.421.071.078

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	556.224.542	RECEITAS	960.255.150
<i>INVESTIMENTOS</i>	261.161.876	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	939.266.000
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	150.884.966	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	20.989.150
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	76.455.467	TOTAL DAS FONTES	960.255.150
<i>OUTRAS FONTES</i>	74.429.499	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	195.030.682
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	144.177.700	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	2.450.993
DISPÊNDIOS CORRENTES	607.251.595	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	5.739.312
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	56.882.285		
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	13.631.706		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	90.622.906		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	20.379.831		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	291.172.646		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	107.742.218		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	34.943.386		
<i>OUTRAS FONTES</i>	72.798.832		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	26.820.003		
TOTAL DOS USOS	1.163.476.137	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.163.476.137

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	29.650.473	RECEITAS	201.108.566
<i>INVESTIMENTOS</i>	22.431.423	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	189.933.723
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	7.219.050	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	11.174.843
<i>OUTRAS FONTES</i>	7.219.050	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	32.300.770
DISPÊNDIOS CORRENTES	166.143.906	<i>PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS</i>	32.300.770
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	35.462.820	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	530.418
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	77.236.094	TOTAL DAS FONTES	233.939.754
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	17.883.175	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-36.562.086
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.848.684	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	18.944
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	21.325.472	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-1.602.233
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	5.252.161		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

OUTRAS FONTES	5.252.161		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.135.500		
TOTAL DOS USOS	195.794.379	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	195.794.379

32273 MANAUS ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	799.380.480	RECEITAS	3.309.924.000
INVESTIMENTOS	683.816.507	RECEITA OPERACIONAL	3.125.394.484
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	115.563.973	RECEITA NAO OPERACIONAL	184.529.516
OUTRAS FONTES	115.563.973	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	595.338.664
DISPENDIOS CORRENTES	3.503.961.359	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	595.338.664
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	153.583.360	TOTAL DAS FONTES	3.905.262.664
MATERIAIS E PRODUTOS	2.630.287.132	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	376.210.594
SERVICOS DE TERCEIROS	148.547.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	21.868.581
UTILIDADES E SERVICOS	5.911.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	414.195.372		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	31.131.695		
OUTRAS FONTES	31.131.695		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	120.305.800		
TOTAL DOS USOS	4.303.341.839	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.303.341.839

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	898.826.346	RECEITAS	4.541.296.981
INVESTIMENTOS	807.666.157	RECEITA OPERACIONAL	4.480.410.734
OUTROS DISP. DE CAPITAL	91.160.189	RECEITA NAO OPERACIONAL	60.886.247
DISPENDIOS CORRENTES	4.093.593.102	OPERACOES DE CREDITO	372.111.419
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	893.270.607	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	372.111.419
MATERIAIS E PRODUTOS	218.518.443	TOTAL DAS FONTES	4.913.408.400
SERVICOS DE TERCEIROS	1.421.107.007	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-33.915.569
UTILIDADES E SERVICOS	229.157.308	VARIACAO DO DISPONIVEL	112.926.617
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	686.344.790		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	58.572		
OPERACOES INTERNAS	58.572		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	645.136.375		
TOTAL DOS USOS	4.992.419.448	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.992.419.448

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	9.594.195	RECEITAS	251.795.385
INVESTIMENTOS	9.594.195	RECEITA OPERACIONAL	251.795.385
DISPENDIOS CORRENTES	188.232.787	TOTAL DAS FONTES	251.795.385
MATERIAIS E PRODUTOS	15.602.534	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	289.294
SERVICOS DE TERCEIROS	43.472.023	VARIACAO DO DISPONIVEL	-54.257.697
UTILIDADES E SERVICOS	678.472		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	128.479.758		
TOTAL DOS USOS	197.826.982	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	197.826.982

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	593.854.432	RECEITAS	329.588.450
INVESTIMENTOS	593.854.432	RECEITA OPERACIONAL	328.566.988

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	429.434.484	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.021.462
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	59.733.987	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	293.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	280.813.918	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	293.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	49.400.056	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	311.720.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.629.246	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	311.720.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	21.816.892	TOTAL DAS FONTES	934.308.450
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	16.040.385	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	178.278.603
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-89.298.137
TOTAL DOS USOS	1.023.288.916	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.023.288.916

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.712.250.000	RECEITAS	73.848.630.226
INVESTIMENTOS	2.250.000	RECEITA OPERACIONAL	73.664.191.741
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.710.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	184.438.485
OUTRAS FONTES	4.710.000.000	OPERACOES DE CREDITO	5.370.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	77.099.506.792	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	5.370.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	73.467.982.888	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	16.273.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	810.689.073	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	16.273.000.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.314.831	TOTAL DAS FONTES	95.491.630.226
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.819.520.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-16.319.110.870
OUTRAS FONTES	2.819.520.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.637.645.079
		VARIACAO DO DISPONIVEL	1.592.357
TOTAL DOS USOS	81.811.756.792	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	81.811.756.792

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	22.865.224	RECEITAS	23.099.224
OUTROS DISP. DE CAPITAL	22.865.224	RECEITA NAO OPERACIONAL	23.099.224
DISPÊNDIOS CORRENTES	659.452	TOTAL DAS FONTES	23.099.224
SERVICOS DE TERCEIROS	33.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	313.052
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	50.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	162.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	576.452	VARIACAO DO DISPONIVEL	-49.600
TOTAL DOS USOS	23.524.676	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	23.524.676

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	811.935.217	RECEITAS	12.786.555.277
INVESTIMENTOS	627.400.611	RECEITA OPERACIONAL	12.550.555.273
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	151.870.086	RECEITA NAO OPERACIONAL	236.000.004
OPERACOES INTERNAS	106.031.364	OPERACOES DE CREDITO	384.999.996
OUTRAS FONTES	45.838.722	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	384.999.996
OUTROS DISP. DE CAPITAL	32.664.520	TOTAL DAS FONTES	13.171.555.273
DISPÊNDIOS CORRENTES	12.138.784.712	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-350.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.239.462	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	58.211.208
MATERIAIS E PRODUTOS	8.314.912.240	VARIACAO DO DISPONIVEL	70.953.448
SERVICOS DE TERCEIROS	267.108.184		
UTILIDADES E SERVICOS	4.212.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.121.803.212		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	257.668.449		
OPERACOES INTERNAS	75.997.862		
OUTRAS FONTES	181.670.587		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

DEMAIS DISPEND. CORRENTES	27.841.165		
TOTAL DOS USOS	12.950.719.929	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.950.719.929

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	19.077.004.244	RECEITAS	3.480.519.960
INVESTIMENTOS	5.628.799.128	RECEITA OPERACIONAL	3.474.966.312
INVERSOES FINANCEIRAS	229.052.753	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.553.648
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	13.215.411.875	OPERACOES DE CREDITO	1.780.000.000
OPERACOES INTERNAS	67.370.328	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.780.000.000
OPERACOES EXTERNAS	78.100.258	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	17.642.950.845
OUTRAS FONTES	13.069.941.289	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	17.642.950.845
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.740.488	TOTAL DAS FONTES	22.903.470.805
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.032.579.294	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.261.242.134
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	100.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-416.110.675
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	374.645.707	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.116.534.458
OPERACOES INTERNAS	28.734.079		
OPERACOES EXTERNAS	89.779.040		
OUTRAS FONTES	256.132.588		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	657.833.587		
TOTAL DOS USOS	20.109.583.538	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.109.583.538

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	60.441	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	60.441
SERVICOS DE TERCEIROS	26.928	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	60.441
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	33.513	TOTAL DAS FONTES	60.441
TOTAL DOS USOS	60.441	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	60.441

32286 BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	142.081.656	RECEITAS	179.499.814
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	142.081.656	RECEITA OPERACIONAL	179.493.982
OUTRAS FONTES	142.081.656	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.832
DISPÊNDIOS CORRENTES	39.668.880	TOTAL DAS FONTES	179.499.814
SERVICOS DE TERCEIROS	948.334	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.767.173
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	304.580	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.017.895
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	37.214.275		
OPERACOES EXTERNAS	8.231		
OUTRAS FONTES	37.206.044		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.201.691		
TOTAL DOS USOS	181.750.536	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	181.750.536

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	16.842.599.859	RECEITAS	30.510.920.704
INVESTIMENTOS	6.718.286.496	RECEITA OPERACIONAL	30.435.031.390
INVERSOES FINANCEIRAS	1.219.668.333	RECEITA NAO OPERACIONAL	75.889.314
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	8.426.171.772	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	14.526.296.722
OUTRAS FONTES	8.426.171.772	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	14.526.296.722
OUTROS DISP. DE CAPITAL	478.473.258	TOTAL DAS FONTES	45.037.217.426
DISPÊNDIOS CORRENTES	30.611.428.405	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.805.384.373

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	841.611.091	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.231.540.150
MATERIAIS E PRODUTOS	22.350.892.902	VARIACAO DO DISPONIVEL	-620.113.685
SERVICOS DE TERCEIROS	288.831.894		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.375.930.358		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.703.450.270		
OPERACOES INTERNAS	367.585.168		
OUTRAS FONTES	1.335.865.102		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.050.711.890		
TOTAL DOS USOS	47.454.028.264	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	47.454.028.264

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	635.001.739	RECEITAS	693.941.802
MATERIAIS E PRODUTOS	549.654.062	RECEITA OPERACIONAL	688.105.794
SERVICOS DE TERCEIROS	300.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.836.008
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	83.746.277	TOTAL DAS FONTES	693.941.802
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.301.400	VARIACAO DO DISPONIVEL	-58.940.063
TOTAL DOS USOS	635.001.739	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	635.001.739

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	196.794	RECEITAS	40.344
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	40.344
SERVICOS DE TERCEIROS	149.762	TOTAL DAS FONTES	40.344
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	18.232	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	162.496
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.142
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.904
TOTAL DOS USOS	196.794	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	196.794

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.949.797.733	RECEITAS	1.704.659.596
INVESTIMENTOS	2.949.797.733	RECEITA OPERACIONAL	1.704.263.596
DISPENDIOS CORRENTES	1.180.482.389	RECEITA NAO OPERACIONAL	396.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.992.744	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	2.869.865.466
MATERIAIS E PRODUTOS	69.168	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	2.869.865.466
SERVICOS DE TERCEIROS	695.820.895	TOTAL DAS FONTES	4.574.525.062
UTILIDADES E SERVICOS	65.640	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-119.244.940
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	476.426.780	VARIACAO DO DISPONIVEL	-325.000.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.107.162		
TOTAL DOS USOS	4.130.280.122	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.130.280.122

32312 PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	44.597.324	RECEITAS	726.362.579
INVESTIMENTOS	9.300.725	RECEITA OPERACIONAL	725.854.441
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.223.987	RECEITA NAO OPERACIONAL	508.138
OPERACOES INTERNAS	4.223.987	OPERACOES DE CREDITO	13.991.876
OUTROS DISP. DE CAPITAL	31.072.612	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	13.991.876
DISPENDIOS CORRENTES	826.177.126	TOTAL DAS FONTES	740.354.455
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.284.798	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	23.860.375
MATERIAIS E PRODUTOS	581.440.037	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	108.700.059

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	29.328.953	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	220.902
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	157.549.331	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.361.341
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	7.957.564		
OPERACOES INTERNAS	7.957.564		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	11.616.443		
TOTAL DOS USOS	870.774.450	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	870.774.450

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	193.022.626	RECEITAS	3.084.740.937
INVESTIMENTOS	91.642.827	RECEITA OPERACIONAL	3.075.608.953
OUTROS DISP. DE CAPITAL	101.379.799	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.131.984
DISPENDIOS CORRENTES	2.904.782.148	TOTAL DAS FONTES	3.084.740.937
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.806.341	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	22.756.557
MATERIAIS E PRODUTOS	2.386.943.622	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.228.549
SERVICOS DE TERCEIROS	180.785.208	VARIACAO DO DISPONIVEL	-11.921.269
UTILIDADES E SERVICOS	20.214.450		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	68.416.970		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.841.747		
OPERACOES INTERNAS	2.841.747		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	49.773.810		
TOTAL DOS USOS	3.097.804.774	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.097.804.774

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.827.500	RECEITAS	232.208.496
INVESTIMENTOS	3.827.500	RECEITA OPERACIONAL	222.129.372
DISPENDIOS CORRENTES	115.344.699	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.079.124
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.452.583	TOTAL DAS FONTES	232.208.496
MATERIAIS E PRODUTOS	3.898.584	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	53.758.935
SERVICOS DE TERCEIROS	17.522.568	VARIACAO DO DISPONIVEL	-166.795.232
UTILIDADES E SERVICOS	571.440		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	71.134.272		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	11.357.052		
OPERACOES EXTERNAS	11.357.052		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.408.200		
TOTAL DOS USOS	119.172.199	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	119.172.199

32318 TERMÓRIO S.A.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.120.000	RECEITAS	644.846.322
INVESTIMENTOS	11.120.000	RECEITA OPERACIONAL	615.264.660
DISPENDIOS CORRENTES	192.313.147	RECEITA NAO OPERACIONAL	29.581.662
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.356.055	TOTAL DAS FONTES	644.846.322
MATERIAIS E PRODUTOS	7.612.668	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-302.898.434
SERVICOS DE TERCEIROS	20.842.676	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	17.734.356
UTILIDADES E SERVICOS	290.940	VARIACAO DO DISPONIVEL	-156.249.097
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	131.976.168		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	17.734.356		
OUTRAS FONTES	17.734.356		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.500.284		
TOTAL DOS USOS	203.433.147	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	203.433.147

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32319 FAFEN ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.496.000	RECEITAS	119.679.789
<i>INVESTIMENTOS</i>	11.496.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	115.186.989
DISPÊNDIOS CORRENTES	137.491.428	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	4.492.800
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.734.660	TOTAL DAS FONTES	119.679.789
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	86.562.494	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	47.031.733
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	31.110.624	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-17.724.094
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	437.520		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	13.084.714		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.561.416		
TOTAL DOS USOS	148.987.428	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	148.987.428

32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.160.000	RECEITAS	76.646.600
<i>INVESTIMENTOS</i>	10.160.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	67.800.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	36.017.930	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	8.846.600
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	5.780.494	TOTAL DAS FONTES	76.646.600
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	940.008	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	17.798.359
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	5.084.440	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-48.267.029
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	381.996		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	23.081.496		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	749.496		
TOTAL DOS USOS	46.177.930	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	46.177.930

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	460.371.120	RECEITAS	361.349.159
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	299.534.397	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	361.349.159
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	16.538.592	TOTAL DAS FONTES	361.349.159
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	98.475.171	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	134.117.757
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	45.822.960	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-35.095.796
TOTAL DOS USOS	460.371.120	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	460.371.120

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.895.000	RECEITAS	278.229.984
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.895.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	246.583.140
DISPÊNDIOS CORRENTES	91.296.464	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	31.646.844
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	9.761.804	TOTAL DAS FONTES	278.229.984
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.600.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-286.305.901
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	17.006.720	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	101.267.381
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	612.000		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	56.889.940		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	2.426.000		
TOTAL DOS USOS	93.191.464	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	93.191.464

32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.269.352.354	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	4.306.200.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	4.269.352.354	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	2.583.720.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	36.375.532	<i>DEMAIS REC. P/AUMENTO PL</i>	<i>1.722.480.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>17.190.532</i>	TOTAL DAS FONTES	4.306.200.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>1.280.000</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-507.300</i>
<i>SERVÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>12.200.000</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>31.200</i>
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>5.705.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>3.986</i>
TOTAL DOS USOS	4.305.727.886	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	4.305.727.886

32332 TERMOBAHIA S.A.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	36.926.751	RECEITAS	34.934.812
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>857.652</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>34.934.812</i>
<i>SERVÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>2.225.016</i>	TOTAL DAS FONTES	34.934.812
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>6.521.619</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>2.019.210</i>
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>27.022.464</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-248.393</i>
<i>DEBENTURES</i>	<i>13.408.452</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>221.122</i>
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>13.614.012</i>		
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>300.000</i>		
TOTAL DOS USOS	36.926.751	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	36.926.751

32333 IPIRANGA ASFALTOS S.A.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.100.000	RECEITAS	303.525.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>1.100.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>301.125.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	301.880.415	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>2.400.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>7.493.626</i>	TOTAL DAS FONTES	303.525.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>166.142.052</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-3.267.087</i>
<i>SERVÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>17.694.499</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>3.608.940</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>1.470.637</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-886.438</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>98.861.710</i>		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>4.387.000</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>4.387.000</i>		
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>5.830.891</i>		
TOTAL DOS USOS	302.980.415	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	302.980.415

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	230.956.000	RECEITAS	445.440.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>130.600.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>445.440.000</i>
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	<i>100.356.000</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LÍQUIDO	312.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	528.484.000	<i>PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS</i>	<i>312.000.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>38.448.000</i>	TOTAL DAS FONTES	757.440.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>307.860.000</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>272.000</i>
<i>SERVÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>99.396.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>1.728.000</i>
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>540.000</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>76.776.000</i>		
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>5.464.000</i>		
TOTAL DOS USOS	759.440.000	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	759.440.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	60.000.000	RECEITAS	719.339.131
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>60.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>676.400.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	659.379.988	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>42.939.131</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>281.628.083</i>	TOTAL DAS FONTES	719.339.131
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>3.472.907</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-30.564.763</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>116.685.663</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-12.975.176</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>16.083.023</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>43.580.796</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>101.265.334</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>140.244.978</i>		
TOTAL DOS USOS	719.379.988	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	719.379.988

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE**36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	144.165.734	RECEITAS	18.634.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>144.165.734</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>4.000.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	35.743.489	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>14.634.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>15.266.413</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	103.450.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>4.655.104</i>	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	<i>103.450.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>10.480.723</i>	TOTAL DAS FONTES	122.084.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>785.400</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>7.886.457</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>3.702.489</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>49.938.766</i>
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>100.000</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>100.000</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>753.360</i>		
TOTAL DOS USOS	179.909.223	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	179.909.223

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	40.000	RECEITAS	3.036.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>40.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>3.036.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.785.288	TOTAL DAS FONTES	3.036.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.000.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>2.512.809</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>300.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-723.521</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>1.475.538</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>180.858</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>96.953</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>731.939</i>		
TOTAL DOS USOS	4.825.288	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.825.288

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.310.000.000	RECEITAS	12.675.000.000
INVESTIMENTOS	770.000.000	RECEITA OPERACIONAL	12.125.000.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	40.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	550.000.000
OPERACOES INTERNAS	5.000.000	OPERACOES DE CREDITO	170.000.000
OPERACOES EXTERNAS	35.000.000	OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.	170.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	500.000.000	TOTAL DAS FONTES	12.845.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	11.642.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	523.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.015.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-416.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	270.000.000		
SERVICOS DE TERCEIROS	4.643.000.000		
UTILIDADES E SERVICOS	300.000.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	892.000.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	65.000.000		
OPERACOES INTERNAS	5.000.000		
OPERACOES EXTERNAS	10.000.000		
OUTRAS FONTES	50.000.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	457.000.000		
TOTAL DOS USOS	12.952.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.952.000.000

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	51.699.849	RECEITAS	11.904.411
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.686.727	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.904.411
MATERIAIS E PRODUTOS	76.584	TOTAL DAS FONTES	11.904.411
SERVICOS DE TERCEIROS	4.577.879	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	20.715.299
UTILIDADES E SERVICOS	120.960	VARIACAO DO DISPONIVEL	19.080.139
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.878		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	42.216.821		
TOTAL DOS USOS	51.699.849	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	51.699.849

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**44202 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.034.145	RECEITAS	2.035.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.460.771</i>	<i>SUBSIDIO DO TESOURO</i>	<i>600.000</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>30.600</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>1.435.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>396.974</i>	TOTAL DAS FONTES	2.035.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>18.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>77.756</i>
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>127.800</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-78.611</i>
TOTAL DOS USOS	2.034.145	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.034.145

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA**52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.181.090.002	RECEITAS	2.814.910.227
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>1.181.090.002</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>2.685.075.878</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.352.179.248	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>129.834.349</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>954.431.714</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	475.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>55.300.000</i>	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	<i>475.000.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>947.041.623</i>	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	328.042.205
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>249.000.000</i>	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	<i>328.042.205</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>117.915.919</i>	TOTAL DAS FONTES	3.617.952.432
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>28.489.992</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>48.717.651</i>
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-133.400.833</i>
TOTAL DOS USOS	3.533.269.250	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.533.269.250

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.200.000	RECEITAS	223.819.359
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>8.200.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>210.567.759</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	203.475.969	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>13.251.600</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>98.000.080</i>	TOTAL DAS FONTES	223.819.359
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>19.837.482</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-9.880.398</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>42.803.896</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-24.600</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.906.710</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-2.238.392</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>37.597.801</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>3.330.000</i>		
TOTAL DOS USOS	211.675.969	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	211.675.969



Empresas do Setor Financeiro



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	285.232.000	RECEITA	403.395.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	13.200.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	396.895.000
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	50.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	6.500.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	222.032.000	DEMAIS OBRIGACOES	990.882.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	32.000	<i>FND</i>	120.000.000
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	222.000.000	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	150.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	295.362.000	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	720.882.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	122.667.000	TOTAL DAS FONTES	1.394.277.000
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	86.000	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	67.200.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	26.195.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-55.798.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.231.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	27.314.000		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	107.026.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	26.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	107.000.000		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	9.843.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	580.594.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	825.085.000		
TOTAL DOS USOS	1.405.679.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.405.679.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	154.731.189	RECEITA	1.447.252.506
INVESTIMENTOS	36.758.222	RECEITA OPERACIONAL	1.441.196.890
AMORTIZACOES PRINCIPAL	68.797.160	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.055.616
OPERACOES INTERNAS	68.797.160	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.485.607.658
OUTROS DISP. DE CAPITAL	49.175.807	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	559.582.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.105.808.197	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	559.582.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	232.883.156	DEMAIS OBRIGACOES	919.704.208
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	958.857	DEPOSITOS A VISTA	744.153.331
SERVICOS DE TERCEIROS	163.586.782	DEPOSITOS A PRAZO	175.550.877
UTILIDADES E SERVICOS	41.682.308	TOTAL DAS FONTES	4.412.146.372
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	188.907.190	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-584.592.045
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	193.028.177	VARIACAO DO DISPONIVEL	-13.654.605
OPERACOES INTERNAS	46.053.165		
OPERACOES EXTERNAS	5.438.888		
DEPOSITOS	141.536.124		
DEMAIS DISP. CORRENTES	284.761.727		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.260.539.386		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.553.360.336		
TOTAL DOS USOS	3.813.899.722	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.813.899.722

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	423.126.821	RECEITA	3.696.993.953
INVESTIMENTOS	84.582.481	RECEITA OPERACIONAL	3.692.459.953
INVERSOES FINANCEIRAS	150.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.534.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	247.444.007	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	4.456.823.298
OPERACOES INTERNAS	188.412.325	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.725.809.000
OPERACOES EXTERNAS	58.850.682	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	717.500.000
OPERACOES RES. 63	181.000	OPER.CRED. EXTERNAS	736.719.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	90.950.333	OPER. RESOLUCAO 63	271.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.746.087.450	VARIACAO CAMBIAL	90.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.673.523	DEMAIS OBRIGACOES	420.884.209
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	2.280.000	DEPOSITOS A VISTA	8.800.000
SERVICOS DE TERCEIROS	483.243.334	DEPOSITOS A PRAZO	411.484.209
UTILIDADES E SERVICOS	47.521.520	OUTRAS OBRIGACOES	600.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	265.386.117	TOTAL DAS FONTES	10.300.510.460
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	822.099.966	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	166.216.371
OPERACOES INTERNAS	35.337.442	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.366.349.481
OPERACOES EXTERNAS	26.406.475	VARIACAO DO DISPONIVEL	42.800.774
OPERACOES RESOLUCAO 63	56.733		
DEPOSITOS	207.479.200		
OUTRAS OBRIGACOES	552.820.116		
DEMAIS DISP. CORRENTES	621.882.990		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	3.169.214.271		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	4.973.963.853		
TOTAL DOS USOS	8.143.178.124	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.143.178.124

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	239.029.339	RECEITA	3.086.970.430
INVESTIMENTOS	31.091.170	RECEITA OPERACIONAL	3.042.104.584
INVERSOES FINANCEIRAS	14.933.280	RECEITA NAO OPERACIONAL	44.865.846
OUTROS DISP. DE CAPITAL	193.004.889	TOTAL DAS FONTES	3.086.970.430
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.677.120.810	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	210.818.767
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104.210.133	VARIACAO DO DISPONIVEL	-381.639.048
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	311.113		
SERVICOS DE TERCEIROS	66.624.302		
UTILIDADES E SERVICOS	2.676.645		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	293.941.687		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	9.537.207		
OUTRAS OBRIGACOES	9.537.207		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.199.819.723		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.916.150.149		
TOTAL DOS USOS	2.916.150.149	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.916.150.149

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.163.671.069	RECEITA	45.282.600.587
INVESTIMENTOS	1.101.012.746	RECEITA OPERACIONAL	45.085.395.077
AMORTIZACOES PRINCIPAL	3.217.434	RECEITA NAO OPERACIONAL	197.205.510
OPERACOES EXTERNAS	3.217.434	DEMAIS OBRIGACOES	26.601.585.549
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.059.440.889	DEPOSITOS A VISTA	2.343.634.332
DISPÊNDIOS CORRENTES	42.223.777.506	DEPOSITOS A PRAZO	24.257.951.217
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.630.616.924	TOTAL DAS FONTES	71.884.186.136
SERVICOS DE TERCEIROS	4.542.802.605	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.327.975.798
UTILIDADES E SERVICOS	985.139.681	VARIACAO DO DISPONIVEL	-36.826.347
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.038.932.409		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	26.437.918.410		
OPERACOES EXTERNAS	1.981.334		
DEPOSITOS	11.074.462.794		
OUTRAS OBRIGACOES	15.361.474.282		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.588.367.477		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	44.387.448.575		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	26.131.935.416		
TOTAL DOS USOS	70.519.383.991	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	70.519.383.991

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.994.798.754	RECEITA	71.018.718.964
INVESTIMENTOS	1.792.631.725	RECEITA OPERACIONAL	69.476.320.706
AMORTIZACOES PRINCIPAL	10.981.239.430	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.542.398.258
OPERACOES INTERNAS	9.898.447.821	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.485.607.658
OPERACOES EXTERNAS	1.082.791.609	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	11.307.248.585
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.220.927.599	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	10.398.684.500
DISPÊNDIOS CORRENTES	48.577.053.592	OPER.CRED. EXTERNAS	908.564.085
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.215.437.914	DEMAIS OBRIGACOES	31.534.523.003
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	219.936.339	DEPOSITOS A VISTA	1.748.915.369
SERVICOS DE TERCEIROS	4.836.923.260	DEPOSITOS A PRAZO	18.851.607.634

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	929.981.709	OUTRAS OBRIGACOES	10.934.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.453.216.276	TOTAL DAS FONTES	115.346.098.210
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	22.165.680.977	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.593.474.820
OPERACOES INTERNAS	661.063.715	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.377.538.098
OPERACOES EXTERNAS	93.065.723		
DEPOSITOS	10.894.449.843		
OUTRAS OBRIGACOES	10.517.101.696		
DEMAIS DISP. CORRENTES	4.755.877.117		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	64.571.852.346		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	44.803.232.946		
TOTAL DOS USOS	109.375.085.292	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	109.375.085.292

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	938.204.090	RECEITA	1.293.635.747
OUTROS DISP. DE CAPITAL	938.204.090	RECEITA OPERACIONAL	1.293.635.747
DISPENDIOS CORRENTES	306.052.495	TOTAL DAS FONTES	1.293.635.747
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.234.642	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-49.590.873
SERVICOS DE TERCEIROS	17.919.983	VARIACAO DO DISPONIVEL	211.711
UTILIDADES E SERVICOS	2.370.408		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	56.496.763		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	196.180.949		
DEPOSITOS	181.046.845		
OUTRAS OBRIGACOES	15.134.104		
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.849.750		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.244.256.585		
TOTAL DOS USOS	1.244.256.585	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.244.256.585

25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	488.170.167	RECEITA	994.984.252
OUTROS DISP. DE CAPITAL	488.170.167	RECEITA OPERACIONAL	994.984.252
DISPENDIOS CORRENTES	493.704.340	TOTAL DAS FONTES	994.984.252
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.900.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	982.155
SERVICOS DE TERCEIROS	27.894.565	VARIACAO DO DISPONIVEL	-14.091.900
UTILIDADES E SERVICOS	4.768.859		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	390.376.511		
DEMAIS DISP. CORRENTES	40.764.405		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	981.874.507		
TOTAL DOS USOS	981.874.507	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	981.874.507

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.718.116.849	RECEITA	275.607.195
INVESTIMENTOS	1.655.155.378	RECEITA OPERACIONAL	275.365.960
AMORTIZACOES PRINCIPAL	20.779.897	RECEITA NAO OPERACIONAL	241.235
OPERACOES INTERNAS	20.779.897	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	882.291.919
OUTROS DISP. DE CAPITAL	42.181.574	TOTAL DAS FONTES	1.157.899.114
DISPENDIOS CORRENTES	231.205.566	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	791.422.339
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.478.063	VARIACAO DO DISPONIVEL	962
SERVICOS DE TERCEIROS	3.209.899		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	32.446.339		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	162.253.869		
OPERACOES INTERNAS	8.468.573		
DEPOSITOS	153.785.296		
DEMAIS DISP. CORRENTES	31.817.396		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.949.322.415		
TOTAL DOS USOS	1.949.322.415	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.949.322.415

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	346.266	RECEITA	4.198.021
SERVICOS DE TERCEIROS	346.266	RECEITA OPERACIONAL	4.198.021
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	346.266	TOTAL DAS FONTES	4.198.021
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.333.156
		VARIACAO DO DISPONIVEL	481.401
TOTAL DOS USOS	346.266	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	346.266

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	41.634.747	RECEITA	220.585.974
SERVICOS DE TERCEIROS	41.634.747	RECEITA OPERACIONAL	220.585.974
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	41.634.747	TOTAL DAS FONTES	220.585.974
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-179.062.538
		VARIACAO DO DISPONIVEL	111.311
TOTAL DOS USOS	41.634.747	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	41.634.747

25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - BEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	4.343.332	RECEITA	79.703.594
INVESTIMENTOS	471.800	RECEITA OPERACIONAL	79.550.515
AMORTIZACOES PRINCIPAL	406.056	RECEITA NAO OPERACIONAL	153.079
OPERACOES INTERNAS	406.056	DEMAIS OBRIGACOES	117.331.045
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.465.476	DEPOSITOS A VISTA	1.525.419
DISPENDIOS CORRENTES	57.413.081	DEPOSITOS A PRAZO	108.922.153
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.958.458	OUTRAS OBRIGACOES	6.883.473
SERVICOS DE TERCEIROS	13.498.810	TOTAL DAS FONTES	197.034.639
UTILIDADES E SERVICOS	2.167.427	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.564.161
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	9.291.495	VARIACAO DO DISPONIVEL	-123.214.065
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	15.101.549		
OPERACOES INTERNAS	28.224		
DEPOSITOS	13.959.482		
OUTRAS OBRIGACOES	1.113.843		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.395.342		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	61.756.413		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	7.500.000		
TOTAL DOS USOS	69.256.413	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	69.256.413

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	37.161.623	RECEITA	650.222.853
INVESTIMENTOS	34.851.751	RECEITA OPERACIONAL	634.228.616
AMORTIZACOES PRINCIPAL	2.309.872	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.994.237
OPERACOES INTERNAS	2.309.872	DEMAIS OBRIGACOES	468.217.639

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	588.746.604	DEPOSITOS A VISTA	10.224.684
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.314.946	DEPOSITOS A PRAZO	357.939.816
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.841.308	OUTRAS OBRIGACOES	100.053.139
SERVICOS DE TERCEIROS	106.648.898	TOTAL DAS FONTES	1.118.440.492
UTILIDADES E SERVICOS	15.270.966	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-363.347.760
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	34.365.123	VARIACAO DO DISPONIVEL	-16.841.693
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	244.258.542		
OPERACOES INTERNAS	1.486.933		
DEPOSITOS	115.286.383		
OUTRAS OBRIGACOES	127.485.226		
DEMAIS DISP. CORRENTES	30.046.821		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	625.908.227		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	112.342.812		
TOTAL DOS USOS	738.251.039	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	738.251.039

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	391.682	RECEITA	843.204
OUTROS DISP. DE CAPITAL	391.682	RECEITA OPERACIONAL	830.582
DISPÊNDIOS CORRENTES	353.449	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.622
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.573	TOTAL DAS FONTES	843.204
SERVICOS DE TERCEIROS	73.554	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-117.751
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	63.131	VARIACAO DO DISPONIVEL	19.678
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	17.794		
OUTRAS OBRIGACOES	17.794		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.397		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	745.131		
TOTAL DOS USOS	745.131	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	745.131

25273 BESC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - BESCREDI

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.391.504	RECEITA	6.448.471
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.391.504	RECEITA OPERACIONAL	6.176.886
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.781.292	RECEITA NAO OPERACIONAL	271.585
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	649.006	DEMAIS OBRIGACOES	7.560.000
SERVICOS DE TERCEIROS	1.260.252	DEPOSITOS A PRAZO	7.560.000
UTILIDADES E SERVICOS	9.324	TOTAL DAS FONTES	14.008.471
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.059.915	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	18.652.988
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	956.510	VARIACAO DO DISPONIVEL	-42.454
DEPOSITOS	259.730		
OUTRAS OBRIGACOES	696.780		
DEMAIS DISP. CORRENTES	846.285		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	6.172.796		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	26.446.209		
TOTAL DOS USOS	32.619.005	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.619.005

25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - BESC LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	804.911	RECEITA	1.942.610
OUTROS DISP. DE CAPITAL	804.911	RECEITA OPERACIONAL	1.942.610
DISPÊNDIOS CORRENTES	798.260	TOTAL DAS FONTES	1.942.610
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	94.227	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-375.517

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	139.571	VARIACAO DO DISPONIVEL	36.078
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	415.769		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	120.028		
OUTRAS OBRIGACOES	120.028		
DEMAIS DISP. CORRENTES	28.665		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.603.171		
TOTAL DOS USOS	1.603.171	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.603.171

25275 BESC S.A. - CRÉDITO IMOBILIÁRIO - BESCRI

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	216.431.830	RECEITA	217.096.581
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.368.476	RECEITA OPERACIONAL	216.901.071
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	253.915	RECEITA NAO OPERACIONAL	195.510
SERVICOS DE TERCEIROS	16.978.533	DEMAIS OBRIGACOES	200.584.862
UTILIDADES E SERVICOS	2.518.579	DEPOSITOS A PRAZO	200.584.862
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	15.757.606	TOTAL DAS FONTES	417.681.443
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	158.470.507	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-209.112.731
DEPOSITOS	142.627.376	VARIACAO DO DISPONIVEL	144.646
OUTRAS OBRIGACOES	15.843.131		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.084.214		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	216.431.830		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-7.718.472		
TOTAL DOS USOS	208.713.358	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	208.713.358

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	57.720.100	RECEITA	77.382.166
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.101.421	RECEITA OPERACIONAL	77.382.166
SERVICOS DE TERCEIROS	29.832.779	DEMAIS OBRIGACOES	-1.301.744
UTILIDADES E SERVICOS	4.368.970	DEPOSITOS A VISTA	-1.301.744
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	9.450.477	TOTAL DAS FONTES	76.080.422
DEMAIS DISP. CORRENTES	11.966.453	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-27.861.633
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	57.720.100	VARIACAO DO DISPONIVEL	7.183.447
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-2.317.864		
TOTAL DOS USOS	55.402.236	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	55.402.236

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	43.053.102	RECEITA	95.590.438
OUTROS DISP. DE CAPITAL	43.053.102	RECEITA OPERACIONAL	95.590.438
DISPENDIOS CORRENTES	50.112.593	TOTAL DAS FONTES	95.590.438
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.135.702	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.424.804
SERVICOS DE TERCEIROS	10.781.467	VARIACAO DO DISPONIVEL	61
UTILIDADES E SERVICOS	284.532		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	35.414.771		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.496.121		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	93.165.695		
TOTAL DOS USOS	93.165.695	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	93.165.695

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.949.042.000	RECEITA	31.814.925.800
INVESTIMENTOS	193.222.000	RECEITA OPERACIONAL	22.596.685.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	10.057.820.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.218.240.800
OPERACOES INTERNAS	6.120.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	4.995.640.000
OPERACOES EXTERNAS	2.370.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	35.640.000
DEMAIS OBRIGACOES	7.681.700.000	OPER.CRED. EXTERNAS	2.990.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.698.000.000	VARIACAO CAMBIAL	1.970.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	20.807.539.148	DEMAIS OBRIGACOES	38.911.300.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	335.300.421	TESOURO	18.000.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.487.966	FND	971.300.000
SERVICOS DE TERCEIROS	209.589.027	TRANSFERENCIA DO FAT	10.616.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	11.335.427	OUTRAS OBRIGACOES	9.324.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.506.000.000	TOTAL DAS FONTES	75.721.865.800
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	18.071.790.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.831.000.000
OPERACOES INTERNAS	763.490.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	802.098.348
OPERACOES EXTERNAS	1.730.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	1.970.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	13.608.300.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	672.036.307		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	34.756.581.148		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	36.936.383.000		
TOTAL DOS USOS	71.692.964.148	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	71.692.964.148

28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.313.272.000	RECEITA	15.334.028.680
INVERSOES FINANCEIRAS	5.550.000.000	RECEITA OPERACIONAL	15.238.750.400
AMORTIZACOES PRINCIPAL	2.670.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	95.278.280
OPERACOES INTERNAS	2.670.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.195.360.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.093.272.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.190.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.028.842.945	VARIACAO CAMBIAL	5.360.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	157.608.582	DEMAIS OBRIGACOES	5.035.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	707.394	TESOURO	955.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	75.050.453	OUTRAS OBRIGACOES	4.080.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	5.388.973	TOTAL DAS FONTES	22.564.388.680
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.770.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.244.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	4.871.140.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	21.726.265
OPERACOES INTERNAS	1.320.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	5.360.000		
OUTRAS OBRIGACOES	3.545.780.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	148.947.543		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	20.342.114.945		
TOTAL DOS USOS	20.342.114.945	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.342.114.945

28236 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.010.000.000	RECEITA	6.778.507.033

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2009**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

AMORTIZACOES PRINCIPAL	9.926.000.000	RECEITA OPERACIONAL	6.546.000.054
OPERACOES INTERNAS	9.720.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	232.506.979
DEMAIS OBRIGACOES	206.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	18.736.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	84.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	18.250.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	6.110.578.778	VARIACAO CAMBIAL	486.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.600.906	DEMAIS OBRIGACOES	482.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	243.929	TESOURO	482.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	33.932.244	TOTAL DAS FONTES	25.996.507.033
UTILIDADES E SERVICOS	1.200.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-72.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	192.300.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-281.158.255
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	5.678.977.000		
OPERACOES INTERNAS	2.390.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	485.347.000		
OUTRAS OBRIGACOES	2.803.630.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	149.324.699		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	16.120.578.778		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	9.522.770.000		
TOTAL DOS USOS	25.643.348.778	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	25.643.348.778

